

CLÁUDIO PRIMO DELANOY

**ATITUDES DO LOCUTOR NO DISCURSO
NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração de Linguística, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientadora: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D337a Delanoy, Cláudio Primo
Atitudes do locutor no discurso na perspectiva da teoria da
argumentação na língua / Cláudio Primo Delanoy. – Porto
Alegre, 2012.
154 f. : il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, PUCRS.
Orientador: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan.

1. Linguística. 2. Semântica. 3. Análise do Discurso.
4. Locutor. 5. Argumentação. I. Barbisan, Leci Borges.
II. Título.

CDD 418.2

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

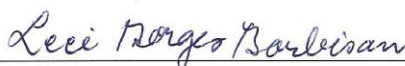
CLÁUDIO PRIMO DELANOY

**ATITUDES DO LOCUTOR NO DISCURSO NA PERSPECTIVA
DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA**

Tese apresentada como requisito
para obtenção do grau de
Doutor, pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da
Faculdade de Letras da
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 05 de setembro de 2012

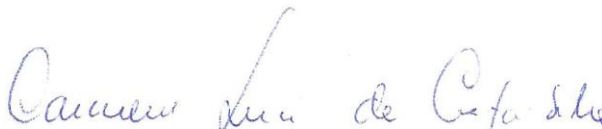
BANCA EXAMINADORA:



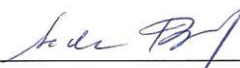
Profa. Dra. Leci Borges Barbisan - PUCRS



Profa. Dra. Telisa Furlanetto Graeff - UPF



Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva - UFRGS



Profa. Dra. Leda Bisol - PUCRS



Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti - PUCRS

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe Maria da Graça e ao meu irmão Mauro, pelo apoio de todas as naturezas que recebi ao longo do doutorado;

À professora e orientadora Leci Barbisan, pelo exemplo de profissionalismo, competência, dedicação e amizade;

Aos meus amigos e colegas, especialmente do Núcleo de Estudos do Discurso;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos de doutorado;

E a Deus, razão da minha existência, pelas oportunidades de progresso que me oferece;

Sinceramente, muito obrigado.

A VERDADE DIVIDIDA

A PORTA da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade, *Contos Plausíveis*, 1985)

RESUMO

No ambiente de interação da linguagem, o locutor expressa-se discursivamente e entra em relação com outros discursos. Sob esse viés, com esta tese objetivamos descrever e explicar as atitudes tomadas pelo locutor ao expressar seu ponto de vista frente a outro(s) discurso(s), bem como investigar as relações entre esses discursos e seus sentidos, sob o enfoque da Teoria da Argumentação na Língua e da Teoria dos Blocos Semânticos, de Oswald Ducrot, Marion Carel e colaboradores. Elegemos essa fundamentação teórica porque se trata de uma proposta semântica de análise da linguagem pela qual o sentido é construído pelo linguístico, na relação estabelecida entre palavras, frases e parágrafos, em uma situação enunciativa. Desse modo, o locutor, ao produzir linguagem, toma posição diante dos temas sobre os quais se enuncia. Ao expressar um ponto de vista, o locutor assume um determinado aspecto argumentativo de um bloco semântico. Na interação com outro discurso, que também é representado por um aspecto argumentativo, o locutor toma uma atitude. Esse “debate” entre discursos se dá por meio de uma das relações possíveis entre os aspectos argumentativos. Assim, nossa meta é descrever e explicar essas atitudes do locutor, por meio das relações entre os aspectos. O *corpus* considerado para as análises é constituído de discursos escritos de estruturas diversas (fábulas, crônicas, editoriais, tiras). Após a análise das argumentações, os aspectos argumentativos assumidos pelos locutores podem ser relacionados entre si e assim permitem um estudo a respeito do sentido que constroem e das atitudes dos locutores ali envolvidos.

Palavras-chave: Semântica linguística. Atitudes do locutor. Discurso.

ABSTRACT

On the interaction of language, the speaker expresses himself discursively, and enters in relation with other discourses. The goal of this thesis is to describe and explain the actions taken by the speaker to express his point of view in relation to others discourses, and to investigate the relation among these discourses and their meanings, under the perspective of the Theory of Argumentation within Language and the Theory of Semantic Blocks, by Oswald Ducrot, Marion Carel and collaborators. We elected these theories because they consider the meaning is built by language in the relation established among words, sentences and paragraphs, in a situation of enunciation. When expressing a point of view, the speaker assumes a particular argumentative aspect of a semantic block. In interaction with other discourse, which is also represented by an argumentative aspect, the speaker takes an attitude. Thus, our goal is to describe and explain these attitudes of the speaker, through the relation between aspects. The *corpus* considered for analysis consists of written discourses of various structures (fables, stories, editorials, comic strip). After the argumentation analysis, the argumentative aspects can be related to each other and thus it allows us to study the meaning built by the speakers and their attitudes.

Keywords: Linguistic Semantics. Attitudes of the speaker. Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Quadrado Aristotélico.....	22
Figura 2 – Modelo de Toulmin (conceitual).....	26
Figura 3 – Modelo de Toulmin (exemplificação).....	27
Figura 4 – Aplicação do Quadrado Aristotélico (1).....	52
Figura 5 – Aplicação do Quadrado Aristotélico (2).....	53
Figura 6 – Bloco Semântico BS1.....	55
Figura 7 – Bloco Semântico BS2.....	56
Figura 8 – Aspectos conversos.....	57
Figura 9 – Bloco semântico <i>Precaução diante de perigo</i> (1).....	58
Figura 10 – Aspectos recíprocos (1).....	59
Figura 11 – Aspectos recíprocos (2).....	59
Figura 12 – Aspectos transpostos.....	61
Figura 13 – Bloco semântico <i>Precaução diante de perigo</i> (2).....	61
Figura 14 – Bloco Semântico BS1 <i>Perigo que provoca desistência</i>	66
Figura 15 – Bloco Semântico BS2 <i>Perigo que provoca a não desistência</i>	67
Figura 16 – Bloco semântico <i>Precaução diante do perigo (conversos)</i>	127
Figura 17 – Bloco Semântico <i>A compreensão de algo porque é fácil (recíprocos)</i>	133
Figura 18 – Bloco semântico <i>Precaução diante do perigo (transpostos)</i>	136
Quadro 1 – Atitudes do locutor no discurso.....	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O QUE É ARGUMENTAÇÃO	14
1.1 Concepção geral de argumentação	14
1.2 Diferentes abordagens sobre argumentação	14
1.3 A argumentação linguística	31
2 A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	38
2.1 As bases da Teoria da Argumentação na Língua	38
2.1.1 A Teoria da Argumentação na Língua e os princípios saussurianos	38
2.1.2 A Teoria da Argumentação na Língua e a Enunciação	42
2.2 Por que argumentação na língua	43
3 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	48
3.1 Conceitos fundamentais da Teoria dos Blocos Semânticos	48
3.2 O quadrado argumentativo	52
3.3 Detalhamento das relações discursivas	57
3.4 A polifonia pela Teoria dos Blocos Semânticos	63
4 METODOLOGIA E ANÁLISES	73
4.1 METODOLOGIA	73
4.2 ANÁLISES	75
4.2.1 O gato e o galo	75
4.2.2 O lobo e o cordeiro	77
4.2.3 Aprovar ou ensinar?	79
4.2.4 O líder natural	92
4.2.5 O Otimista	103
4.2.6 Rabanada	114
4.2.7 Hagar	124
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ATITUDES DO LOCUTOR NO DISCURSO	126
4.3.1 A Conversão	126
4.3.2 A Reciprocidade	132

4.3.3 A Transposição.....	136
4.3.4 Quadro das atitudes do locutor no discurso.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
ANEXO: CURRÍCULO.....	148

INTRODUÇÃO

O estudo do sentido produzido pelo discurso não pode desconsiderar o uso da linguagem. Por uso da linguagem, entendemos a sua produção por um locutor, para um interlocutor, em um tempo e espaço determinados, caracterizando a natureza enunciativa do discurso. Nesse ambiente de interação, que é a linguagem, o locutor expressa discursivamente uma visão a respeito de um tema e entra em relação com outros locutores, ou, melhor dizendo, com outros discursos. Levando em conta essa perspectiva, com esta tese pretendemos descrever e explicar as atitudes tomadas pelo locutor ao expressar seu ponto de vista frente a outro(s) discurso(s), bem como investigar as relações entre esses discursos e seus sentidos ali construídos, sob o viés da Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e da Teoria dos Blocos Semânticos, de Oswald Ducrot e Marion Carel.

Elegemos a Teoria da Argumentação na Língua e a Teoria dos Blocos Semânticos (ANL/TBS) porque se trata de uma proposta semântica de análise da linguagem que entende ser o sentido construído pelo linguístico, na relação estabelecida entre palavras, frases e parágrafos, em uma situação enunciativa. Para essa concepção teórica, não há necessidade obrigatória de recorrência a elementos extralinguísticos para a descrição semântica do enunciado. Quando se faz necessário, a própria linguagem indica o que buscar no mundo, ou seja, fora da linguagem, o que for preciso para compreensão do discurso. A ANL/TBS parte do pressuposto de que o sentido é construído pela linguagem. Além disso, é na linguagem que o locutor expressa sua subjetividade. Como teoria enunciativa, afirma que o locutor constrói um enunciado cujo sentido é a representação de sua enunciação. Desse modo, o sentido é de responsabilidade do locutor que, ao produzir linguagem, toma posição diante dos fatos sobre os quais se enuncia.

De acordo com a TBS, ao locutor apresentam-se oito maneiras de expressar um ponto de vista, correspondentes a oito aspectos argumentativos. Esses aspectos traduzem o sentido de uma argumentação por meio de dois segmentos ligados por um conector, sob a forma A CON B. Essa forma representa, então, uma argumentação. O primeiro segmento é chamado suporte e o segundo é o aporte. O conector pode ser de dois tipos: DC, do francês *donc*, que pode ser traduzido por *portanto*, e PT, vindo de

pourtant, com sentido de *no entanto*. Os aspectos argumentativos relacionam-se entre si por meio da alternância do conector e da presença da negação nos segmentos. Essas relações são representadas formalmente por meio de esquemas denominados quadrados argumentativos. Cada quadrado argumentativo é a representação formal de um bloco semântico, que é o sentido construído pela interdependência semântica entre os dois segmentos de uma argumentação. Os aspectos argumentativos de um bloco semântico relacionam-se aos pares e recebem nomes específicos: conversão, reciprocidade e transposição.

A proposta é que o locutor, ao expressar um ponto de vista, assume um determinado aspecto argumentativo de um bloco semântico. Ao entrar em contato com outro discurso, que também é representado por um aspecto argumentativo, o locutor toma uma atitude. Esse debate entre discursos se dá por meio de uma das relações possíveis entre os aspectos argumentativos. Assim, nossa meta é descrever e explicar essas atitudes do locutor, por meio das relações entre os aspectos.

A motivação para este trabalho surgiu com os resultados de nossa dissertação de mestrado *Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos* (DELANOY, 2008) em que, ao analisarmos as fábulas *O lobo e o cordeiro* e *O gato e o galo*, descobrimos que os personagens interagiram discursivamente por meio de relações argumentativas distintas. O que nos chamou atenção foi o desenvolvimento das narrativas, bastante semelhantes entre si: os animais mais fortes queriam devorar os mais fracos e, para tanto, buscaram pretextos para matá-los. As vítimas, contudo, tentaram defender-se por meio de argumentos inquestionáveis, mas acabaram vencidas pela força dos opositores. No entanto, apesar dessa semelhança estrutural, as fábulas diferenciavam-se, como nossa análise revelou, quanto aos aspectos argumentativos de seus discursos. A fábula do lobo e do cordeiro caracterizou-se pela acusação *A DC (portanto) C* e pela defesa *não-A DC não-C*, ou, como veremos adiante, pela predominância da reciprocidade entre aspectos argumentativos. Na fábula do gato e do galo predominou a acusação *A DC C* e a defesa *A PT (no entanto) não-C*, ou, como são denominados, aspectos conversos. Como o nosso objetivo naquele momento era chegarmos a uma concepção de leitura, não refletimos com profundidade sobre as diferenciações. Porém, essa observação incitou-nos a buscar explicações a respeito da caracterização e das diferenças semânticas entre aqueles modos de argumentar, pelos

aspectos recíprocos e pelos conversos, justamente o que também buscamos contemplar nesta tese.

A metodologia do trabalho envolve pesquisas nos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, notadamente na versão mais recente, a Teoria dos Blocos Semânticos, para possibilitar a descrição e a explicação das relações interdiscursivas e das atitudes do locutor frente a outros discursos. O *corpus* considerado para as análises é constituído de discursos escritos de gêneros diversos (fábulas, crônicas, editoriais, tiras), selecionados por apresentarem relações entre discursos, como nos diálogos, ou como naqueles produzidos por um mesmo locutor ao apresentar uma posição distinta da sua. Após a descrição semântica dessas argumentações, os aspectos argumentativos assumidos pelos locutores podem ser relacionados entre si e assim permitem um estudo a respeito do sentido que constroem e das atitudes dos locutores ali envolvidos.

Com a finalidade de orientar nossa pesquisa, elencamos as seguintes perguntas norteadoras:

- Que sentidos constroem no discurso os pontos de vista ou aspectos argumentativos escolhidos pelo locutor?
- O que significa para o locutor assumir um dos aspectos argumentativos?
- Que atitudes argumentativas o locutor pode assumir no discurso frente a outro(s) discurso(s)?

A partir dessas questões, temos como objetivos:

- Descrever o sentido dos discursos por meio de aspectos e/ou encadeamentos argumentativos;
- Descrever/explicar a relação entre a conversão, reciprocidade e transposição;
- Descrever/explicar as atitudes argumentativas do locutor frente a outros discursos.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: as seções 1, 2 e 3 constituem a fundamentação teórica desta tese. Na primeira seção, intitulada *O que é argumentação*, discorreremos sobre distintas visões a respeito da argumentação e apresentaremos a argumentação linguística de Oswald Ducrot. A menção de diferentes abordagens,

caracterizando-as, é necessária para verificarmos em que as perspectivas se aproximam e em que se afastam umas das outras.

Começaremos pelo berço dos estudos sobre a arte de persuadir, na Grécia antiga, pelos pré-aristotélicos e pelos sofistas, que não estavam interessados no estudo da linguagem em si, mas no fato de que ela podia servir para convencer e persuadir um auditório. Foi o início da arte retórica. Citaremos os renomados pensadores Sócrates, Platão e Aristóteles, sendo que a este último daremos especial atenção por ter construído as bases da lógica clássica, tal como a conhecemos até hoje, na obra *Órganon* (2010), e por ter sistematizado os meios de persuasão em *Retórica* (2011), dentre outras obras importantes do filósofo. Em seguida, acompanharemos a visão de Plantin (2008) a respeito do histórico da argumentação ao longo dos séculos. Destaca, como expoentes dos estudos da argumentação pós-aristotélicos, Toulmin (2006) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ambos responsáveis por trazerem contribuições ao campo, embora ainda enraizadas em Aristóteles. Ao final, apresentaremos a perspectiva ducrotiana da argumentação linguística.

A segunda seção será dedicada a respondermos ao porquê de a argumentação estar na língua, tal como propõe a ANL. Diferentemente das teorias citadas acima, que recorrem a exterioridades para uma descrição semântica, o sentido, segundo Ducrot, é construído pela língua, e esse sentido é argumentativo. Na continuação, apresentaremos, também, as bases da ANL: os vínculos a Saussure e à enunciação. Na terceira parte, como fechamento da fundamentação teórica, discorreremos sobre os conceitos básicos da TBS e sobre o quadrado argumentativo, bem como detalharemos as relações entre os aspectos argumentativos e a polifonia vista pela TBS.

Na quarta seção, teremos a metodologia e as análises, que serão sete: duas fábulas, um editorial, três crônicas e uma tira. Pelas análises, descreveremos os pontos de vista dos locutores, ou seja, suas argumentações, e suas relações com outros discursos. Pretendemos, dessa forma, chegar às atitudes do locutor frente a esses outros discursos. Como encerramento da quarta parte, discutiremos os resultados obtidos e chegaremos a um quadro-resumo, sintetizando nossa pesquisa.

1 O QUE É ARGUMENTAÇÃO

1.1 Concepção geral de argumentação

Nesta seção, discorreremos sobre a retórica, primeiros estudos realizados sobre argumentação, e para tanto vamos à sua origem, a Grécia antiga, destacando a importância de Aristóteles nesse campo. Após, abordaremos conceitos de argumentação por teóricos expoentes, como Toulmin e Perelman, que, embora ainda ligados a Aristóteles, foram responsáveis por uma renovação na área. A seguir, iremos nos concentrar na visão de Oswald Ducrot e de Marion Carel a respeito da argumentação linguística.

1.2 Diferentes abordagens sobre argumentação

O conceito mais elementar de argumentação diz respeito a modos de induzir o outro a adotar um posicionamento sobre um tema. Estudos sobre a arte de persuadir remontam à Grécia antiga, antes mesmo de Aristóteles, sob o nome de arte retórica.

A importância da retórica pré-aristotélica na Grécia cresceu paralelamente à solidificação política e social do povo grego (ROHDEN, 2010, p.19). A retórica era conhecida como a arte de usar bem as palavras, e o orador era quem as proferia no intuito de ganhar a adesão de seus ouvintes. Numa época de revoluções sociais e debates políticos, tornava-se cada vez mais indispensável o domínio do discurso que garantisse o sucesso nas assembleias.

Na constituição da democracia como regime político, em meados do século VI a.C., o cidadão grego tinha o direito de voz na sociedade. Devido a essa realidade, foram criadas escolas preparatórias para a formação de indivíduos capazes de articular com eficácia as palavras garantindo, assim, sua vitória no debate.

Para tanto, os oradores dedicavam-se a estudar maneiras de chamar a atenção para a relevância de seu caso, bem como buscavam conquistar a aprovação dos juízes. Lançavam mão de lugares-comuns, ideias gerais, não necessariamente verdades absolutas, mas que encontravam receptividade na maioria das pessoas, e assim conquistavam a anuência dos envolvidos.

Córax e Tísias (Sicília, século V a.C.), antecessores de Aristóteles, são considerados os fundadores da arte retórica (ROHDEN, 2010, p.21). Muito requisitados

em disputas envolvendo propriedade de terras, defendiam seus clientes com a arte do discurso. A retórica, então, era voltada ao gênero judiciário, dentro do qual os advogados concentravam-se na busca do verossímil, sem dar relevância à verdade. Importava vencer o debate com argumentos convincentes, não necessariamente verdadeiros. Assim, o desenvolvimento da retórica era apoiado em questões de ordem prática com resultados diretos na vida do cidadão.

Os sofistas igualmente foram responsáveis pelo avanço da retórica. Contemporâneos de Sócrates (século V a.C.), os sofistas eram aqueles oradores contratados para exercer a retórica ou para ensiná-la aos jovens. Eram normalmente itinerantes e percorriam as cidades oferecendo seus serviços aos governantes, aos políticos e ao público em geral, cobrando pelas suas atuações. Conforme Marcondes:

Os sofistas foram, portanto, filósofos e educadores, além de mestres de retórica e de oratória, embora este papel lhes seja negado, p.ex. por Platão. É difícil por isso mesmo termos uma avaliação mais concreta de sua função e mesmo de sua concepção filosófica e pedagógica. Além de termos uma situação semelhante à dos pré-socráticos quanto aos textos dos sofistas, isto é, tudo o que nos resta são fragmentos, citações, testemunhos, esta dificuldade se agrava pelo fato de que, em grande parte, a maioria destas citações e testemunhos nos chegaram através de seus principais adversários, Platão e Aristóteles, que pintaram um retrato bastante negativo desses pensadores. (MARCONDES, 2008, p.42).

Como exerciam sua prática mediante pagamento, foi também nesse quesito que os sofistas encontraram críticas, particularmente vindas dos filósofos, desde Sócrates: visavam ao lucro e não à defesa da verdade, além de não constituírem um saber real, pois interessava-lhes mais o verossimilhante do que o real. Aristóteles, em *Refutações Sofísticas*, evidencia o que pensa dos sofistas:

Porém, visto que aos olhos de algumas pessoas vale mais parecer sábio do que ser sábio sem o parecer (uma vez, que a arte do sofista consiste na sabedoria aparente e não na real, e o sofista é aquele que ganha dinheiro graças a uma sabedoria aparente e não real), está claro que para estas pessoas é essencial *parecer exercer* a função de sábio, em lugar de realmente exercê-la sem parecer que o fazem. (ARISTÓTELES, 2010, p.546).

Apesar de serem mal vistos, foi com os sofistas que o discurso ganhou uma realidade independente do mundo concreto. O discurso existia graças à subjetividade do ser humano, era relativo, e não espelho da realidade. O discurso criava o seu mundo. Não importava a verdade, mas o que agradasse o auditório ou o que o fizesse acatar a

ideia do orador. Essa era uma das razões pelas quais os interessados em assumir cargos públicos e políticos procuravam as lições sofísticas.

Alguns dos maiores sofistas foram Protágoras, Górgias e Isócrates (ROHDEN, 2010, p.27). Para Protágoras (490-420 a.C.), sempre era possível a sustentação de um ponto de vista ou do seu contrário, portanto defendia a subjetividade e a relatividade como sendo da natureza mesma do discurso. Encontramos no diálogo platônico *Teeteto* (PLATÃO, 1973) a afirmação atribuída a Protágoras sobre o relativismo da verdade (nesse diálogo, Sócrates fala a Teeteto):

- Talvez tua definição de conhecimento tenha algum valor; é a definição de Protágoras; por outras palavras ele dizia a mesma coisa. Afirmava que o homem é a medida de todas as coisas, da existência das que existem e da não existência das que não existem. Decerto já leste isso? (PLATÃO, 1973, p.32).

De acordo com Marcondes (2008, p.43), “Esse fragmento de certa forma sintetiza duas das ideias centrais associadas aos sofistas, o *humanismo* e o *relativismo*”, em que a verdade depende exclusivamente da opinião de cada um sobre as coisas. Encontramos um exemplo bastante elucidativo desse relativismo em *O Livro da Filosofia* (BUCKINGHAM, 2011, p.42), no qual se lê sobre a chegada de dois visitantes a Atenas na primavera. Um deles, sueco, diz que o tempo está quente, ao passo que o outro, egípcio, diz que o tempo está frio, e ambos dizem a *verdade*. Tanto o sueco quanto o egípcio apreciaram distintamente a mesma temperatura. Disso resulta a verdade ser relativa ao indivíduo, portanto *o homem é a medida de todas as coisas*.

Górgias (485-380 a.C.) dedicou-se aos aspectos formais do discurso com vistas a seduzir o auditório. Enfatizava a correção da linguagem, a sonoridade das palavras, o léxico apropriado, como elementos facilitadores da conquista dos ouvintes. Defendia que nada existia, e então nada podia ser conhecido. Deu grande ênfase ao *logos*, nesse caso, o discurso, pois era com o que lidava, já que o acesso à natureza das coisas era impossível. Segundo Marcondes:

Górgias dá grande importância ao *logos* enquanto discurso argumentativo, e em seu *Elogio a Helena* faz a famosa afirmação: “O *logos* é um grande senhor.” Entretanto, de certa maneira o *logos* é sempre visto como enganoso, já que não podemos ter acesso à natureza das coisas, mas tudo de que dispomos é o discurso [...]. O *logos*, contudo, pode ser persuasivo, e Górgias chega mesmo a sustentar que mais importante do que o verdadeiro é o que pode ser provado ou defendido. (MARCONDES, 2008, p.44).

Isócrates (436-338 a.C.), sofista discípulo de Górgias, diferenciou-se dos precedentes ao sustentar que a retórica deveria ser orientada para o bem. Apesar de considerar o bem coletivo da sociedade grega e não o interesse individual, não ganhou a simpatia dos filósofos. Isócrates ainda apoiava-se no caráter prático da retórica e acusava a filosofia de não ser útil à população.

Platão (427-347 a.C.) foi um grande crítico dos sofistas. Dizia que a retórica sofística não era racional, pois apoiava-se nas paixões, ou sentimentos, para a construção dos discursos, sem compromisso de alcançar a verdade. Fez repetidas referências ao tema, sobretudo em seus *Diálogos*. Em *Górgias*, por exemplo, Platão apresenta uma conversa entre Sócrates e Górgias, em que debatem sobre o que seria a retórica, qual o seu objetivo e outros temas a ela ligados como a razão, o poder, o bem e o mal. De acordo com Rohden (2010, p.40), “Para Sócrates (platônico), a retórica era apenas uma prática (‘arte’) de produzir agrado e prazer. Assim como a arte culinária não é arte, mas apenas uma prática de produzir agrado e prazer, a retórica não é arte”. Para Platão, a retórica deveria ser utilizada visando ao bem dos cidadãos, em função de uma conduta humana, de uma vida de justiça. Sua resistência encontrava-se na possibilidade de o orador sofista tornar verdadeiro o que na verdade era aparente.

Um número bastante vasto de referências à retórica pode ser encontrado nas obras dos filósofos acima citados. Não é nossa meta fazer um levantamento exaustivo do assunto, mas situar a retórica como a arte de usar argumentos, para posteriormente apresentar a argumentação tal como vista por Ducrot e Carel. Limitamo-nos, então, a citar o essencial para que a distinção entre os modos de ver a argumentação possa ser conhecida. Contudo, permitimo-nos dar uma atenção maior ao pensador que se dedicou ao estudo de várias áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Política, a Física, a Ética, a Psicologia, a Biologia, dentre outras, mas que precisamente sistematizou a Lógica como forma de expressar a racionalidade humana: falamos de Aristóteles.

Aristóteles (384-322 a.C.), quanto à retórica, discordou do seu mestre Platão em dois pontos. O primeiro foi quanto à moral. De acordo com Aristóteles, a retórica não necessitava estar presa à moral. Os homens podiam manifestar seus discursos independentemente da moralidade. Para Rohden (2010, p.56), foi essa crítica que levou Platão a acusar seu discípulo de ter passado para o campo dos sofistas. O segundo ponto de discordância foi o domínio da retórica ser o da vida comum, portanto, não havia

razões para perseguir verdades absolutas, incontestáveis, mas sim para buscar verdades “relativas”, a verossimilhança, a probabilidade, mais próximas do cotidiano.

Aristóteles registrou na sua obra *Órganon*, palavra grega para *instrumento*, as bases da lógica que seria inabalável até o século XIX. Dividido em seis partes, o *Órganon* forma uma unidade sistemática, que vai do simples ao mais complexo: a primeira parte, *Categorias*, trata dos termos de uma sentença; a segunda, *Da Interpretação*, é um tratado sobre a ligação dos termos em sentenças e sobre as proposições; os *Analíticos Anteriores* (ou *Primeiros Analíticos*) versam sobre o raciocínio formal, o silogismo, a lógica da conclusão; os *Analíticos Posteriores* (ou *Segundos Analíticos*) investigam a demonstração como raciocínio científico; a quinta parte, *Tópicos*, trata de um método para sustentar argumentos a respeito de opiniões em geral; e, por último, as *Refutações Sofísticas* são um estudo sobre argumentos que parecem refutações, mas que são, de fato, falácias (parecem argumentos válidos, mas não o são). Também escreveu a obra *Retórica* em que trata da arte de sustentar teses através da investigação dos modos de persuasão. Critica os sofistas por não se ocuparem, no debate, do que é essencial:

Os meios de persuasão são os únicos autênticos elementos constituintes da arte, tudo o mais não passando de acessório. Esses autores, contudo, nada dizem sobre entimemas, os quais constituem a substância da persuasão retórica, ocupando-se sobretudo com elementos não essenciais. (ARISTÓTELES, 2011, p.39).

E ainda:

A única questão com a qual esses autores, nesse caso, se ocupam é como colocar o juiz em uma dada disposição de espírito. No que tange aos modos de persuasão que são próprios do orador, eles nada têm a nos dizer, ou seja, nada no que se refere a adquirir habilidade no manejo dos entimemas. (ARISTÓTELES, 2011, p.41).

Para o filósofo, a retórica não se restringe a um único gênero de assuntos. Sua função não é persuadir, mas encontrar os meios de persuasão adequados para cada ocorrência, conforme se vê pela definição:

PODE-SE DEFINIR A RETÓRICA como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função. Toda outra arte pode instruir e persuadir acerca do assunto que lhe é próprio, por exemplo: a medicina, sobre o que é saudável e doentio; a geometria, acerca das propriedades das grandezas; a aritmética, a respeito dos números; o mesmo aplicando-se às outras artes e ciências. Quanto à retórica, todavia, vemo-la como o poder, diante de qualquer questão

que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir. E esta é a razão por que a retórica não aplica suas regras a nenhum gênero particular e definido. (ARISTÓTELES, 2011, p.44).

São três os meios de persuasão: “O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar.” (ARISTÓTELES, 2011, p.45). Esses meios de persuasão são denominados *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente. Falemos resumidamente sobre cada um deles.

Segundo o pensamento aristotélico, o discurso é mais persuasivo quando provém de um orador digno de fé, de confiança. Como o objetivo da retórica é um julgamento para uma tomada de decisões, se faz necessário que o orador apresente-se, por meio do seu discurso, com uma disposição de espírito adequada para inspirar o juiz e os ouvintes. A essa imagem positiva chama-se *ethos*. Aristóteles indica três causas para a confiança depositada no orador: a prudência, a virtude e a benevolência. “Afirmações falsas e maus conselhos devem-se à falta de uma ou mais dessas três qualidades.” (ARISTÓTELES, 2011, p.122).

Outro meio de persuasão é provocar um sentimento adequado no auditório (Aristóteles fala de “paixões”). A essa disposição do auditório chama-se *pathos*. Ao serem movidos por uma determinada emoção, os ouvintes tendem a aceitar mais facilmente a proposta do orador. Alguns sentimentos a serem induzidos são: a cólera, a compaixão, o medo, bem como seus contrários. Em *Retórica* (ARISTÓTELES, 2011), o filósofo faz um estudo detalhado dos sentimentos, descrevendo-os, indicando suas fontes, como provocá-los, inclusive constatando quais são os mais recorrentes e com que qualidade se expressam nos jovens, nos homens maduros e na velhice. No trecho seguinte, destacado da *Retórica*, observamos com que detalhamento Aristóteles dedicou-se à investigação desse meio de persuasão:

No que tange a cada paixão, convém distinguir três coisas. Se tomarmos, por exemplo, a cólera, começaremos por investigar qual é a disposição da pessoa que se encoleriza, com que pessoas ela geralmente se encoleriza e quais os motivos que a induzem à cólera. Não basta conhecer um ou dois desses aspectos, pois se não conhecermos os três seremos incapazes de suscitar a cólera no auditório. O mesmo é válido no que respeita às demais paixões ou emoções. (ARISTÓTELES, 2011, p.122).

O terceiro meio de persuasão está centrado na racionalidade do próprio discurso: é o *logos*. Quando a verdade, ou o que parece verdadeiro, é argumentado de maneira adequada à pauta em questão, ou seja, por meio da demonstração, o discurso ganha mais poder persuasivo. Essa demonstração se dá por três meios: pela indução, pelo silogismo e pelo silogismo aparente. A indução é dada pela apresentação de exemplo(s) no discurso, e os silogismos dão-se sob a forma de entimemas:

Quando baseamos a demonstração de uma proposição em um grande número de casos semelhantes temos a indução na dialética e o exemplo na retórica; quando mostramos que, uma vez verdadeiras certas proposições, uma proposição adicional e completamente distinta tem também que ser verdadeira como consequência, de maneira universal ou majoritária, isso é chamado de silogismo na dialética e entimema na retórica. (ARISTÓTELES, 2011, p.47).

Dentro desse campo, o silogismo tem grande destaque na obra aristotélica. Para Aristóteles, a silogística é uma das formas de expressão da racionalidade humana, a “doutrina do argumento conclusivo que opera com três conceitos.” (HÖFFE, 2008, p.51). O silogismo é formado por um padrão de três proposições: duas premissas e uma conclusão. O exemplo mais famoso de silogismo é:

Todos os homens são mortais.

Sócrates é um homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Encontramos nos *Analíticos Anteriores* o conceito do silogismo:

O silogismo é uma locução em que, uma vez certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido à mera presença das suposições como tais. (ARISTÓTELES, 2010, p.112).

Ou seja, no raciocínio silogístico, a conclusão é resultado direto das proposições antecedentes (ou premissas). Em Höffe (2008, p.52) vimos que “a verdade eventual da proposição conclusiva depende somente da verdade das proposições antecedentes: trata-se de uma conclusão puramente formal”.

Aristóteles, nos *Analíticos Anteriores*, para evidenciar a estrutura formal do silogismo (e que esse não era uma questão de conteúdo), apresenta a forma silogística com variáveis conceituais:

Se A é predicado de todo B e B de todo C, A terá necessariamente que ser predicado de todo C. [...] Analogamente, também, se A não é predicado de nenhum B e B é predicado de todo C, segue-se que A não se aplicará a nenhum C. (ARISTÓTELES, 2010, p.116).

Segundo Höffe (2008, p.52), “O propósito da silogística é mostrar em que medida as conclusões são válidas e quais estruturas descritíveis em geral – aqui formalmente – as indicam”.

As premissas do raciocínio retórico seriam as verdades relativas, e não necessariamente absolutas. De fato, Aristóteles propõe duas formas de silogismo: o científico, aquele que chega a conclusões necessárias por meio de premissas também necessárias, e o entimema, em que as premissas e a conclusão não são necessárias, mas prováveis, frequentes, ideias aceitas pelo senso comum. Citamos alguns exemplos de entimemas apresentados nos *Analíticos Anteriores* (ARISTÓTELES, 2010, p.248), mas organizados dessa forma na obra de Rohden¹ (2010, p.68):

As grávidas estão pálidas.
Esta mulher está pálida.
Então esta mulher está grávida.

Pítaco é sábio.
Pítaco é bom.
Então os bons são sábios.

Esses raciocínios não são necessários, pois a conclusão não decorre fundamentalmente das premissas. Embora refutáveis, são plausíveis, podem acontecer ou não.

A lógica aristotélica lida com quatro formas lógicas, envolvendo proposições afirmativas e negativas, universais e particulares. Por *proposição* entende-se uma sentença que encerra verdade ou falsidade (ARISTÓTELES, 2010, p.86); por *afirmação* e *negação*, respectivamente, uma “proposição que afirma *alguma coisa* de alguma coisa, e entendemos por *negação* a proposição que nega *alguma coisa* de alguma coisa.” (ARISTÓTELES, 2010, p.86); e por fim “Entendo por *universal* a oração que se aplica a tudo ou a nada do sujeito; por *particular* entendo a oração que se aplica a alguma

¹ Rohden atribui a organização do esquema a Racionero, do qual não achamos a referência. Assim, preferimos reproduzir aqui a nota de rodapé apresentada em Rohden: “Este esquema de Racionero é baseado em Meyer, II 1,485, recolhido em Sieveke, n.5, e, sobretudo, Sprute, *Die Entymementheorie der arist. Rhetorik*, Gotinga, 1982, pp.260-7. Q.R., pp. 167-168, n.16”.

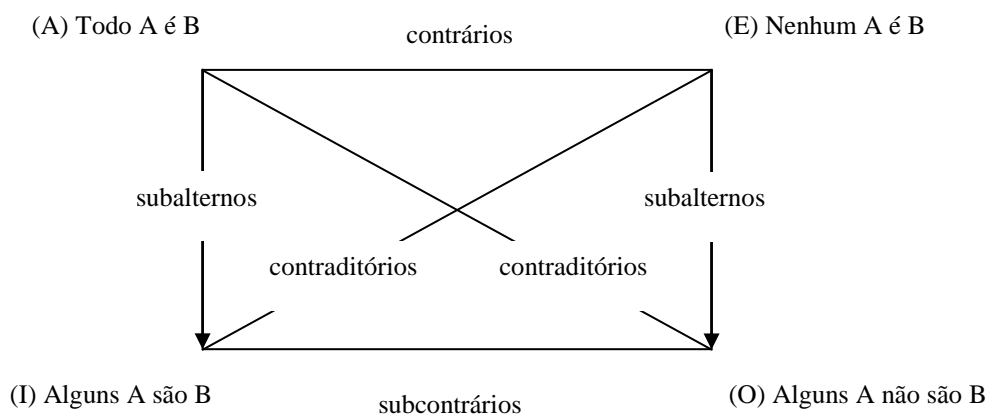
coisa do sujeito, ou não se aplica a alguma coisa deste, ou não se aplica a todo.” (ARISTÓTELES, 2010, p.112).

Assim, temos as seguintes formas lógicas:

- *Universais afirmativas (A)*: Todo A é B.
- *Universais negativas (E)*: Nenhum A é B.
- *Particulares afirmativas (I)*: Alguns A são B.
- *Particulares negativas (O)*: Alguns A não são B.

Aristóteles relacionou as quatro formas lógicas entre si por meio da *contrariedade*, da *contradição*, *subcontrariedade* e *implicação*, o que resultou no esquema chamado *Quadrado de Oposições* ou *Aristotélico*, assim representado:

Figura 1: O Quadrado Aristotélico



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.44)

As relações entre as proposições devem ser analisadas levando em consideração valores de verdade. Assim, temos:

- Os pares de proposições (A, O) e (E, I) caracterizam-se pelo fato de, se uma proposição do par é verdadeira, a outra será necessariamente falsa. Esses pares receberão o nome de proposições *contraditórias*. Branquinho (2006, p.645) afirma que o conceito de contradição corresponde à negação.

- O par (A, E) caracteriza-se pela impossibilidade de ambas as proposições serem verdadeiras, mas poderem ser ambas falsas. São proposições *contrárias*.
- O par (I, O) caracteriza-se por poderem ser ambas as proposições verdadeiras, mas não poderem ser ambas falsas. São *subcontrárias* (contraditórias das contrárias).
- Os pares (A, I) e (E, O) caracterizam-se pelo fato de, se o primeiro elemento do par for verdadeiro, o segundo não pode ser falso. São proposições *subalternas*, numa relação de *implicação*, em que o primeiro elemento do par implica o segundo.

Quando abordarmos o quadrado argumentativo, adiante neste trabalho, apresentaremos a reflexão de Ducrot (1990) sobre a aplicabilidade do quadrado aristotélico na descrição linguística. Portanto, voltaremos a esse tema.

A retórica aristotélica, como se viu, tinha o propósito de não só estudar a argumentação e os modos de torná-la persuasiva como também os meios de apresentá-la ao ouvinte e conquistar a sua adesão. Apoiava-se nos entimemas, o “corpo” da persuasão retórica, um tipo de silogismo não necessariamente verdadeiro, mas verossímil, proposições geralmente aceitáveis, para ganhar a aprovação do auditório. Para Aristóteles, unicamente o conhecimento não é suficiente para persuadir. É preciso alcançar o auditório, conhecê-lo, para uma argumentação ser bem sucedida. Escreveu na Retórica:

Acrescentemos que diante de certos auditórios nem mesmo a posse da ciência mais precisa facilitará tornar convincente o que dizemos, pois a argumentação baseada no conhecimento implica em [sic] instrução, e há pessoas que não se pode instruir. Neste caso, é necessário que utilizemos, a título de nossos modos de persuasão e argumentos, noções que todos possuem, como observamos nos Tópicos ao tratar do modo de dirigir-se a um auditório popular. Além disso, é necessário estar capacitado a empregar a persuasão, tal como os silogismos podem ser empregados, nos lados opostos de uma questão, não para nos dedicarmos indiscriminadamente a ambas as operações (uma vez que não devemos levar as pessoas a crer no que é incorreto), mas para que possamos ver com clareza o que são os fatos e, no caso de outrem argumentar sem justeza, sermos capazes de destruir sua argumentação. (ARISTÓTELES, 2011, pp.42-43).

Por outro lado, a retórica não tinha por objetivo estudar a linguagem em si, mas sim pesquisar como usá-la na persuasão do ouvinte. Nessa concepção, o discurso por si

não era suficiente, pois necessitava combinar-se com uma imagem positiva do orador, criada pelo discurso, e com uma determinada disposição do auditório.

Os estudos sobre a argumentação tiveram a mesma base desde Aristóteles até o fim do século XIX, segundo afirmação de Plantin (2008). A argumentação vinha sendo vista como componente de três sistemas: a lógica, a arte de pensar corretamente; a retórica, a arte de bem falar; e a dialética, a arte de bem dialogar.

Plantin (2008), ao fazer um levantamento histórico dos estudos sobre argumentação, afirma que a retórica sofreu uma “deslegitimação” no final do século XIX. Foi retirada dos currículos universitários da França sob a alegação de não ser científica. A motivação para tal medida estaria na visão positivista da ciência, para a qual todo saber deveria estar sustentado na experiência, em dados sensíveis, na observação dos fenômenos. Ora, como a retórica era do domínio da opinião, dos lugares comuns, do bom senso, não era passível de construir um saber, como escreve Plantin (2008, p.14): “O saber retórico não é saber”. Além de contrariar a mentalidade científica da época, o fato de a retórica estar vinculada ao método de educação aplicado pelos jesuítas também contribuiu para a desaprovação dessa arte. O período foi marcado pelos embates entre o Estado e a Igreja, e era a vontade de um Estado laico desvincular-se de qualquer influência religiosa na educação.

Outro fato importante foi a negação da lógica como a arte de pensar, passando à arte de calcular, proposta por Frege em 1879 com a publicação da *Begriffsschrift* (“escrita do conceito”) (PLANTIN, 2008). A lógica formal passou a ser um ramo da matemática, e não mais regulava o bom discurso. Contudo, estudos da argumentação ainda sobreviveram em duas áreas: no Direito, com o estudo dos argumentos visando à prática profissional, e na Teologia, com a instituição de Tomás de Aquino, pelo papa Leão XIII, como o filósofo oficial da Igreja Católica – o neotomismo, que revive a lógica aristotélica como a base do pensamento humano. Conclui Plantin:

Todo esse descrédito é incrementado por intervenções não pertinentes em campos científicos de ponta. Novos estilos argumentativos aparecem, fundados no método crítico. Essa situação iria se manter inalterada até, pelo menos, os anos 1970. Se tiver fundamento, essa leitura permite entrever as razões profundas do “eclipse” da argumentação, que nada têm a ver com negligência e esquecimento. A argumentação não foi esquecida, ela foi é profundamente deslegitimada. (PLANTIN, 2008, p.20).

Os estudos sobre argumentação ganham novo fôlego com *Os usos do argumento*, de Stephen Toulmin, publicado em 1958. Segundo Toulmin (2006, p.135), “Um argumento é como um organismo: tem uma estrutura bruta, anatômica, e outra mais fina e, por assim dizer, fisiológica”. A estrutura bruta pode ser entendida como sendo fases no progresso do argumento, do problema proposto até a conclusão. A estrutura fina são as sentenças individuais, objeto de estudo dos lógicos. É nesse nível que os argumentos serão validados ou refutados.

No capítulo três de *Os usos do argumento*, Toulmin (2006) questiona-se sobre a melhor maneira de expor um argumento e de evidenciar sua validade. Além disso, pergunta se a aceitabilidade ou a recusa de uma argumentação depende dos defeitos e dos méritos formais do argumento. Ao retomar o silogismo aristotélico, que chamou de microestrutura do argumento, põe em questão se a estrutura de duas premissas e uma conclusão não seria uma simplificação do processo argumentativo, com algum custo no resultado final.

A argumentação proposta por Toulmin parte de uma asserção que deve ser apoiada por fatos do mundo. Cita o exemplo “O cabelo de Harry não é preto”, que tem como suporte o seu conhecimento pessoal de que Harry tem cabelo ruivo, ou que “Petersen não será um católico romano”, porque sabe que Petersen é sueco, e assim seria muito improvável que fosse católico romano: “Em cada caso, uma asserção original apoia-se em fatos apresentados que se relacionam a ela”, fatos que serão denominados *dados* (D) sustentadores do argumento (TOULMIN, 2006, p.140).

Porém, simplesmente afirmar a *conclusão* (C) após apresentar os dados não é suficiente. Deve haver uma espécie de regra, de lei geral, de inferência, que autorize a passagem dos dados à conclusão. A esse passo Toulmin chama de *garantias* (W). São elas as responsáveis pela relação entre os dados e a conclusão, algo sob a forma *dados do tipo D nos dão o direito de tirar as conclusões C*. Retomando o exemplo de Harry, é o conhecimento prévio da cor de seu cabelo que descarta a possibilidade de Harry ser loiro ou moreno, sob a garantia de que se uma coisa é vermelha (aqui, o cabelo ruivo), não será de outra cor. Entretanto, nem sempre a distinção entre *dados* e *garantia* é clara. Toulmin admite o problema e afirma que, em muitos casos, uma asserção pode tanto servir como *dado* quanto como *garantia*, inclusive havendo casos nos quais uma só asserção preenche as duas funções. Contudo, uma distinção pode ser feita: os dados são

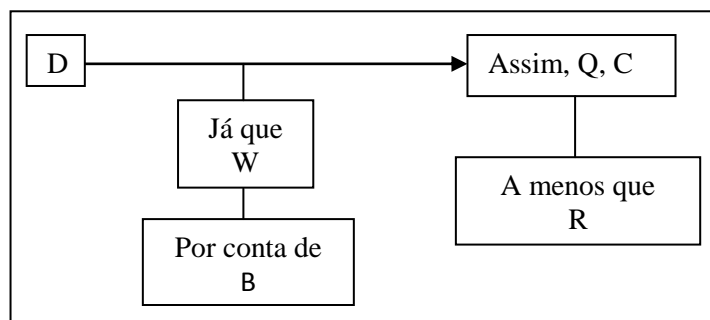
apresentados explicitamente, já as garantias o serão de modo implícito, pois são de caráter geral, abrangente.

Como há diversos tipos de garantias, elas podem interferir na conclusão dando a ela diferentes graus de força. Assim, uma determinada garantia pode autorizar que se coloque ao lado da conclusão um advérbio como *necessariamente*, *presumivelmente* ou *provavelmente*. A essa referência explícita ao grau de força conferido à conclusão, Toulmin nomeia *qualificador* (Q). Além dele, também propõe a existência de *condições de exceção ou refutação* (R), marcando as circunstâncias em que a garantia deve ser desconsiderada.

Outro elemento será incluído no esquema argumentativo de Toulmin: o *apoio* (B). O *apoio* age sobre a *garantia*, validando a aceitação, dando autoridade a ela. De fato, na base de toda garantia sempre haverá um aval, ou as garantias não teriam força na argumentação.

De posse da definição dos elementos formais argumentativos propostos por Toulmin, podemos, então, esquematizar o modelo de sua argumentação dessa maneira:

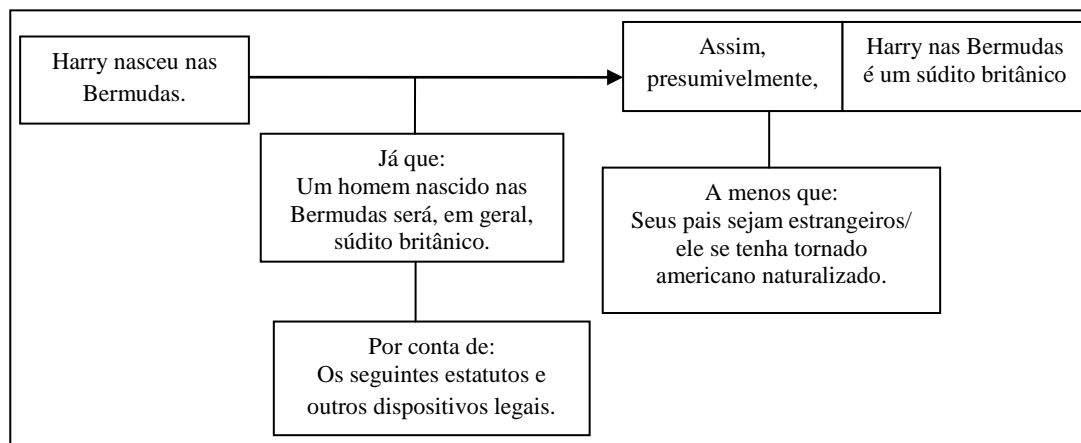
Figura 2: Modelo de Toulmin (conceitual)



Fonte: figura elaborada com base em Toulmin (2006, p.150)

Ou, para fim de clareza, tal como faz o autor:

Figura 3: Modelo de Toulmin (exemplificação)



Fonte: figura elaborada com base em Toulmin (2006, p.151)

Plantin (2008) faz algumas observações e críticas ao modelo de Toulmin. Primeiramente, afirma: “O modelo de Toulmin fornece uma excelente representação desse modelo da argumentação monológica, constelação de enunciados ligados em um sistema e que dão ao discurso uma forma de racionalidade.” (PLANTIN, 2008, p.25). No entanto, o critica por considerar a argumentação como uma simples ordenação de fatos, o que não confere com a complexidade do tema. Além disso, diz ser o modelo aplicado ao discurso contínuo e monológico, embora o fator *qualificador* (chamado *modalizador* por Plantin) indique um vestígio de outro discurso, correspondente à concessão.

Outra crítica recai sobre a *garantia* e seu *apoio*. Se uma garantia deve estar embasada em algo, esse “algo” também deve ter seu suporte, desencadeando uma regressão ao infinito. Decorre daí a necessidade de argumentar-se tomando por base acordos preliminares, pontos fixos, o que nem sempre é possível. Um questionamento a respeito de uma dessas bases pode ameaçar toda a argumentação.

Em *Os usos do argumento*, Toulmin (2006) discute e aprofunda o que aqui apresentamos superficialmente. No entanto, vimos que trata o discurso argumentativo como uma expressão da racionalidade, ordenado sob determinados princípios. Aproxima-se de Aristóteles quanto à concepção das leis de passagem que garantem que de um argumento se chegue a uma conclusão, leis essas constituídas não

necessariamente pela “verdade” ou pelo saber científico, mas também pelo senso comum, assegurando a relação argumento-conclusão. Da concepção aristotélica ainda utiliza-se do silogismo e da noção de validade de uma proposição. Distancia-se do filósofo grego ao lidar com a linguagem natural, mas ainda dependente da exterioridade, dos fatos do mundo, a sustentarem a argumentação.

Ao lado de Toulmin, outro filósofo destacado no campo dos estudos argumentativos é Chaïm Perelman, que, com a publicação do *Tratado da argumentação: a nova retórica*, em 1958, juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, revive a retórica de Aristóteles, mas com algumas particularidades.

Perelman e Olbrechts-Tyteca têm como objetivo investigar uma lógica dos julgamentos de valor, principalmente aplicados ao Direito, à História, à Filosofia, afastando-se da lógica apoiada no raciocínio silogístico, calcado na dedução de uma conclusão a partir de premissas válidas. Esse posicionamento contrariava a reflexão filosófica que somente admitia como científicas aquelas áreas do conhecimento constituídas a partir da lógica dedutiva. Sem o suporte do raciocínio científico, sobrava a especulação, a irracionalidade. Por essa perspectiva, o Direito, por exemplo, estaria condenado a abrir mão da razão, já que seus valores não eram decididos pelas formas lógicas. Na introdução do *Tratado da argumentação*, Perelman pergunta:

Deveríamos, então, tirar dessa evolução da lógica e dos incontestáveis progressos por ela realizados a conclusão de que a razão é totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema, só nos resta abandonarmo-nos às forças irracionais, aos nossos instintos, à sugestão ou à violência? (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.3).

A partir de suas reflexões, Perelman tentou desenvolver uma lógica do raciocínio dialético, aquele que lida com premissas prováveis, vindas do senso comum, das ideias geralmente aceitas pelos homens. Assim, as premissas do Direito, por exemplo, resultariam de um “acordo” entre o orador e o auditório, de um saber comum, que seria verossímil, não necessariamente verdadeiro ou falso: “O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.1).

O *Tratado da argumentação*, embora analise as provas chamadas de dialéticas por Aristóteles no livro *Tópicos*, aproxima-se da retórica. Isso se deve à argumentação somente ocorrer em presença de um auditório, ao qual o orador deve adaptar-se para ser bem sucedido na prática de convencimento por meio de seu discurso.

Contudo, a teoria de Perelman não é uma cópia da retórica de Aristóteles. Por exemplo, o objeto da retórica era a arte de falar em público com a finalidade de conquistar a adesão dos ouvintes. Estava centrada, então, na linguagem oral, dirigida a um grande número de pessoas reunidas em praça pública. Perelman considera: “Mas não temos razões para limitar nosso estudo à apresentação de uma argumentação oral e para limitar a uma multidão reunida numa praça o gênero de auditório ao qual nos dirigimos.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.6). Diz que seu estudo envolverá mais precisamente os textos impressos, tamanha a importância da escrita na sociedade. É uma nova retórica.

Contudo, mesmo priorizando o discurso escrito, a ideia da necessidade do auditório no fazer argumentativo é mantida na teoria do *Tratado da argumentação*. O escritor pode achar-se solitário em sua prática, mas na verdade esse isolamento é ilusório, tal como Perelman concebe:

O que conservamos da retórica tradicional é a ideia mesma de *auditório*, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso. Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.7).

Quer dizer que tanto o orador quanto o escritor irão sempre construir sua argumentação levando em conta um público, real ou não, visível ou não, mas sempre presente a influenciar a construção discurso.

O *Tratado da argumentação* examina somente os recursos discursivos usados para obter a adesão dos ouvintes, isto é, as técnicas nas quais a linguagem é usada para persuadir e para convencer: “[...] trataremos apenas do condicionamento do auditório mediante o discurso, do que resultam considerações sobre a ordem em que os argumentos devem ser apresentados para exercer maior efeito.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.9). *Persuadir e convencer* têm definições distintas:

“Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convicente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.31).

Porém, é nessa questão que Plantin (2008) lança críticas à teoria de Perelman:

A menção a *técnicas discursivas* faz explicitamente da argumentação um ramo da análise do discurso, mas, na prática, o *Tratado da Argumentação* preocupa-se pouco com a linguagem e, às vezes, assimila a perspectiva argumentativa à perspectiva psicológica; na busca da *adesão dos espíritos*, a mediação linguística tende a desaparecer. (PLANTIN, 2008, p.46).

Segundo Plantin (2008), os processos de persuasão e de convicção são objetos da Psicologia, cujos estudos envolvem fundamentalmente influências sociais sobre o comportamento dos indivíduos. Logo, na prática de persuadir há interferências de natureza psicológica que não podem ser deixadas de lado, segundo o autor. Por essa razão afirma que Perelman aproxima-se da psicologia em detrimento de uma análise discursiva propriamente linguística.

De modo a finalizarmos este bloco de referências históricas e conceituais a respeito da argumentação, retomamos nosso intento ao apresentá-lo aqui. Era nossa meta fazer uma pesquisa sobre modos de olhar a argumentação por pensadores responsáveis pelo progresso nessa área do conhecimento, para então, a seguir, apresentar a perspectiva teórica que iremos assumir. Percebemos o valor inquestionável de tais estudos de grande repercussão no âmbito das teorias da argumentação, porém, não podemos deixar de notar o lugar assumido pela linguagem nesses corpos teóricos, como também a investigação do sentido por ela produzido.

De uma maneira geral (que não será a perspectiva assumida nesta tese), a argumentação é concebida como uma ação verbal que objetiva convencer o(s) outro(s). Em Ferreira (2010), sobre a retórica, temos:

Pela palavra, tentamos influenciar as pessoas, orientar-lhes o pensamento, excitar ou acalmar as emoções para, enfim, guiar suas ações, casar interesses e estabelecer acordos que nos permitam conviver em harmonia. (FERREIRA, 2010, p.12).

A partir dos pensadores aqui citados, dos sofistas a Perelman (e sabemos haver outros, mas optamos por evidenciar os que contribuíram de maneira mais significativa com as investigações), parece a linguagem ter sido percebida como um meio, um instrumento para fins argumentativos. A língua/ linguagem em si (não faremos distinção

neste momento) não foi tomada por objeto de estudo. Os sofistas a consideravam utilitária, no sentido de ser o meio pelo qual podiam impor seus argumentos e vencer os debates; teve sua importância minimizada pela lógica clássica de base aristotélica, que intentava expressar o raciocínio por meio de formas; foi “organizada” por Toulmin para poder expressar a razão do pensamento argumentativo; foi novamente concebida como meio de conquistar a adesão de um auditório por Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Não queremos com isso desmerecer essas teorias, pelo contrário. Unicamente estamos propondo um trabalho sobre argumentação embasado em uma perspectiva particular: a de a argumentação estar na língua, de fazer parte de sua própria natureza. Nosso alvo será, então, a língua, o sentido argumentativo que lhe é inerente, na construção do sentido do discurso.

Considerações feitas, passamos à argumentação linguística de Oswald Ducrot, Marion Carel e colaboradores.

1.3 A argumentação linguística

Oswald Ducrot, no artigo *Argumentação retórica e argumentação linguística* (DUCROT, 2009, p.20), define dois sentidos para a palavra argumentação. Conforme o título do trabalho, concebe uma argumentação retórica e outra linguística. Escreve:

Efetivamente, eu não só distinguirei os fenômenos que entram nessas acepções da palavra *argumentação* (o que é apenas um trabalho de terminologia), mas também as oporei, mostrando que a argumentação linguística não tem nenhuma relação direta com a argumentação retórica. (DUCROT, 2009, p. 20).

São noções bastante distintas e precisam ser caracterizadas para que não se tome uma pela outra, ainda mais no âmbito da ANL, em que a argumentação assume um sentido bastante próprio.

A *argumentação retórica*, por Ducrot (2009) é: “[...] a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa.” (DUCROT, 2009, p.20). A essa definição o linguista põe duas limitações: ela está apoiada num fazer *crer*, e não num fazer *fazer*, o que a deixa limitada a somente *fazer* se primeiramente houver um *crer* (ao passo que há indiscutivelmente meios de levar uma pessoa a fazer alguma coisa sem que ela acredite que essa coisa será um bem); a segunda limitação do conceito é quanto à atividade

considerada ser unicamente a verbal, mesmo havendo outras formas de fazer crer além de se dar pela palavra. Ao fechar o parágrafo, Ducrot declara que não se ocupará dessas particularidades, mas somente irá considerar a persuasão pelo discurso.

Em contraponto, Ducrot conceitua *argumentação linguística*:

[...] chamarei assim os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc (portanto)*, *alors (então)*, *par conséquent (consequentemente)*... (DUCROT, 2009, p.20-21, grifos do autor).

Em nota de rodapé (DUCROT, 2009, p.20), o autor explica que, no momento recente da Teoria da Argumentação na Língua – a Teoria dos Blocos Semânticos, também são consideradas argumentações os encadeamentos em *pourtant (no entanto)*, *cependant (entretanto)*, *malgré cela (apesar disso)*...mas que esse tópico não seria desenvolvido no artigo porque se tratava de uma comparação com a argumentação retórica, e por isso não mencionaria as argumentações em *pourtant*. Adiante, voltaremos ao assunto. No momento, seguiremos a diretriz de Ducrot (2009) e assumiremos as argumentações em *donc (portanto)*.

Dando prosseguimento à sua reflexão, Ducrot parte do princípio de que argumento e conclusão (proposições A e C), encadeados sob a forma *A portanto C*, geralmente são tomados como se A justificasse C e como se C ganhasse sua validade ao ser articulado a A.

Pela retórica, um argumento A leva a uma conclusão C a partir dele mesmo, apoiado em um *topos*, ou lugar-comum argumentativo, que garantiria a passagem de A a C. Por exemplo, na proposição *aquele aluno é muito inteligente, é certo que será um bom profissional*, o argumento *aquele aluno é muito inteligente*, combinado ao senso comum de que pessoas inteligentes são bons profissionais, levaria àquela conclusão. Inclusive o argumento é concebido como uma justificção da conclusão, como se o fato de ser inteligente justificasse a previsão de o aluno vir a ser bom profissional. Argumento e conclusão seriam entidades individuais, fechadas semanticamente em si mesmas, mas ligadas por um *topos*.

Na visão de Ducrot (2009), argumento e conclusão são inseparáveis. Além disso, apesar de comumente ser aceito um sentido de justificção presente na argumentação, pela perspectiva de Ducrot essa presença é ilusória (DUCROT, 2009, p.21). Não há

caráter justificativo na argumentação, embora essa interpretação faça parte do conhecimento dos sujeitos falantes. Afirma:

A crítica que vou propor não impede, entretanto, que essa interpretação de *A portanto C* faça parte, por assim dizer, dos conhecimentos metalinguísticos dos sujeitos falantes, até mesmo não linguistas, e que ela constitua um nível incontestável de compreensão dos encadeamentos em *portanto*. (DUCROT, 2009, p.21)

A ideia de justificar uma conclusão por meio de um argumento, como se a verdade do argumento garantisse a validade da conclusão, parece ser suficiente para ganhar a adesão de alguém, quer dizer, uma justificação teria o poder de persuasão. No entanto, Ducrot nega o fato, pois não existe tal poder na justificação. Recorremos mais uma vez ao linguista:

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento *A* contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de *A* não pode ser definido independentemente do fato de que *A* é visto como conduzindo a *C*. Não há, pois, propriamente falando, passagem de *A* a *C*, não há justificação de *C* para um enunciado *A* que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de *A* até *C*, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo *A*. (DUCROT, 2009, p.22).

Um exemplo dado por Ducrot (2009) esclarece a citação. Tomemos os seguintes encadeamentos (em ambos *portanto* está implícito):

- i. *Tu diriges depressa demais, tu corres o risco de sofrer um acidente;*
- ii. *Tu diriges depressa demais, tu corres o risco de cometer uma infração.*

Esses enunciados poderiam ser explicados no sentido de a conclusão *tu corres o risco de sofrer um acidente*, por exemplo, decorrer de um raciocínio fundamentado num lugar-comum (*topos*) de que a velocidade excessiva pode causar acidentes. Porém isso não se aplica, pois o argumento *Tu diriges depressa demais* não tem sentido completo em si, ele não justifica a conclusão, porque seu sentido depende dela. Observamos que tanto em (i) como em (ii) a expressão *depressa demais* assume sentidos distintos, sentidos decorrentes de sua interdependência semântica com a conclusão. Em (i) *depressa demais* significa uma *velocidade perigosa*, capaz de gerar acidentes, ao passo

que em (ii) a expressão significa uma *velocidade que provoca uma infração*. Então, pela explicação de Ducrot, não há um argumento auto-suficiente semanticamente que justifique a conclusão apoiado em princípios argumentativos. Há sim uma interdependência de sentido entre A e C, ambos concorrentes na produção do sentido do encadeamento.

Novamente seguindo Ducrot, não há inferência de A a C. O fator que comprova a inexistência de cálculo inferencial de A a C, ou mesmo de uma relação de causa/consequência necessária, é a possibilidade de encadearmos ao argumento A não só *portanto C* mas também *no entanto não-C*. Mais um exemplo: ao argumento *é perto* podemos encadear *portanto vamos a pé*, mas também *no entanto não vamos a pé*, na mesma proporção. Como se percebe, *é perto* não orienta mais para uma do que para outra continuação, ambas são possíveis, o que comprova a não existência de justificação específica de C com o argumento A. Se a relação fosse inferencial, o argumento levaria a uma conclusão específica, o que não é o caso.

Bem, se não há justificação no encadeamento *A portanto C*, como explicamos o seu uso repetidamente com essa finalidade? Em outras palavras, como se explicam esses sentidos de justificação e de persuasão que são inegavelmente compartilhados entre os sujeitos? Ao levantar a questão, Ducrot (2009) apresenta três razões para se utilizar a argumentação linguística na estratégia persuasiva: o fato de enunciar uma argumentação em *portanto*; o uso da concessão; e a existência de modelos de encadeamentos argumentativos na significação das palavras do léxico.

O primeiro ponto levantado por Ducrot, concernente ao uso da argumentação linguística para persuadir, está na enunciação da argumentação em *portanto*. O locutor apresenta, dessa forma, uma razão para a sua decisão, e com isso melhora seu *ethos*, sua imagem, ao mostrar que não quer impor seu ponto de vista. Também impede o interlocutor de simplesmente negar a argumentação do locutor sem expor um argumento que o vença. Exemplo: se Pedro diz *vamos almoçar neste restaurante, aqui servem ótimos pratos*, Maria não pode dizer *não, não vamos almoçar aqui* sem apresentar uma razão para tanto. Caso Maria o diga, poderá ter sua imagem construída de forma negativa por refutar a argumentação de Pedro de maneira bruta, inflexível. É muito provável que, numa situação real de diálogo, Pedro perguntasse a Maria qual seria a razão de não almoçarem no restaurante, deixando clara a insuficiência da negação para convencer e a necessidade da justificação.

Como segundo motivo, o linguista considera a estratégia persuasiva da *concessão*, sob a forma *X mas Y*. Nessa argumentação, o locutor apresenta X como um ponto de vista desfavorável ao que defende, mas o aceita, impedindo o alocutário de utilizá-lo para defesa própria. Por exemplo, digamos que Pedro queira convencer Maria a fazer exercícios físicos, mas já sabe de antemão que Maria alegará seu cansaço após um longo dia de trabalho. Então, Pedro antecipa o argumento de Maria e o apresenta na sua argumentação, porém articulado com um *mas* e seguido de seu ponto de vista, resultando, por exemplo, em *você chega cansada do trabalho, mas exercícios diminuem o stress*. Assim, Pedro impede Maria de alegar o cansaço para não se exercitar, pois concorda com ela, mas apresenta uma consideração que julga mais séria: o benefício da atividade física.

Ducrot também acrescenta outra vantagem da estratégia da concessão. Ao mostrar que considerou posições contrárias às suas, o locutor melhora sua imagem por meio do discurso: “O orador aparenta ser um homem sério, portanto confiável, já que, antes de escolher sua posição Z, ele também prestou atenção às objeções possíveis contra Z.” (DUCROT, 2009, p.24). Em termos retóricos, estaríamos falando sobre o *ethos* do locutor, sua imagem pessoal construída pelo discurso. Para resumir, citamos duas vantagens do uso da concessão: a primeira refere-se a antecipar a argumentação contrária e impedi-la de ser usada, e a segunda trata-se de construir positivamente a imagem do locutor.

Uma observação se faz necessária: essa concessão está associada a um tipo de *mas*, denominado MAS_{PA} por Carlos Vogt (1989, p.104), no artigo *De magis a mas: uma hipótese semântica*, escrito com colaboração de Oswald Ducrot. Nesse texto, Vogt identifica dois sentidos para a conjunção *mas*: o MAS_{SN} , identificado à conjunção *sino* do espanhol e *sondern* do alemão; e o MAS_{PA} , realizado por *pero* em espanhol e por *aber* em alemão. O MAS_{SN} serve para retificar. Vem sempre depois de uma proposição negativa, atribuída a um interlocutor real ou virtual, e introduz uma nova proposição que substitui a anterior, como no exemplo *ele não é inteligente, mas apenas esperto*. O MAS_{PA} , ao contrário, introduz uma proposição que orienta para uma conclusão oposta à da primeira proposição, como em *ele é inteligente, mas estuda pouco*. Logo, o *mas* concessivo indicado por Ducrot (2009) refere-se ao MAS_{PA} , pois há uma concordância quanto à primeira proposição, mas sua conclusão é enfraquecida em função da conclusão que se faz a partir da proposição seguinte a *mas*.

O terceiro motivo para a persuasão aproveitar-se da argumentação linguística é que, na significação das palavras do léxico, há modelos representativos de encadeamentos argumentativos:

“[...] a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com intenção persuasiva, comportam no seu sentido argumentações – generalizando um pouco a definição que dei a essa palavra, e incluindo aí não somente os encadeamentos em *portanto*, mas também aqueles em *no entanto*, *entretanto*...” (DUCROT, 2009, p.23).

Por exemplo, ao dizermos *é longe, não vamos lá* estamos considerando a distância como sendo um obstáculo, que, segundo Ducrot, representa o próprio sentido da palavra *longe*. Ou, se quisermos dizer que Pedro não fará uma coisa porque é *interesseiro*, essa palavra pode ser traduzida pelo encadeamento *não há interesse, portanto ele não o fará*. Então na significação das palavras e dos enunciados há argumentações, que lhes constituem o próprio sentido.

No final do artigo, Ducrot declara:

Para resumir essas explicações da frequência de *portanto* na fala com alcance persuasivo, eu direi que eles [os encadeamentos em *portanto*] servem para melhorar a imagem do orador, seu *ethos*. É desse modo que eles podem tornar a palavra mais eficaz. (DUCROT, 2009, p.25).

Conforme as pesquisas do linguista, não é o *logos*, ou o discurso racional, que assegura a persuasão apoiado no *ethos* e no *pathos*. Para Ducrot, a própria existência de um *logos* é ilusória (relembrando, não há um raciocínio entre argumento e conclusão, mas interdependência semântica). Os encadeamentos em *portanto* atuam de fato sobre o *ethos*, e assim participam no ato de persuadir. É o *ethos* do locutor que se beneficia com uma argumentação em *portanto*, dada a falsa aparência de justificar uma decisão; que ganha aprovação do interlocutor quando mostra concordância parcial com o discurso oposto, evidenciando assim sua reflexão, sua ponderação sobre o outro discurso; que expressa uma posição frente a um tema por meio da argumentação inerente à própria língua.

Ao final desta seção, pensamos ter levantado uma problemática bastante comum na ciência linguística, que são os termos usados com sentidos distintos de acordo com o corpo teórico em que estão inseridos. Aqui, discutimos a *argumentação* e suas visões, e procuramos distingui-las. A partir deste ponto, iremos adotar *argumentação* tal como

foi definida por Ducrot e Carel, no âmbito da ANL. Argumentar é colocar em relação duas proposições que assumirão um sentido que vem justamente dessa relação. E o responsável pela construção desses encadeamentos em uma situação discursiva é o locutor. Por isso, Ducrot também afirma que argumentar é apresentar um ponto de vista sobre algo, ou seja, quando o locutor se posiciona a respeito de um assunto, ele está argumentando.

Seguindo nosso percurso teórico, até aqui respondemos a primeira questão, ou seja, o que é argumentação. Na continuidade, desenvolveremos os fundamentos da ANL e o porquê de a argumentação estar na língua.

2 A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

2.1 As bases da Teoria da Argumentação na Língua

Retomemos o modo escolhido para apresentarmos a teoria linguística embasadora deste trabalho. Primeiramente discorreremos sobre diferentes concepções para *argumentação* e chegamos à sua definição pela ANL/ TBS. Agora, nosso segundo questionamento diz respeito à argumentação *na língua*. Para tanto, proporemos abaixo duas subseções, cada uma referente a teorias linguísticas que estão na base da ANL: a teoria saussuriana e a enunciação de Benveniste. Não iremos desenvolver essas teorias de fato, mas pontuar aqueles conceitos imprescindíveis na formulação da ANL. Conceitos não necessariamente tomados na íntegra por Ducrot e seus colaboradores, mas reformulados, entretanto, ainda recuperáveis na obra ducrotiana. A partir dessa discussão, pretendemos explicar o porquê de a argumentação estar na língua.

2.1.1 A Teoria da Argumentação na Língua e os princípios saussurianos

A ANL tem suas raízes nos princípios saussurianos. Logo, para um entendimento mais completo da Teoria, faz-se necessário traçar um panorama sobre os fundamentos concebidos por Saussure, como a definição de signo linguístico, a noção de relação (valor do signo) e os conceitos de língua/fala.

Saussure (2000) toma o signo linguístico como unidade de descrição. Cada signo é composto de duas “faces” inseparáveis uma da outra: o *significante* – impressão psíquica do som ou imagem acústica; e o *significado* – definido como sendo um conceito. Significante e significado são ambas entidades psíquicas, abstratas, pertencentes ao sistema da língua.

No entanto, o signo linguístico não é definido por si mesmo, com uma realidade independente. O signo, para Saussure, é definido pela oposição que faz em relação a outro, isto é, o *valor* de um signo se dá por meio de relações entre eles. Desse modo, Saussure defende que a noção de *relação* é de grande importância para a descrição semântica. A esse respeito, escreve Ducrot:

Em termos gerais, pode afirmar-se que a ANL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística na medida em que, para

Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. (CAREL; DUCROT, 2005, p.11).

Para a ANL, somente ao entrarem em relação, isto é, no discurso, é que as palavras produzem sentido, ou, como escreve Saussure na *Nota sobre o discurso*, são capazes de expressar “significação de pensamento” (SAUSSURE, 2004, p.237). Fora do uso, quer dizer, no sistema da língua, as palavras têm conceitos isolados que, pelas palavras do linguista, “esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento.” (SAUSSURE, 2004, p.237).

Assim, a expressão *hoje está frio* assume um sentido próprio, particular, quando articulada a uma conclusão, como *vamos ficar em casa*. É um frio convidativo à permanência no lar. Por outro lado, se *hoje está frio* for articulado à conclusão *vamos tomar sol*, seu sentido será alterado – é um frio que estimula à exposição solar. Então, nesses exemplos há dois sentidos diferentes para a mesma expressão linguística, dependendo da continuação discursiva que se dá a ela. É devido a essa interdependência semântica que a ANL afirma o sentido ser argumentativo, que dizer, o sentido de uma expressão depende da continuação que lhe é dada. É também pela noção de relação e pela sua importância na construção do sentido que se confirma o vínculo de Ducrot a Saussure.

Outras formulações propostas por Saussure tiveram influência na concepção da ANL, como os conceitos de *língua* e *fala*. À *língua* corresponderia o sistema linguístico, abstrato, de caráter homogêneo e coletivo, por isso presta-se à descrição. A *fala* seria a realização da língua. Em oposição às características do sistema, seria heterogênea por sofrer intervenções de ordens psicológicas, sociais e culturais, dentre outros fatores. Ao mesmo tempo, a fala seria individual por se constituir num ato de vontade do indivíduo.

Ao decidir pela língua como seu objeto de estudo, Saussure não menosprezou a fala. Ao contrário, afirmou haver uma linguística da língua e outra da fala, mas seu foco estaria na descrição do sistema por apresentar as características já mencionadas. Para Ducrot, a correspondência, na linguagem, entre um elemento abstrato e outro concreto foi útil para a definição de *frase* e *enunciado*.

Ducrot (1984, p.368) afirma ser necessário identificar dois elementos distintos na produção de uma sequência de palavras. Um deles é o material linguístico empregado, pertencente ao sistema da língua e, portanto, de caráter abstrato. Outro são as diversas realizações desse material, que dizem respeito a uma pessoa (no sentido

gramatical), num determinado espaço e tempo. A partir dessa distinção, Ducrot define uma terminologia que irá usar no desenvolvimento de sua teoria linguística, conceituando *frase*, *texto*, *enunciado* e *discurso*.

Frase é o material linguístico usado pelo locutor, é um construto teórico, enquanto *texto* designa um conjunto de frases, ambos abstratos. *Enunciado* é a realização da frase, objeto construído, ou seja, o que foi efetivamente pronunciado ou escrito; e *discurso* é um conjunto de enunciados ligados entre si, o que resulta ser a concretização de um *texto*.

Ducrot distingue os valores semânticos da frase e do enunciado. As frases são dotadas de *significação* e os enunciados têm *sentido*. O linguista separa *significação* de *sentido* por considerar que esse último só é produzido no uso, não havendo a ideia de sentido constante.

A *significação*, por outro lado, é constituída de instruções abertas, isto é, não preconcebidas, que vão produzir sentido no uso da língua. Por exemplo, a conjunção *mas* (chamada de *articulador*, por Ducrot) teria uma instrução como “busque no enunciado um argumento que deve ser contrário a outro, e tire uma conclusão a partir do segundo”. Esse exemplo se concretiza em *ele é um bom aluno, mas faltou muito*. De *ele é um bom aluno* concluímos, por exemplo, a sua aprovação. Por outro lado, de *mas faltou muito* temos a reprovação. Como a instrução de *mas* orienta para a conclusão a partir da segunda expressão, de *ele é um bom aluno, mas faltou muito* entendemos a sua reprovação (uma observação: o exemplo citado refere-se ao *mas* concessivo, ou MAS_{PA} segundo Vogt (1989), pelo qual o locutor dá concordância à expressão que antecede a conjunção, mas nega a conclusão dada a partir dela, para concluir a partir da expressão seguinte a *mas*). Com isso, vemos que, para se chegar ao sentido, precisamos da *significação* (das instruções), e vice-versa. Sentido e *significação* são, então, interdependentes.

O fato de as frases serem dotadas de instruções que vão direcionar a construção do sentido a partir do enunciado faz com que Ducrot modifique os conceitos saussurianos de língua e fala. Para o linguista, língua e fala são inseparáveis. O sistema, correspondente à frase para a ANL, necessita do uso para que o sentido seja completado. Logo, é no uso da língua que os falantes encontram o sentido do enunciado.

De acordo com Saussure, os elementos linguísticos estabelecem entre si relações que se dão em dois níveis distintos: o sintagmático e o paradigmático. As relações sintagmáticas, ou de combinação, são aquelas estabelecidas entre os signos que se organizam numa determinada ordem no sintagma. As paradigmáticas, ou associativas, referem-se àquelas baseadas na seleção de elementos passíveis de figurar num mesmo ambiente do enunciado. Como exemplo, em *João comprou um livro*, os componentes *João*, *comprou*, *um* e *livro* estão organizados sintagmaticamente segundo uma ordem estabelecida pelo sistema da língua portuguesa. Já o item *livro* poderia ser substituído por outros suscetíveis de ocupar aquele lugar no enunciado, como *carro*, *relógio*, *fogão*, *apartamento*, etc., configurando assim relações paradigmáticas entre os elementos.

Para Ducrot, a aplicação das relações sintagmáticas está na noção de encadeamento argumentativo. Na atual fase da ANL, a Teoria dos Blocos Semânticos, a relação não se dá entre argumento e conclusão, mas entre dois segmentos articulados por um conector, segmentos esses interdependentes semanticamente. Inclusive, em Carel e Ducrot (2008, p.10) encontramos: “Dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego”, marcando claramente que ambos segmentos são dependentes entre si para a construção do sentido.

As relações paradigmáticas, no âmbito da ANL/TBS, podem ser exemplificadas por meio de encadeamentos possíveis de serem construídos a partir da orientação argumentativa do léxico. Desse modo, o prosseguimento de *João é inteligente, portanto...* seria concluído de forma positiva, como *vai conseguir o emprego*, *vai solucionar o problema* ou *vai ser aprovado*. Essa positividade deve-se à orientação argumentativa presente no interior de *inteligente*, que conduz a continuação do enunciado a uma conclusão dessa qualidade. Assim, as diversas sequências admissíveis a *João é inteligente, portanto...* formam um paradigma, a partir do qual uma continuação será selecionada pelo locutor. Conforme salientamos no parágrafo anterior, a escolha do segundo segmento influenciará semanticamente o primeiro, assim como o primeiro segmento já traz em si uma orientação para o segundo. Assim: ao dizermos *João é inteligente, portanto vai conseguir o emprego* construímos um sentido de *inteligência para ser aprovado num processo seletivo de emprego*, ao passo que em *João é inteligente, portanto vai solucionar o problema* o sentido será de *inteligência própria para a resolução de problemas*. Ora, a inteligência que propicia ser selecionado em um concurso não é a mesma, ou não tem o mesmo sentido, daquela que dá aptidão

para a solução de problemas. Pretendemos, então, por essa exemplificação, mostrar a influência semântica mútua de um segmento sobre o outro para a formação do sentido, que a TBS chamará de bloco semântico.

Feitas as considerações sobre a fundamentação da ANL no pensamento saussuriano, passa-se a outro conceito igualmente importante para a Teoria: a enunciação.

2.1.2 A Teoria da Argumentação na Língua e a Enunciação

Definida a terminologia inicial de *frase*, *texto*, *enunciado* e *discurso*, Ducrot passou a estudar as características das entidades abstratas e das concretas. Concluiu que os valores semânticos de umas e outras não são os mesmos devido a um atributo pertencente às entidades concretas: a capacidade de fazer referência ao mundo (DUCROT, 1984, p.370). Ao se dizer *Tu vais gostar deste livro* somente atribuímos a referência a *tu* no momento em que um locutor se dirige a um interlocutor no mundo, um ser definido. Antes disso, o *tu* continha unicamente uma instrução: *busque a referência no interlocutor*. Algo semelhante sucede com o demonstrativo *este* que, combinado com *livro*, designa um objeto específico que vai agradar àquela pessoa. Fica, então, explicado que a referência é dada a partir do enunciado, e não pela frase, justamente porque é pelo enunciado que se chega ao sentido. Como mencionado anteriormente, à frase cabe um conjunto de instruções gerais, abertas, que, numa situação de enunciação, vão construir o sentido do enunciado.

A ANL, então, é considerada uma teoria enunciativa. Prevê um *locutor* produzindo um enunciado (ou discurso) a um *interlocutor*. O *locutor* é o ser responsável pelo enunciado e no qual se marca ao produzir *eu*, *aqui* e *agora*. O *interlocutor* é o destinatário do enunciado. Locutor e interlocutor são seres discursivos, abstratos, e não devem ser confundidos com seres reais. Essa distinção é defendida por Ducrot porque seu foco é a argumentação produzida no sistema linguístico e pelo próprio sistema, enquanto o indivíduo real pertenceria ao mundo extralinguístico, do qual o linguista não se ocupa.

Ducrot denomina *enunciação* ao surgimento do enunciado. Esse conceito não deve ser confundido com a enunciação para Benveniste. Há uma distinção de objeto de estudo: Benveniste se ocupou do processo de construção do enunciado, do ato em si.

Ducrot, por outro lado, tem como objeto o enunciado, o produto da enunciação, e assim precisava de um aparato teórico que desse conta da sua investigação (o enunciado, para Ducrot, não é equivalente ao da gramática normativa, mas é, de fato, o que resulta do processo enunciativo). Uma de suas preocupações era a de afastar a figura do sujeito real para descrever a língua semanticamente, algo necessário para se manter fiel à ideia de autonomia da língua para a construção do sentido. No entanto:

O que precede [o fato de desconsiderar o sujeito empírico do enunciado] não implica de modo algum, de minha parte, a ideia bizarra [...] que um enunciado possa aparecer por geração espontânea, sem ter na sua origem um sujeito falante que procura comunicar alguma coisa a alguém, este algo sendo precisamente o que denomino o *sentido*. Mas acontece que tenho necessidade, para construir uma teoria do sentido, de uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante. (DUCROT, 1987, p. 169).

Para o linguista, o enunciado descreve a enunciação. Também afirma que o sentido do enunciado é a descrição da sua enunciação (DUCROT, 1987, p. 172). Essa descrição envolve o locutor, o interlocutor, o enunciado e os enunciadores (E). Esses últimos não têm palavras, mas suas “vozes” estão implícitas no enunciado. Essa é a base para a *Teoria Polifônica da Enunciação*, desenvolvida por Ducrot (1990). Aos enunciadores cabe a origem dos pontos de vista frente aos quais o locutor vai tomar atitudes (voltaremos a esse tópico quando abordarmos a polifonia pela TBS).

Pelo que foi visto, compreende-se a preocupação de Ducrot ao embasar a ANL numa fundamentação teórica sólida que lhe desse respaldo suficiente para estudar o sentido conforme a sua perspectiva: construído na língua. A base na concepção saussuriana, mesmo modificada em alguns aspectos, contribuiu para a investigação da língua referentemente às suas relações internas, sem alusão referencial ao mundo extralinguístico para a produção do sentido. Ao estudar o sentido produzido na língua, Ducrot não poderia desconsiderar o uso da língua.

2.2 Por que argumentação na língua

Pela concepção tradicional de sentido, geralmente, distinguem-se nos enunciados três tipos de indicações semânticas: as objetivas, as subjetivas e as intersubjetivas, tal como o fez Karl Bühler (DUCROT, 1990, p.49). O linguista alemão dizia haver três funções principais na língua relativas às indicações de sentidos,

respectivamente: a representação da realidade, a expressão das atitudes do locutor e a ação do locutor sobre o alocutário.

Por essa perspectiva, o enunciado *Maria é uma profissional competente* teria um aspecto objetivo, já que contém uma descrição de Maria; igualmente, teria um aspecto subjetivo ao revelar a apreciação positiva que o locutor faz dela; e ainda o intersubjetivo, provavelmente induzindo o alocutário, por exemplo, a ter confiança em Maria. Ducrot (1990) rejeita essa concepção tripartida de sentido.

Em primeiro lugar, na visão do linguista, não há um componente objetivo na linguagem, até porque a linguagem não descreve diretamente a realidade. Dizemos *diretamente* porque a realidade é descrita de certa forma pela linguagem, mas por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos. No exemplo dado, a qualificação *é uma profissional competente* somente descreve Maria pela apreciação que o locutor faz dela, e, simultaneamente, pelo “pedido” que o locutor faz ao alocutário para que se comporte de uma certa maneira em relação a ela. Em outras palavras, se a linguagem diz algo sobre o mundo, o faz pela subjetividade e pela intersubjetividade.

Outra razão pela qual Ducrot (1990) se opõe à concepção tradicional de sentido é que o linguista une os aspectos subjetivo e intersubjetivo no conceito de *valor argumentativo*. Afirma: “O valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso.” (DUCROT, 1990, p.51, tradução nossa). Quer dizer que as expressões linguísticas, e aqui incluímos também enunciados e não só palavras, trazem em si possibilidades de continuação do discurso, ao mesmo tempo que impedem outras. O valor argumentativo de uma expressão é, então, o conjunto dessas possibilidades, ou impossibilidades, de continuação discursiva. O exemplo *Maria é uma profissional competente* pode orientar para *então terá êxito no novo projeto*, ou *portanto não há com o que se preocupar*, etc. Percebemos uma continuação de certa forma positiva a partir do enunciado. Tanto parece ser assim que, caso o locutor prossiga o discurso com *não tem tempo para abraçar novas atividades*, terá de marcar essa mudança de orientação com *mas, contudo, porém*, etc.

Para Ducrot (1990), com a noção de valor argumentativo, não há mais razão para separar o sentido de uma expressão linguística em aspectos subjetivo e intersubjetivo. A própria continuação no discurso revela a subjetividade do locutor e, simultaneamente, indica ao alocutário a construção do sentido numa dada direção semântica.

A definição de argumentação também é normalmente vinculada à ideia de ter apoio nos fatos do mundo, como se uma conclusão C fosse resultado de uma inferência a partir de um fato F – denominada de concepção ingênua, segundo Ducrot (1990, p.75). Assim, um argumento A indicaria o fato F, que, por sua vez, implicaria a conclusão C. O argumento A seria uma representação da realidade que poderia ser considerada verdadeira ou falsa, independentemente da conclusão feita a partir dela. Ainda, nessa perspectiva, F e C estariam conectados por razões lógicas, ou psicológicas, ou por motivos sociológicos, ou pelo conhecimento de mundo, mas em nada vinculado à língua em si. A língua serviria, então, como instrumento para o elo entre F e C, como uma passagem. Sua contribuição para a argumentação, assim, seria bem restrita.

A oposição que Ducrot (1990) faz relativamente a essa perspectiva “ingênua” reside na possibilidade dada pela língua de designar, por meio de expressões linguísticas distintas, o mesmo fato F no mundo. Além disso, essas expressões distintas permitem construir argumentações também diferentes, mesmo referindo-se a F. Vejamos um exemplo. Digamos que uma criança tenha dormido uma certa quantidade de horas à tarde. Podemos dizer que a criança dormiu *pouco* ou *um pouco*, dependendo do que quisermos concluir sobre a quantidade de tempo de sono. Podemos falar: *dormiu pouco, portanto deve sentir sono à noite* ou *dormiu um pouco, logo não deve sentir sono à noite*. O que temos, de fato, são apreciações distintas a respeito da mesma situação, nesse caso, o número de horas de sono da criança. Vemos, então, que um mesmo fato pode levar a “conclusões” opostas, ou, em termos de orientação argumentativa, a continuação distintas. A partir dessa constatação, podemos dizer que as argumentações são determinadas pela língua, e não simplesmente pelos fatos. São as escolhas linguísticas do locutor que irão orientar o seu discurso em uma direção ou em outra, portanto, a argumentação reside no sistema linguístico, que permite algumas continuações e impede outras a partir de uma dada entidade.

Podemos citar outro exemplo, com as expressões *quase* e *não...ainda*. Imaginemos uma situação na qual faltam alguns minutos para as 21h, hora do início de uma peça teatral. Desse momento podemos enunciar *são quase 21h* ou *não são ainda 21h*, dependendo de como quisermos continuar nossa fala. Se escolhermos *são quase 21h* teremos como continuação expressões que indiquem a necessidade de apressar-se, visto a iminência de começar o espetáculo, como *não vamos perder tempo*; ou *vamos chamar logo o táxi*. Por outro lado, se dissermos *não são ainda 21h*, a orientação do

discurso apontará para a não necessidade de ter pressa, e teremos possíveis continuações como *temos tempo* ou *podemos caminhar até o teatro*. O tempo que separa o momento da enunciação até as 21h é o mesmo, tanto em um quanto no outro exemplo. A diferença está no modo de o locutor avaliar esse espaço de tempo, e o fará pela linguagem, com vistas a argumentar. Logo, a representação do mundo se dá por uma descrição argumentativa da realidade, feita pelo locutor. O locutor não tem como apreender a realidade senão pela linguagem, e nessa apreensão ele expressa sua subjetividade, sua interpretação da circunstância, a consideração que faz do alocutário. Assim, ele argumenta.

São constatações desse tipo que levaram Ducrot a sustentar que a argumentação está na língua, é prevista por ela. Em Ducrot (1989, p.18) há que “[...] a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.” (DUCROT, 1989, p.18). Assim, o conceito de orientação argumentativa presente nas palavras permitiu Ducrot afirmar que a argumentação está no sistema da língua.

Ao fecharmos esta seção, cabe retomarmos o percurso que escolhemos para apresentar a fundamentação teórica desta tese. Chegamos à definição de argumentação pela ANL, no final na seção 1.1, passando por outros modos pelos quais a argumentação pode ser vista. Em seguida, apresentamos como Ducrot concebe a argumentação: a expressão de um sentido, por um locutor, decorrente da interdependência semântica entre dois segmentos articulados por um conector do tipo *portanto* ou do tipo *no entanto*. Na finalização desta seção, respondemos à nossa segunda pergunta: por que *argumentação na língua*. Vimos que, basicamente, a argumentação estava vinculada a representações da realidade e que a língua em si tomava um papel restrito, de intermediária entre os fatos e as conclusões feitas a partir deles. De maneira contrária, Ducrot localiza a argumentação no próprio sistema linguístico, ao afirmar que as expressões da língua carregam em si uma orientação argumentativa para a continuação do discurso, independentemente da representação que possam fazer da realidade, e que o sentido de uma entidade linguística é dado pela relação entre uma expressão e outras expressões que a seguem. Logo, a argumentação não está nos fatos do mundo, mas está na natureza da língua.

Os conceitos da ANL apresentados até aqui são fundamentais para a fase mais recente deste corpo teórico: a Teoria dos Blocos Semânticos.

3 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

3.1 Conceitos fundamentais da Teoria dos Blocos Semânticos

A TBS teve seu início em 1992 com a tese de Marion Carel, que levantou alguns pontos críticos a respeito da ANL e trouxe contribuições para a sua consolidação, principalmente no que concerne à manutenção do seu vínculo com a proposta saussuriana. A crítica basicamente centrou-se contra a adoção de princípios gerais que garantiriam a relação entre argumento e conclusão – os *topoi*. Para Anscombe e Ducrot, idealizadores da primeira fase da ANL, um argumento ligava-se a uma conclusão por meio de um *topos*, uma garantia, uma passagem que autorizava a relação. O problema era que o *topos* tinha uma natureza extralinguística: vinha do senso comum, de crenças, de hábitos. Ora, citando Ducrot: “Ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, na realidade, renunciando ao princípio saussuriano segundo o qual só se estuda a língua a partir dela mesma.” (CAREL; DUCROT, 2005, p.13, tradução nossa). É assim que a TBS abandona a teoria dos *topoi* e propõe uma nova concepção de sentido, a ser incorporada na ANL: “A ideia central da teoria é que o sentido mesmo de uma expressão é dado pelos discursos argumentativos que podem encadear-se a partir dessa expressão.” (CAREL; DUCROT, 2005, p.13, tradução nossa). Dessa maneira, o sentido não é mais constituído por propriedades psicológicas, ideias, crenças, mas por discursos que a entidade linguística evoca, denominados *encadeamentos argumentativos* (CAREL; DUCROT, 2005, p.14). Ficou garantida, então, a coerência da ANL com sua base saussuriana de estudar um objeto através de suas relações internas.

A unidade mínima de sentido, no âmbito da TBS, é uma relação entre dois segmentos e um conector, ou seja, um encadeamento argumentativo ou argumentação: “Para nós, as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos ‘encadeamentos argumentativos’ ou ainda ‘argumentações’.” (CAREL; DUCROT, 2008, p.9). Uma argumentação, então, é formada por uma sequência X CON Y, em que X é o segmento *suporte* (o antecedente, anterior) e Y é o segmento *aporte* (o conseqüente, posterior). Carel e Ducrot (2008, p.9) alertam que os segmentos suporte e aporte não são determinados simplesmente pela posição que ocupam no enunciado, mas pela função exercida em relação ao outro

segmento. De maneira que o segmento *está chovendo* será suporte tanto em *está chovendo, no entanto vou sair*, quanto em *vou sair, mesmo que esteja chovendo*.

Para explicarmos o que é um *bloco semântico*, partimos dos seguintes encadeamentos:

(1) *Está frio, vamos caminhar ao sol;*

(2) *Está frio, vamos ficar em casa.*

Segundo a TBS, o sentido de uma expressão depende do que é combinado a ela, no seu emprego. Observamos que em (1) a expressão *está frio* está encadeada a *vamos caminhar ao sol*, ao passo que em (2) está vinculada a *vamos ficar em casa*. O que temos, portanto, são dois sentidos para *está frio*, construídos discursivamente: em (1) trata-se de um frio convidativo a um passeio ao sol; em (2) é um frio convidativo à permanência em casa. São dois sentidos formados pela associação dos segmentos suporte e aporte, ou seja, são dois *blocos semânticos*. Conseqüentemente, um bloco semântico é o sentido que resulta da interdependência semântica entre os dois segmentos de um encadeamento argumentativo.

Nos exemplos que acabamos de ver, focalizamos nossa atenção nos segmentos suportes, mas, como se trata de um *bloco*, os segmentos aportes também terão sentidos particulares assumidos nos encadeamentos. Queremos dizer que a caminhada ao sol em (1) tem seu suporte o frio, mas um frio que conduz a uma caminhada. Não se trata, por isso, de uma caminhada ao sol por recomendação médica, por exemplo, que já construiria outro sentido. Em (2), ficar em casa tem como base também o frio, mas agora é um frio desagradável para sair, e não é o caso de ficar em casa por estar chovendo. O bloco se constrói, portanto, nessa interdependência de sentidos entre os segmentos, isto é, a relação entre os segmentos é fundamental para a constituição do sentido. De fato, a maneira de conceber o sentido das expressões linguísticas, tal como propõe a TBS, não deixa de ser uma reaplicação do conceito de relação que permeia toda a teoria saussuriana. Enquanto, para Saussure, um signo somente “vale” ao entrar em relação com outros signos, pela TBS uma expressão tem seu sentido a partir de sua relação com outras expressões linguísticas.

Os blocos semânticos são representados por encadeamentos argumentativos. Na formação dos encadeamentos, os segmentos são ligados por conectores do tipo *donc*, do

francês, simbolizado por DC e que pode ser traduzido por *portanto*, formando um *encadeamento normativo*; e *pourtant*, simbolizado por PT – *no entanto*, constituindo um *encadeamento transgressivo* (CAREL; DUCROT, 2005, p.14). Os conectores DC e PT são metalinguísticos, são representativos de outras expressões linguísticas. Assim, DC pode desempenhar o papel de outras expressões além de *portanto*. Por exemplo, citamos:

- (1) *Se João é prudente, então não sofrerá nenhum acidente;*
- (2) *A prudência de João tem como consequência que não sofra nenhum acidente.*

Do mesmo modo, o conector PT também está presente, dentre outras possibilidades, em:

- (3) *Mesmo João sendo prudente, sofreu um acidente;*
- (4) *Apesar de ser prudente, João corre o risco de sofrer acidentes.*

Para exemplificarmos a construção dos encadeamentos, tomamos por base o bloco semântico resultante da interdependência entre *exercício físico* e *melhora da saúde*. Formam-se os encadeamentos:

- (1) *Ele exercita-se, portanto vai melhorar;*
- (2) *Ele exercita-se, no entanto não vai melhorar.*

O encadeamento normativo em *portanto* (DC) é a afirmação da norma e o transgressivo em *no entanto* (PT), a sua negação. Acrescentamos ainda que os encadeamentos em PT, além de negarem o aspecto normativo, expressam o reconhecimento da existência de exceções à norma estabelecida por DC, e por isso a *transgridem*. Chamamos a atenção para o fato de que, no âmbito da TBS, norma e transgressão são de caráter discursivo, isto é, são inerentes ao próprio discurso. Portanto, não representam ideologias, crenças, comportamentos, etc., que são exteriores à língua.

Diferentes encadeamentos podem ser construídos a partir da alternância dos conectores e acréscimo da negação, como se vê abaixo:

Ele exercita-se, portanto vai melhorar;

Ele exercita-se, no entanto não vai melhorar;

Ele não se exercita, portanto não vai melhorar;

Ele não se exercita, no entanto vai melhorar.

Os encadeamentos argumentativos podem ser formalizados, sob um modo geral, por meio da expressão A CON B, em que A e B são os segmentos constitutivos do encadeamento (podem estar acompanhados de uma negação ou não) e CON é o conector (DC ou PT). A expressão A CON B é denominada *aspecto argumentativo*.

Exemplificamos conforme Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p.20): seja o encadeamento *O hotel fica perto da Universidade, portanto é fácil chegar*. O que nos permite dizer *portanto é* a relação entre *perto* e *chegar*. Assim, o encadeamento pode ser esquematizado por meio do aspecto argumentativo *é perto DC é fácil chegar*. Esse aspecto contém os encadeamentos *O hotel fica perto da Universidade, portanto é fácil chegar*, assim como os encadeamentos *A Catedral fica perto da Faculdade, portanto é fácil chegar* ou *Meu dormitório é perto do seu, portanto é fácil chegar*. Os aspectos argumentativos podem ser normativos, em DC, ou transgressivos, construídos com PT.

Os aspectos normativos e transgressivos podem ser ligados a uma entidade linguística de dois modos: externo ou interno. A *argumentação externa* (AE) de uma entidade relaciona-se aos discursos que podem preceder ou seguir-se a uma entidade, em que a própria expressão linguística constitui um dos segmentos do encadeamento. É “a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo” (DUCROT, 2002, p.9). Exemplificando, a AE de *ter pressa* pode ser *ter pressa DC agir rapidamente*. A AE pode dar-se à direita da expressão, como no exemplo acima, ou à esquerda: *estar apressado DC ter pressa*.

A *argumentação interna* (AI) é relativa aos encadeamentos que parafraseiam a entidade ou são muito próximos a ela (DUCROT, 2002), ou seja, a expressão não é constitutiva dos segmentos. Ducrot apresenta a AI de *prudente* a partir da ideia de que, se alguém é prudente, então toma precaução diante do perigo, como sendo *perigo DC precaução*.

De forma semelhante, estabelece-se argumentação externa ao enunciado. Uma AE possível de *Pedro é prudente é Pedro é prudente DC não lhe ocorrerá nada de mal*. Também é possível estabelecer-se argumentação interna ao enunciado. A AI de *Pedro é prudente* resulta em *perigo DC precaução*. Os blocos semânticos construídos a partir dos enunciados de um discurso permitem que se explicita sua estrutura argumentativa, ou seja, o modo como a argumentação do discurso é produzida.

Os quatro aspectos de um bloco semântico podem ser organizados de tal modo que evidenciem relações entre si. A esse esquema chamamos *quadrado argumentativo*, nosso tópico seguinte.

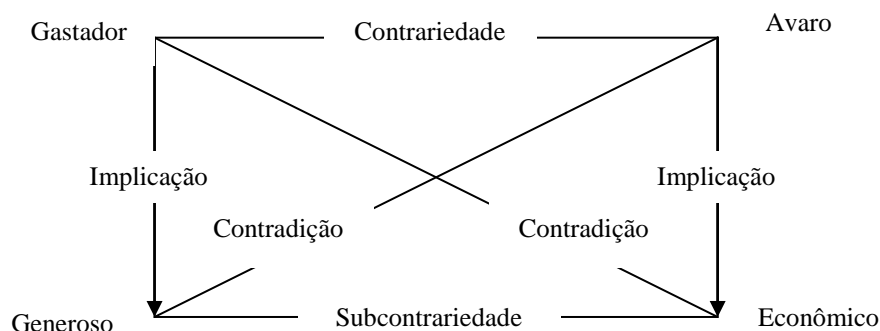
3.2 O quadrado argumentativo

Antes de abordarmos o quadrado argumentativo idealizado por Carel e Ducrot (2005), vamos recuperar o quadrado de oposições, ou aristotélico, a fim de estabelecermos distinções entre eles.

Na sexta conferência de *Polifonía y Argumentación*, Ducrot (1990, p.136) utiliza o quadrado aristotélico na tentativa de descrever as relações entre grupos de adjetivos que, de alguma forma, apresentam certo vínculo semântico entre si, tal como acontece entre *gastador*, *avaro*, *generoso* e *econômico*. Sua tentativa seria, então, recorrer ao quadrado de oposições e testar sua aplicabilidade.

Os adjetivos são assim dispostos:

Figura 4: Aplicação do Quadrado Aristotélico (1)



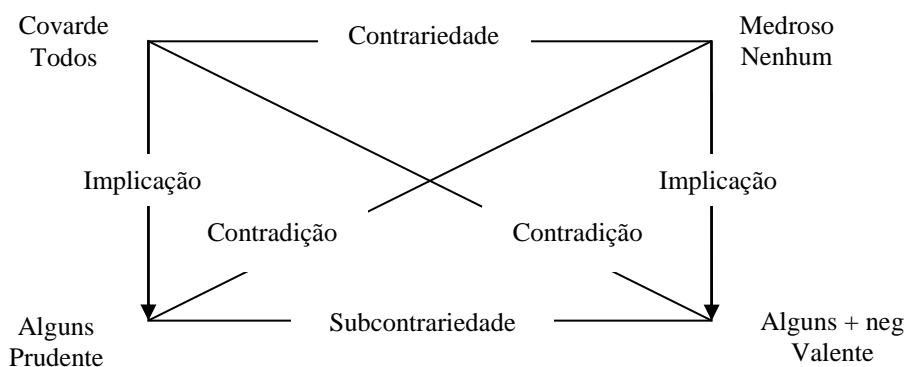
Fonte: figura elaborada com base em Ducrot (1990, p.137)

Assim descrevemos o quadrado:

- As setas indicam implicação unilateral, pois ser *gastador* implica ser *generoso*, e ser *avaro* implica ser *econômico*;
- As diagonais indicam contradição: se alguém for *gastador*, não será *econômico*; se for *econômico*, não será *gastador*, sendo a mesma relação entre *generoso* e *avaro*;
- A linha superior designa contrariedade: alguém não pode ser *gastador* e *avaro* ao mesmo tempo, mas é possível não ser nem um nem outro (isto é, alguém pode ser um deles, ou nenhum);
- A linha inferior designa subcontrariedade: é possível alguém ser *generoso* e *econômico* ao mesmo tempo, mas não é possível não ser um ou outro (isto é, alguém pode ser os dois ou pelo menos um deles, necessariamente).

Para Ducrot (1990), a disposição desses adjetivos no quadrado de Aristóteles não deixa de ser interessante, pois tal estrutura parece permitir a descrição de outros grupos de quatro palavras, como *todos*, *nenhum*, *alguns* e *alguns + negação*, ou como *covarde*, *medroso*, *prudente* e *valente*. Assim:

Figura 5: Aplicação do Quadrado Aristotélico (2)



Fonte: figura elaborada com base em Ducrot (1990, p.137)

Porém, Ducrot (1990, p.138) faz uma ressalva: a descrição feita por meio das relações formais do quadrado aristotélico envolve os conceitos das palavras, não o seu uso. Para ele, a formalização por esse meio perde o valor se o interesse estiver na descrição do emprego dessas palavras no discurso. Por exemplo, as relações de

implicação apresentadas acima nem sempre poderão ser traduzidas em encadeamentos argumentativos: *X é gastador, logo é generoso* ou *Y é avaro, portanto é econômico*, que parecem estranhos no uso da língua. O estranhamento vem da orientação argumentativa de *gastador*, por exemplo, que pode ter como continuação uma crítica a quem se fala, incompatível com *generoso*, que conduz para um elogio. Assim, Ducrot encerra sua reflexão: “Se nos interessamos, portanto, pelo discurso, quer dizer, se buscamos uma descrição linguística das palavras que dê conta do discurso, tal descrição não poderia satisfazer-se com as relações lógicas que subentendem o quadrado aristotélico.” (DUCROT, 1990, p.138, tradução nossa). Em contrapartida ao quadrado de oposições, o quadrado argumentativo não considera as condições de verdade para estabelecer os vínculos entre as entidades, mas relações discursivas.

Como existe um elo de interdependência semântica entre os segmentos A e B de um aspecto argumentativo, esses segmentos podem formar oito possibilidades de encadeamentos, por meio da alternância dos conectores e a presença da negação. Esses oito aspectos dividem-se em dois blocos de quatro aspectos, em que a relação entre A e B é a mesma dentro dos quatro aspectos de cada bloco semântico. O modo de formalizar a noção de bloco semântico dá-se por meio de um *quadrado argumentativo*. Por exemplo, os aspectos abaixo formam um bloco semântico BS1:

A DC B

A PT neg-B

neg-A PT B

neg-A DC neg-B

Por outro lado, esses segmentos podem relacionar-se de outra maneira, gerando outro conjunto. Os outros quatro aspectos, que formam o bloco BS2, são:

A DC neg-B

A PT B

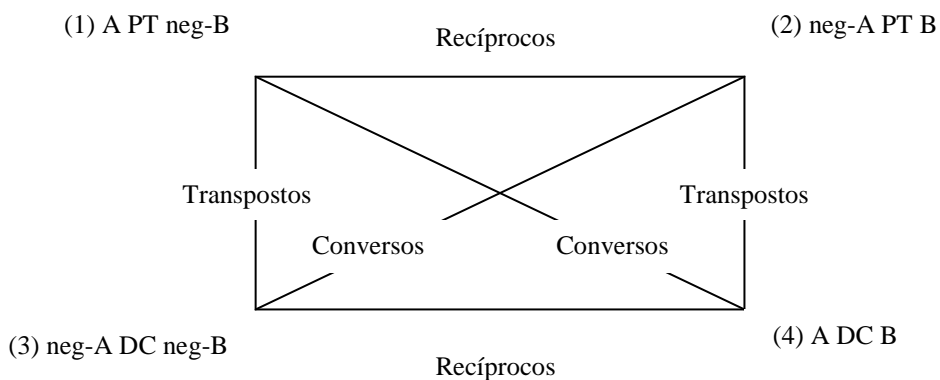
neg-A DC B

neg-A PT neg-B

Os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem, entre si, relações discursivas, denominadas *conversas*, *recíprocas* e *transpostas* (CAREL; DUCROT, 2005, p.40). São conversos os aspectos A CON B e A CON' neg-B, em que ocorre a troca dos conectores e a negação do segundo segmento; são recíprocos A CON B e neg-A CON neg-B, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos são negados; por fim são transpostos A CON B e neg-A CON' B, em que há alternância dos conectores e negação do primeiro segmento.

As relações entre os aspectos argumentativos podem ser representadas pelo esquema abaixo, que formaliza o bloco BS1:

Figura 6: Bloco Semântico BS1



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.46)

Desse modo, são conversos os aspectos:

- (1) A PT neg-B e (4) A DC B
- (2) neg-A PT B e (3) neg-A DC neg-B

São recíprocos:

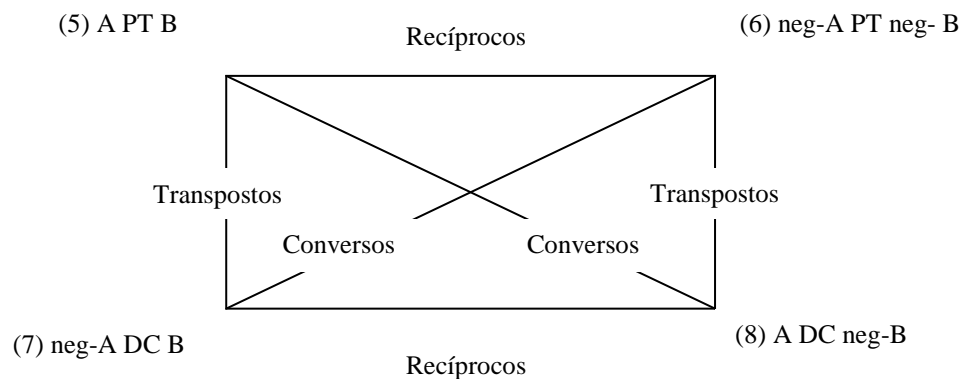
- (1) A PT neg-B e (2) neg-A PT B
- (3) neg-A DC neg-B e (4) A DC B

Por último, são transpostos:

- (1) A PT neg-B e (3) neg-A DC neg-B
- (2) neg-A PT B e (4) A DC B

A mesma interdependência entre A e B dá origem ao bloco BS2, *contrário* ao anterior, esquematizado por:

Figura 7: Bloco Semântico BS2



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.46)

Os aspectos (5), (6), (7) e (8) mantêm, entre si, as mesmas relações discursivas descritas para BS1. Por meio da relação entre BS1 e BS2, notamos que constituem blocos contrários. A contrariedade é bem marcada se forem comparados, por exemplo, os aspectos (4) e (8), respectivamente dos blocos BS1 e BS2:

- (4) A DC B
 (8) A DC neg-B

Entre ambos há manutenção do primeiro segmento e do conector, mas o segundo segmento é negado em (8), resultando em novo sentido. Um exemplo concreto poderá explicitar melhor. Partindo-se de uma relação de interdependência entre fazer tempo bom e ir à praia, temos os seguintes aspectos do bloco BS1:

- (1) *Fazer tempo bom PT neg-ir à praia*
- (2) *neg-fazer tempo bom PT ir à praia*
- (3) *neg-fazer tempo bom DC neg-ir à praia*
- (4) *Fazer tempo bom DC ir à praia*

Os aspectos acima pertencem ao mesmo bloco semântico – o que articula *fazer tempo bom a ir à praia*, ou *o tempo bom é convidativo a ir à praia*. Contudo, pode ser constituído o bloco BS2, articulando *fazer bom tempo a não ir à praia* (uma situação que pode parecer estranha, talvez aplicável a alguém que não possa tomar sol, mas é uma relação discursiva possível):

- (5) *Fazer tempo bom PT ir à praia*
- (6) *neg-fazer tempo bom PT neg-ir à praia*
- (7) *neg-fazer tempo bom DC ir à praia*
- (8) *Fazer tempo bom DC neg-ir à praia*

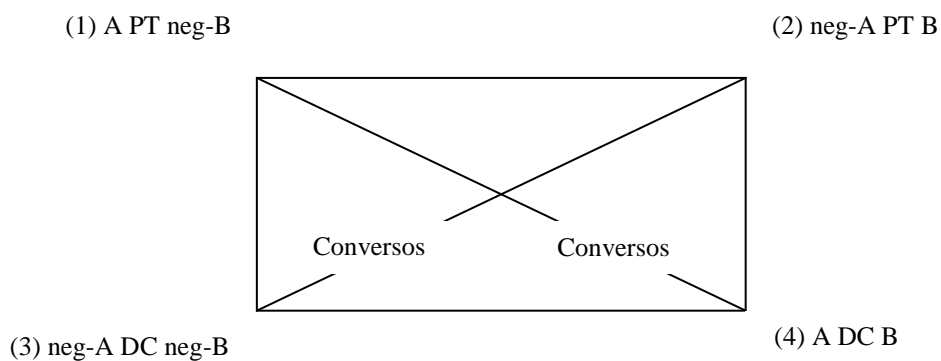
Percebemos a diferença entre os aspectos de (1) a (4) e de (5) a (8) justamente por constituírem blocos semânticos contrários: em BS1 a ida à praia está relacionada ao bom tempo, ao passo que em BS2 o bom tempo impede a ida à praia.

3.3 Detalhamento das relações discursivas

A CONVERSÃO

Tomaremos como exemplos os aspectos do bloco semântico BS1.

Figura 8: Aspectos conversos

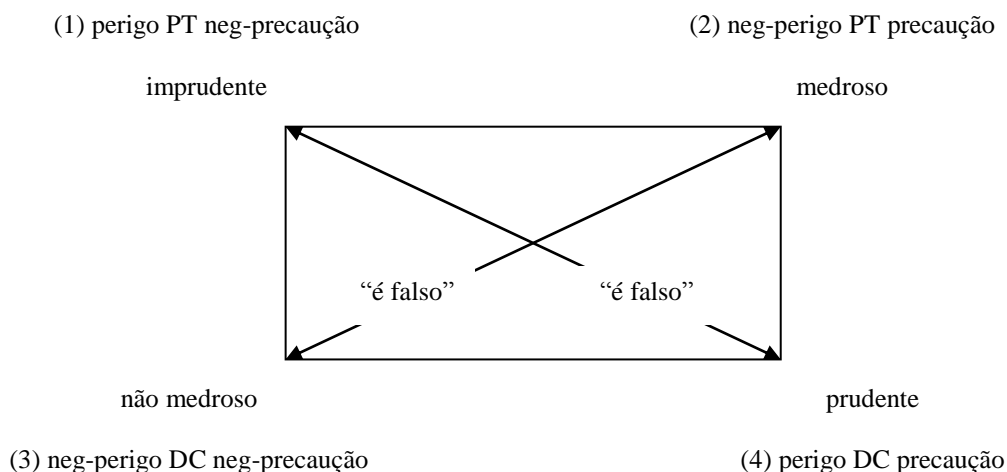


Fonte: figura elaborada pelo o autor (2012)

A relação de conversão se dá entre os aspectos *A DC B* (4) e *A PT neg-B* (1), bem como entre *neg-A DC neg-B* (3) e *neg-A PT B* (2), isto é, entre conversos, há manutenção do segmento suporte e negação do aporte, com alternância do conector.

De acordo com Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p.55), a relação de conversão corresponde à ideia de negação, que pode ser expressa assim: *[A DC B] é falso; é [A PT neg-B]* (e vice-versa). Revela uma oposição entre os aspectos. A relação entre conversos é exemplificada com a descrição dos adjetivos *prudente* e *imprudente*, em que o primeiro teria como argumentação interna *perigo DC precaução* e o segundo *perigo PT neg-precaução*. Assim, *prudente* e *imprudente* podem ser descritos argumentativamente por meio de aspectos conversos, em que um é a negação do outro, tal como pode ser visto na relação entre os aspectos (4) e (1) abaixo.

Figura 9: Bloco semântico *Precaução diante de perigo* (1)

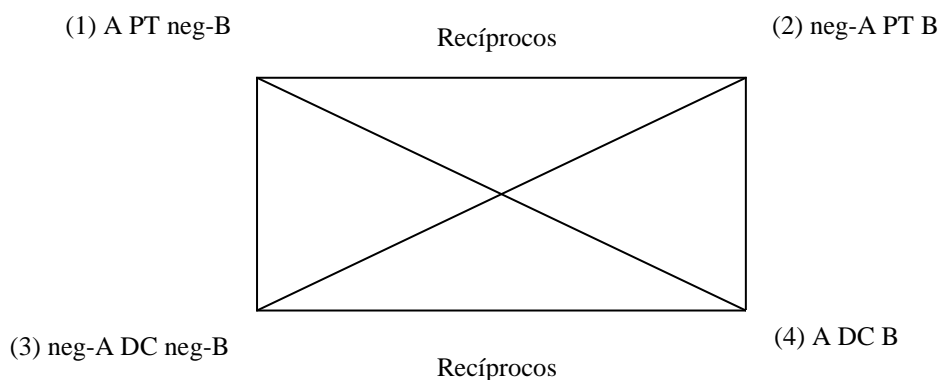


Fonte: figura elaborada pelo autor (2012)

A RECIPROCIDADE

Os aspectos recíprocos são *A DC B* (4) e *neg-A DC neg-B* (3), bem como *neg-A PT B* (2) e *A PT neg-B* (1), ou seja, para transformar um aspecto no seu recíproco basta negarmos ambos os segmentos e mantermos o conector, resultando em um par de recíprocos normativos e em outro par de recíprocos transgressivos. Para visualizarmos melhor, reproduzimos o quadrado argumentativo abaixo:

Figura 10: Aspectos recíprocos (1)

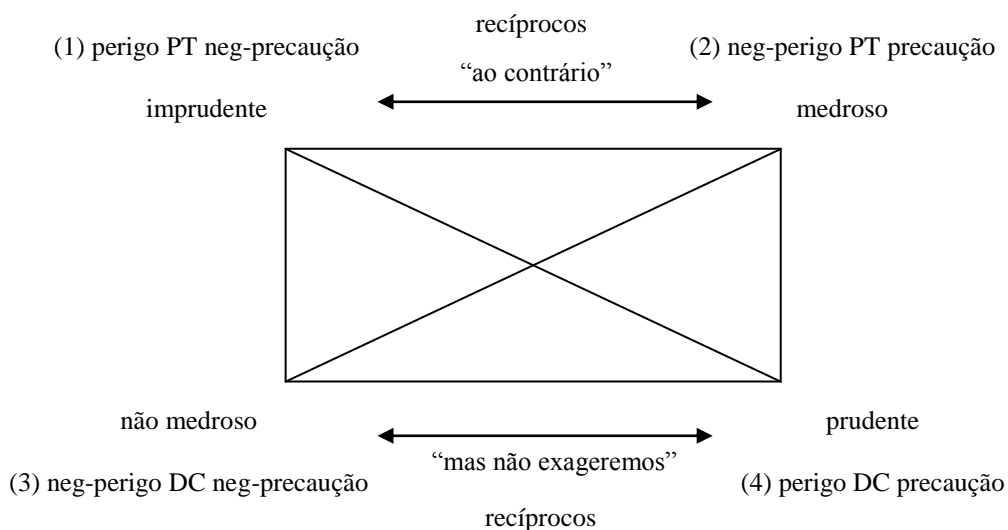


Fonte: figura elaborada pelo autor (2012)

Segundo Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p.57), a relação entre recíprocos pode ser exemplificada pelos adjetivos *imprudente* e *medroso*, por um lado, e *não-medroso* e *prudente* por outro. Assim:

- (1) perigo PT neg-precaução (*imprudente*) e (2) neg-perigo PT precaução (*medroso*);
- (3) neg-perigo DC neg-precaução (*não medroso*) e (4) perigo DC precaução (*prudente*).

Figura 11: Aspectos recíprocos (2)



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.57)

Ducrot relaciona os aspectos (1) e (2) acima por meio da expressão *é completamente ao contrário*, e (3) e (4) por *mas tampouco exageremos*. Exemplifica, com diálogos (CAREL; DUCROT, 2005, p.57, tradução nossa) as relações entre recíprocos transgressivos (aspectos 1 e 2) e entre recíprocos normativos (aspectos 3 e 4), respectivamente:

A: - Ele é imprudente. (*perigo PT neg-precaução*)

B: - Ao contrário. É medroso. (*neg-perigo PT precaução*)

A: - Ele não é medroso. (*neg-perigo DC neg-precaução*)

B: - Bem, mas tampouco exageremos, é prudente. (*perigo DC precaução*)

As relações também podem se dar no sentido inverso, por exemplo, do aspecto (4) ao (3):

A: - Ele é prudente.

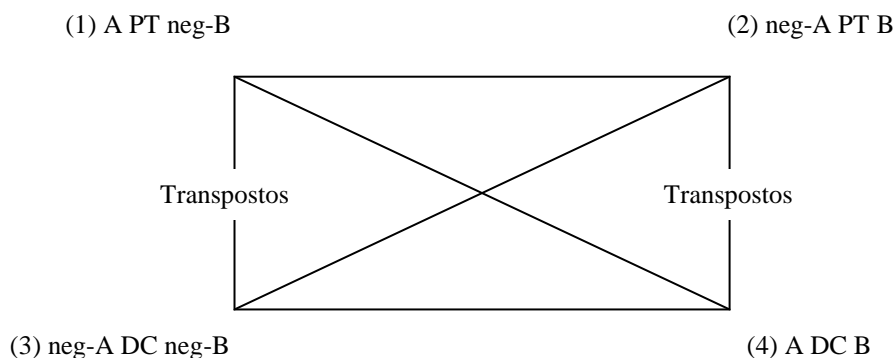
B: - Mas tampouco exageremos, medroso não é.

Em nota, Ducrot chama atenção para o estranhamento causado pelo encadeamento *ele não é medroso, mas tampouco exageremos, é prudente* (CAREL; DUCROT, 2005, p.58), isto é, entre os recíprocos normativos de que se serviu de exemplo. Porém, entre os adjetivos *não inteligente* e *não estúpido* a relação ocorre sem problemas: *ele não é inteligente, mas tampouco exageremos, não é estúpido*. Para explicar a razão de *mas tampouco exageremos* funcionar para um par de expressões e não para o outro, Ducrot investigou o que poderia haver de diferenças entre os pares. Chegou à conclusão de que *não medroso* e *prudente* são expressões favoráveis, enquanto *não inteligente* é desfavorável e *não estúpido* é favorável. Esse seria o motivo da dificuldade de se colocar um *mas* entre *prudente* e *não medroso*, dois elementos de mesmo valor axiológico. No entanto, o *mas* é perfeitamente aceitável entre *não inteligente* e *não estúpido*, que contrastam axiologicamente. O linguista declara, fechando a nota: “Creio que seria bom encontrar como critério da relação entre (3) e (4) uma expressão que não contivesse *mas*, já que a introdução desse conector faz intervir elementos axiológicos que confundem a situação.” (CAREL; DUCROT, 2005, p.58).

A TRANSPOSIÇÃO

Procedendo como anteriormente, apresentamos o quadrado argumentativo do bloco BS1.

Figura 12: Aspectos transpostos

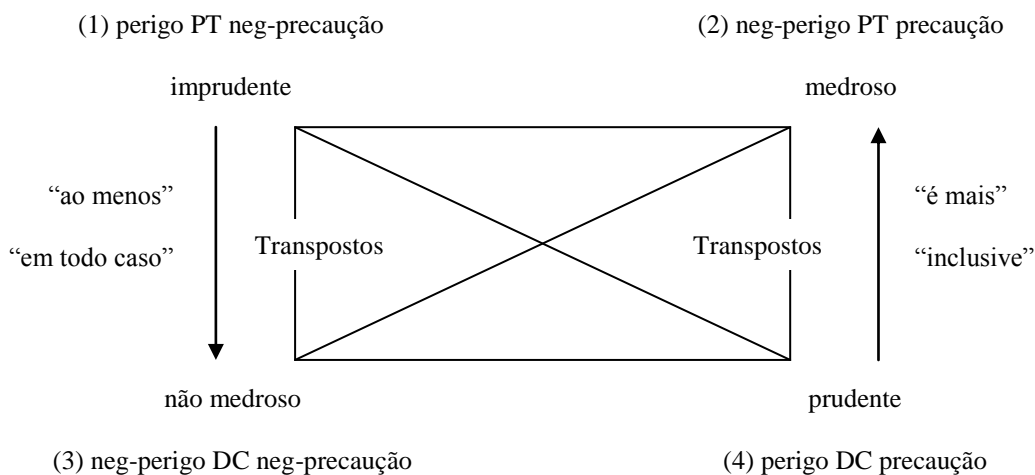


Fonte: figura elaborada pelo autor (2012)

São aspectos transpostos *A DC B* (4) e *neg-A PT B* (2), assim como *neg-A DC neg-B* (3) e *A PT neg-B* (1). Há negação do suporte, alternância do conector e manutenção do segmento aporte.

Segundo Ducrot, a relação entre *A DC B* (4) e *neg-A PT B* (2), e *neg-A DC neg-B* (3) e *A PT neg-B* (1) se dá por *é mais, inclusive*, ao passo que entre *neg-A PT B* (2) e *A DC B* (4), e entre *A PT neg-B* (1) e *neg-A DC neg-B* (3) se faz por *ao menos, em todo caso*. Exemplificamos com o seguinte quadrado argumentativo:

Figura 13: Bloco semântico *Precaução diante de perigo* (2)



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.57)

A partir da relação entre aspectos transpostos, um locutor pode enunciar os encadeamentos:

Ele é prudente, inclusive /diria mais, é medroso.

Ele é imprudente, ao menos/ em todo caso, não é medroso.

Na conferência 4 de *La Semántica Argumentativa*, intitulada *Los efectos semânticos de las operaciones sintácticas* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 107), Ducrot descreve os efeitos semânticos causados pela palavra *demais* sobre outras expressões. Defende que *demais* atua de modos distintos sobre expressões normativas e sobre transgressivas, e, além disso, há diferenças quanto à atuação sobre palavras normativas favoráveis e sobre as desfavoráveis. Comenta: “Nossa tese é que, nas palavras favoráveis em DC, a regra é a seguinte: *demais* constrói uma AI transposta à AI da palavra a qual se aplica *demais*”. Citamos, por exemplo, o caso das expressões *prudente* e *prudente demais*. A palavra *prudente* é favorável devido à sua orientação argumentativa, que permite construir um encadeamento do tipo *Ele é prudente, portanto o admiro*. Porém, a continuação da expressão *prudente demais* não aumentará o grau de admiração, pelo contrário, a conclusão será desfavorável, tal como *Ele é prudente demais, portanto não o admiro*. Ducrot constatou, então, que não havia diferença de grau entre essas expressões, mas sim quanto às suas argumentações internas, em relação de transposição:

AI (prudente): perigo DC precaução

AI (prudente demais): neg-perigo PT precaução

Se aquele que é prudente toma precauções diante do perigo, o que é prudente *demais* as toma mesmo sem a presença do perigo, que vai levar à AI de *medroso*.

É a relação existente entre encadeamentos argumentativos que permite um encadeamento fazer alusão a outro(s), como é o caso de *se estiver fazendo um tempo bom, irei à praia* aludir a *se não estiver fazendo um tempo bom, não irei à praia*. A essa relação entre um dito no discurso e encadeamentos não ditos, mas evocados pelo enunciado, chama-se *polifonia*, que iremos abordar agora.

3.4 A polifonia pela Teoria dos Blocos Semânticos

A TBS (CAREL; DUCROT, 2008) trouxe contribuições importantes para a análise polifônica do enunciado. Os enunciadores, “vozes” implícitas no enunciado, são origens dos pontos de vista a eles atribuídos. Como não são seres de fala, os enunciadores não realizam asserções, nem promessas, nem interrogações. Portanto, seus pontos de vista não constituem atos ilocutórios (somente realizados pela fala), nem conteúdos de atos ilocutórios. De fato, esses pontos de vista são encadeamentos argumentativos, colocados em cena pelo discurso.

A TBS reafirma que o locutor relaciona-se com os enunciadores de duas maneiras: assimila-os a personagens do discurso e toma atitudes em relação a eles. A assimilação consiste na atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres determinados ou indeterminados. É o caso dos exemplos citados por Carel e Ducrot (2008, p.7):

- (1) *Eu me sinto cansado;*
- (2) *Segundo meu médico, estou cansado.*

Em (1) a assimilação é feita a um ser determinado: aquele que produz o enunciado é a origem do ponto de vista. Contudo, em (2) o posicionamento é atribuído ao médico, resultando em sentidos distintos para cansaço: (1) expressa um cansaço visto a partir de si mesmo, enquanto em (2) é visto de um modo externo a si, é alguém que diz que “eu” está cansado. A assimilação pode dar-se a seres indeterminados, como:

- (3) *Segundo os bons estudantes, a prova era fácil;*
- (4) *Parece que fará tempo bom amanhã.*

Em ambos os casos acima, o locutor não assimila os enunciadores a seres determinados. No enunciado (3) não se sabe, ou não se quer dizer, quem são os bons estudantes. Já em (4) a indeterminação é mais evidente com o uso da forma *parece que P*.

A segunda intervenção do locutor é a tomada de atitudes frente aos enunciadores. Três atitudes são possíveis: *assumir* um ponto de vista, *concordar* com

ele ou *opor-se* a ele. *Assumir* um ponto de vista é impor, no enunciado, o posicionamento de um enunciador. É o caso de *eu me sinto cansado*, em que se dá a si mesmo a origem de estar cansado e se impõe esse ponto de vista no enunciado. A *concordância* resulta de não se poder contestar um enunciador, como no caso da pressuposição. No enunciado *Pedro parou de correr* há um enunciador responsável por *Pedro corria antes*, que não pode ser contestado. Por último, a *oposição* se dá quando um ponto de vista de um enunciador é negado no discurso. Num enunciado negativo, como *o táxi não chegou*, o locutor se opõe ao enunciador que afirma *o táxi chegou*.

Então são duas ações do locutor que não podem ser confundidas, pois acontecem independentemente uma da outra. Pode acontecer de o locutor assumir um ponto de vista e não se assimilar ao enunciador do qual é a origem. É o caso de *Parece que João virá*, em que o locutor não se assimila ao enunciador de *João virá*, mas assume seu ponto de vista (o locutor impõe o ponto de vista desse enunciador, que é indeterminado). Também pode acontecer de o locutor assimilar-se a um enunciador sem assumir seu ponto de vista, como se o locutor colocasse sua opinião e ao mesmo tempo desse a ela um caráter incerto. Ducrot identifica esse caso no exemplo: *Essa é a minha opinião, mas ninguém é obrigado a compartilhar dela*.

Da exposição acima, decorre que entre o assumir um ponto de vista e o assimilar a um enunciador não há relação de implicatura, como se uma levasse necessariamente à outra, mas se deve à própria natureza do ponto de vista. No enunciado *Segundo os bons estudantes, o exame era fácil*, além de o locutor impor a facilidade do exame, ele a expõe de um modo relativo, pois é uma facilidade para os bons alunos. Vemos, então, a importância das duas ações do locutor frente aos enunciadores para o sentido do enunciado.

A noção de relação, para a TBS, é fundamental para a construção do sentido: um segmento só terá sentido quando articulado a outro; o sentido do enunciado depende da relação estabelecida pelo seu locutor com os enunciadores ali implícitos, assimilando-os, ou não, a determinados personagens e tomando atitudes frente aos pontos de vista.

A polifonia, sob a perspectiva da TBS, permite descrever a pressuposição e a negação. A descrição do significado das expressões é unicamente linguística, atitude em conformidade com os fundamentos saussurianos: o significado é parte do signo e não se constitui de imagens, nem de ideias, nem de coisas, nem de qualquer outro elemento que não seja linguístico. O significado é visto, pela TBS, da mesma forma que Saussure

o via: é o valor do signo, ou seja, o valor que esse signo assume ao ser posto em relação com outros signos da língua.

A TBS mantém, para a descrição polifônica do enunciado, os conceitos de argumentação externa e interna, dois modos pelos quais os encadeamentos são atribuídos a uma expressão. Retomando o que vimos anteriormente: as argumentações externas são encadeamentos nos quais a expressão está presente num dos segmentos. Podem dar-se à direita, se a expressão for o suporte do encadeamento; ou à esquerda, se for aporte. Exemplificamos com a expressão *José foi prudente*:

AE à direita: *José foi prudente, portanto não sofreu acidente.*

AE à esquerda: *José preveniu-se do perigo, portanto foi prudente.*

Os exemplos acima foram construídos com *portanto*, configurando argumentações normativas. Porém, essa mesma expressão pode evocar encadeamentos transgressivos. Assim, paralelamente às AEs acima, temos:

AE à direita: *José foi prudente, no entanto sofreu um acidente.*

AE à esquerda: *João não se preveniu do perigo, no entanto foi prudente.*

Dessa constatação decorre que as argumentações externas vêm sempre aos pares, em que a norma e a transgressão existem simultaneamente, pelo menos como possibilidade facultada pela língua. Carel e Ducrot (2008, p.10) defendem que a possibilidade de serem atribuídas uma AE normativa e uma AE transgressiva a uma entidade é uma das razões pelas quais uma argumentação normativa não pode ser considerada uma inferência lógica. Dizem os referidos linguistas que “[...] os dois encadeamentos estão igualmente inscritos, ao menos como possibilidades, na significação da frase realizada pelo enunciado – o que impede de apresentar este último como uma justificativa que impõe uma conclusão.” (CAREL; DUCROT, 2008, p.10).

As argumentações internas de uma expressão são encadeamentos que lhes constituem equivalentes semânticos, como paráfrases. As argumentações são agrupadas em conjuntos chamados *aspectos*. Dentre as argumentações internas possíveis de *prudente*, nas quais o suporte traz indicações de perigo e o aporte a indicação de precauções, citamos:

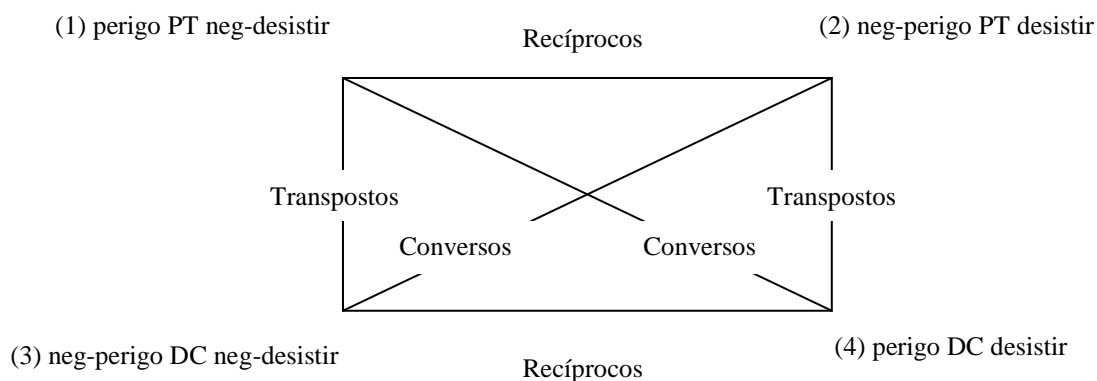
- (1) *Havia perigo, portanto João tomou precauções.*
- (2) *Havia perigo, portanto Maria tomou precauções.*
- (3) *Se há perigo, Pedro toma precauções.*

Essas AIs podem ser reagrupadas em um aspecto do tipo *perigo DC precauções*, uma argumentação normativa. Esse aspecto, que não constitui propriamente uma paráfrase, é *expresso* pelo enunciado: “Vê-se que o aspecto expresso contém argumentações que não são propriamente falando paráfrases do enunciado, já que elas diferem dele pelo sujeito gramatical [...] e pelo modo verbal [...]” (CAREL; DUCROT, 2008, p.10). Por outro lado, a argumentação interna de uma expressão *evoca* encadeamentos, que dela são paráfrases. Por exemplo, *A situação não era sem perigo, então João tomou diversas precauções.*

A classificação dos aspectos oportuniza a regra que explica a transformação de um ponto de vista de um enunciador positivo em seu contrário. Essa classificação é a retomada do quadrado argumentativo.

Se o suporte *perigo* for encadeado ao aporte *desistir*, o resultado será o bloco semântico BS1 *perigo que provoca desistência* ou *desistência decorrente de perigo*. Têm-se, então, os quatro aspectos do bloco, conforme:

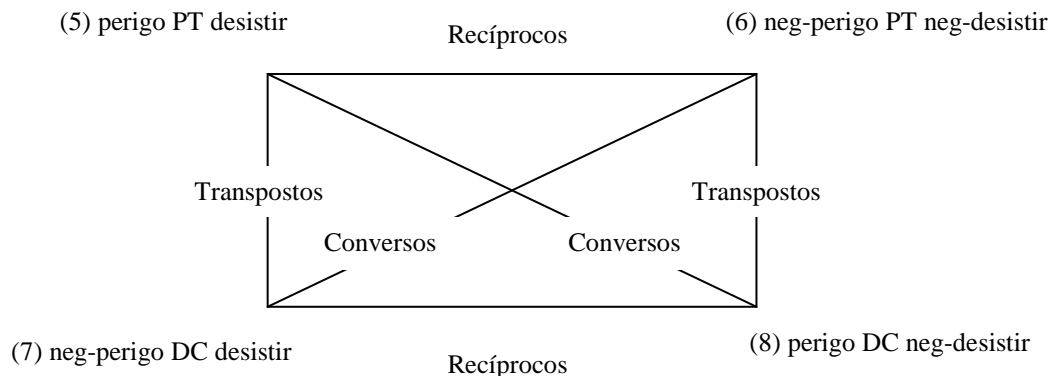
Figura 14: Bloco Semântico BS1 (*perigo que provoca desistência*)



Fonte: figura elaborada pelo autor (2012)

Por outro lado, um novo bloco pode ser formado com os mesmos segmentos de BS1, mas em outra relação. Em BS2, o perigo aponta para a não desistência:

Figura 15: Bloco Semântico BS2 (*perigo que provoca a não desistência*)



Fonte: figura elaborada pelo autor (2012)

Logo, BS1 e BS2 acima são blocos contrários. No primeiro, o perigo de uma situação conduz à desistência, ao passo que no segundo o perigo estimula a ação. Por esse exemplo, constatamos a importância da relação entre segmentos para a construção do sentido. Uma alteração de conectores e/ou o acréscimo da negação pode alterar o sentido de uma argumentação.

É pela ferramenta do quadrado argumentativo que a TBS vai explicar a argumentação interna de um enunciado negativo, como *João não foi prudente*. Pelo conceito da polifonia, os enunciados negativos fazem alusão aos seus correspondentes positivos. Então, ao levantarmos os enunciadores de *João não foi prudente* temos:

E1: *João foi prudente;*

E2: *João não foi prudente.*

O locutor se opõe ao enunciador positivo e assume o negativo. Como na AI de *João foi prudente* há o aspecto *perigo DC desistir*, recusado pelo locutor, o que é assumido é o seu aspecto converso transgressivo, ou seja, *perigo PT neg-desistir*. Portanto, a argumentação interna de um enunciado negativo se dá pelo aspecto converso ao seu correspondente afirmativo. Ambos os aspectos em relação de conversão

pertencem ao mesmo bloco, isto é, traduzem o mesmo sentido construído pela interdependência semântica dos segmentos. Pode parecer estranha a afirmação de que *perigo DC desistir* e *perigo PT neg-desistir* têm o mesmo sentido, já que um é normativo e o outro transgressivo, mas é justamente a relação norma/transgressão que garante um sentido único do bloco: trata-se sempre de um perigo que conduz à desistência. A distinção está no aspecto afirmado pelo locutor: a norma ou a transgressão dessa norma.

A polifonia pela TBS traz consequências para a descrição da pressuposição, que era considerada um fenômeno linguístico polifônico em todas as situações em que se apresentava. Carel e Ducrot (2008, p.12-13) colocam três tipos de pressuposição: as descrições definidas, as estruturas proposicionais factitivas e as estruturas que indicam continuação ou cessação de um estado. No entanto, vão manter a pressuposição somente no primeiro caso, as descrições definidas, e negar nos outros dois. A justificativa é que a divisão dos enunciados em dois elementos, posto e pressuposto, nem sempre pode ser conferida. Seguem-se exemplos dos tipos de pressuposição e as explicações apresentadas por Carel e Ducrot (2008), iniciando pelos dois casos em que o fenômeno é negado.

As estruturas factitivas têm como exemplo *João sabe que p*, para o qual era atribuído um conteúdo pressuposto *é verdade que p* e um posto *João acredita que p*. No entanto, somente se pode afirmar que alguém *sabe p* se isso está apoiado na própria verdade de *p*. Se alguém diz que *sabe p*, mas apoiado em razões falsas, não pode afirmar que o sabe. Portanto, não pode haver separação entre *é verdade que p* e *João acredita que p*, pois o sentido do enunciado decorre da interdependência dos conteúdos pressuposto e posto. A TBS descreve esse sentido pelo aspecto *p é verdadeiro DC X pensa que p*, dois segmentos ligados por um conector formando um sentido. A partir dessa reflexão, Carel e Ducrot (2008) rejeitam a pressuposição apoiada na polifonia para esse tipo de estrutura linguística. Não há como separar pressuposto e posto em enunciadores independentes, frente aos quais o locutor concordaria com um e assumiria outro. O sentido vem justamente da articulação entre os segmentos tomados anteriormente por pressuposto e posto.

O caso seguinte para o qual também é negada a pressuposição se dá em relação aos verbos que indicam sucessões de estados, como *continuar*. Carel e Ducrot exemplificam com *João continua a fumar*, que apresentava o pressuposto *João fumava*

e o posto *João fuma*. Segundo os pesquisadores, o sentido do enunciado decorre de um estado presente que é a continuação de sua realidade passada. Isso significa que, como em *João sabe que p*, são os dois segmentos conjuntamente que traduzem o sentido, e não de modo separado. A TBS descreve o enunciado *João continua a fumar* por meio do aspecto *ter fumado DC fumar*. Assim, não há pressuposição para esse tipo de enunciado, pois os conteúdos pressuposto e posto formam um só encadeamento.

Por último, as descrições definidas, para as quais Carel e Ducrot mantêm a pressuposição. Partindo-se do enunciado *A mulher de Pedro sofreu um acidente*, não há razão para articular o pressuposto *Pedro tem uma mulher* e o posto *ela sofreu um acidente* num único encadeamento. O resultado, *Pedro tem uma mulher DC ela sofreu um acidente*, certamente não traduziria o sentido do enunciado. Então, para esse caso, a TBS mantém a polifonia na descrição da pressuposição.

A TBS e a descrição polifônica trouxeram contribuições importantes para o tratamento da negação. O mérito é dado por considerar, no enunciado negativo, uma alusão feita a um enunciador do enunciado positivo correspondente. Essa perspectiva opõe-se a outras concepções que veem o enunciado negativo isoladamente do seu contrário.

Carel e Ducrot (2008, p.15) justificam essa alusão por meio da análise das anáforas feitas após um enunciado negativo. Vê-se nos exemplos:

- (1) *João não foi prudente, no entanto ele tinha me prometido isso.*
- (2) *João não foi prudente, e eu o censurei por isso.*

Em (1), o anafórico *isso* remete a *ser prudente*, isto é, a um enunciador positivo que defende o ponto de vista *João foi prudente*. Já em (2), a anáfora faz referência a *não ter sido prudente*, que é o ponto de vista do enunciador negativo. Logo, pode ser afirmado que em *João não foi prudente* há alusão ao seu correspondente positivo.

Carel e Ducrot explicam que na frase, tomada como estrutura abstrata e de caráter instrucional, estão as indicações que permitem a construção do sentido polifônico do enunciado. A frase em si não pode ser polifônica, visto não admitir um locutor. A conclusão é de que a polifonia só acontece nas enunciações.

Assim, os linguistas propõem a descrição do enunciado negativo (p') *João não foi prudente* com base na concepção argumentativa da TBS e da polifonia. Para tanto,

iniciam com a descrição da frase positiva (P), estrutura abstrata que resulta no enunciado (p) *João foi prudente*.

Carel e Ducrot propõem que, na significação de (P), sejam levantados os aspectos correspondentes às argumentações externas (à direita e à esquerda) e internas, bem como os encadeamentos que os particularizam. Na AE à direita serão colocados dois aspectos conversos e seus encadeamentos:

(AE_d1) *prudência DC segurança / João foi prudente, portanto saiu com segurança.*

(AE_d2) *prudência PT neg-segurança / João foi prudente, no entanto não saiu com segurança.*

Do mesmo modo será tratada a AE à esquerda, mas com aspectos transpostos:

(AE_e1) *prevenir-se do perigo DC ser prudente / João preveniu-se do perigo, portanto foi prudente.*

(AE_e2) *neg-prevenir-se do perigo PT ser prudente / João não se preveniu do perigo, no entanto foi prudente.*

A AI não se dá em pares, embora uma expressão possa admitir mais de uma argumentação. No caso de (P), propõe-se:

(AI) *perigo DC precaução*

O passo seguinte é a determinação dos enunciadores no enunciado (p), que são três:

E1: expressa um dos aspectos conversos da AE à direita de (P) e evoca o encadeamento correspondente.

E2: expressa um dos aspectos transpostos da AE à esquerda de (P) e evoca o encadeamento correspondente.

E3: expressa o aspecto da AI e evoca o encadeamento que representa esse aspecto.

Para garantir mais clareza no prosseguimento desta exposição, serão escolhidos, na descrição de (p), os seguintes enunciadores:

E1: *prudência DC segurança / João foi prudente, portanto saiu com segurança.*

E2: *prevenir-se do perigo DC ser prudente / João preveniu-se do perigo, portanto foi prudente.*

E3: *perigo DC precaução / houve perigo, portanto João tomou precaução.*

Após a descrição do enunciado afirmativo (p), passa-se a descrever o seu correspondente negativo (p') *João não foi prudente*. Conforme já mencionado, o enunciado negativo faz alusão aos enunciadores do enunciado afirmativo. Então, em (p') são mantidos os enunciadores E1, E2 e E3 de (p). Além deles, são acrescentados outros três:

E1': expressa o aspecto recíproco de E1, bem como evoca o encadeamento correspondente. No exemplo, E1' é responsável pelo ponto de vista *neg-prudência DC neg-segurança*, representado pelo encadeamento *João não foi prudente, portanto não saiu em segurança*.

E2': expressa o aspecto recíproco de E2 e evoca o encadeamento correspondente. E2' é responsável por *neg-ser prevenido DC neg-ser prudente*, cujo encadeamento é *João não tinha sido prevenido, portanto não foi prudente*.

E3': expressa o aspecto converso de E3 e o encadeamento que lhe corresponde. E3' responde por *perigo PT neg-precaução / houve perigo, no entanto não se tomou precaução*.

Resta a descrição das atitudes do locutor frente aos enunciadores de (p'). De um modo geral, o locutor recusa os pontos de vista de E1, E2 e de E3 e assume os enunciadores negativos E1', E2' e E3', ou ao menos concorda com eles.

Segundo os autores da TBS, os estudos sobre a polifonia ainda não estão completos. Inclusive, indicam que novas pesquisas devem ser feitas com a utilização de discursos reais, que evidenciam a linguagem em uso. Todo o trabalho de descrever a significação da língua, por meio de encadeamentos argumentativos, necessita do

discurso para ser validado. É por meio dele que se chega à significação das entidades linguísticas, e, conseqüentemente, ao sentido (CAREL; DUCROT, 2008, p.18).

Ao finalizarmos esta seção, concluímos a fundamentação teórica deste trabalho. A seguir, abordaremos a metodologia adotada para as análises, a análise do *corpus* e os resultados obtidos.

4 METODOLOGIA E ANÁLISES

4.1 METODOLOGIA

Os discursos serão analisados sob a perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua, mais precisamente sob a Teoria dos Blocos Semânticos (ANL/TBS). Por meio da leitura de textos teóricos concernentes à ANL/TBS, serão buscados aqueles conceitos que permitirão identificar, descrever e explicar atitudes do locutor no discurso.

O *corpus* analisado constitui-se de discursos escritos em língua portuguesa extraídos de livros e jornais, de gêneros discursivos diversos, composto por duas fábulas, um editorial, três crônicas e uma tira. Não nos concentramos em um gênero específico, como o comumente denominado texto “argumentativo” ou “de opinião”, considerado geralmente o texto argumentativo por excelência, porque, de acordo com os fundamentos da ANL, o sentido da língua é argumentativo por natureza, independentemente do gênero do discurso. O critério de seleção foi de o discurso apresentar um debate entre argumentações, seja entre locutores distintos, seja no discurso de um locutor ao apresentar diferentes opiniões sobre um tema.

Conforme vimos na introdução deste trabalho, elencamos as seguintes perguntas norteadoras:

- Que sentidos constroem no discurso os pontos de vista ou aspectos argumentativos escolhidos pelo locutor?
- O que significa para o locutor assumir um dos aspectos argumentativos?
- Que atitudes argumentativas o locutor pode assumir no discurso frente a outro(s) discurso(s)?

A partir dessas questões, temos como objetivos:

- Descrever o sentido dos discursos por meio de aspectos e/ou encadeamentos argumentativos;
- Descrever/explicar a relação entre a conversão, reciprocidade e transposição;

- Descrever/explicar as atitudes argumentativas do locutor frente a outros discursos.

Os discursos foram estudados sob o enfoque enunciativo, ou seja, levamos em consideração o locutor, o alocutário e o surgimento do discurso em um determinado tempo e espaço. As análises foram realizadas mediante as seguintes ações:

- Construção de encadeamentos/aspectos argumentativos que representem o sentido dos enunciados;
- Levantamento das argumentações internas e externas ao léxico e ao enunciado;
- Descrição da importância dos articuladores;
- Descrição da presença de polifonia nos enunciados – levantar enunciadores, identificar atitudes do locutor frente a eles;
- Descrição e explicação da relação entre argumentações presentes no discurso – relação entre aspectos argumentativos;
- Descrição e explicação das atitudes do locutor conforme seu posicionamento argumentativo no discurso.

A totalidade dos passos acima não é procedimento obrigatório para as análises, visto cada discurso ter sua constituição única. Com essa metodologia, pretendemos descrever e explicar as atitudes do locutor ao assumir determinado aspecto argumentativo no discurso.

4.2 ANÁLISES

4.2.1 O gato e o galo² (ESOPO, 2004, p.22)

O gato e o galo

Um gato que tinha apanhado um galo buscava um pretexto para comê-lo. Acusou-o, então, de importunar os homens, pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir. O galo respondeu que assim fazia para lhes ser útil, porque os acordava para os trabalhos habituais. O gato acusou-o, então, de ultrajar a natureza, acasalando-se com a mãe e as irmãs. O galo respondeu que só fazia isso no interesse dos donos, porque assim elas botavam ovos em quantidade. E o gato disse então: “Ora, talvez tu apresentes muitos e bons argumentos, mas eu não deixarei de comer-te”. E o devorou.

Moral: A fábula mostra que uma natureza má, resolvida a praticar o mal, mesmo que não encontre um bom pretexto, o faz abertamente.

Análise do discurso

Em *O gato e o galo*, as contestações são feitas por meio de encadeamentos conversos aos das acusações e pela proposição de um novo bloco semântico. Por exemplo, citamos os aspectos argumentativos provenientes dos enunciados do gato e do galo representativos dos seguintes blocos semânticos:

Bloco semântico 1 *cantorias à noite que causam aborrecimentos dos homens:*

- *cantorias à noite DC aborrecimento dos homens*, assumido pelo gato;
- *cantorias à noite PT neg-aborrecimento dos homens*, assumido pelo galo.

Bloco semântico 2 *acasalamentos consanguíneos que são ultraje à natureza:*

- *acasalamentos consanguíneos DC ultraje à natureza*, assumido pelo gato;

² Essa análise está embasada na que foi feita em nossa dissertação de mestrado (DELANOY, 2008), na qual procurávamos uma definição de leitura pela TBS. A razão de retomar a análise aqui é buscar uma explicação para o funcionamento da conversão no discurso, e não só uma descrição das argumentações.

- *acasalamentos consanguíneos PT neg-ultraje à natureza*, assumido pelo galo.

O bloco semântico representado pelos pares de aspectos é o mesmo, embora realizados sob aspectos distintos (um normativo e outro transgressivo). No bloco 1, o sentido vem da interdependência entre cantorias à noite e aborrecimento dos homens, como *cantorias que causam aborrecimento*. No bloco 2, o sentido decorre da articulação entre acasalamentos consanguíneos e ultraje à natureza, como *acasalamentos consanguíneos que são ultraje à natureza*.

O galo concorda com o gato quanto aos segmentos suportes, mas nega os aportes para, posteriormente, contra-argumentar. Concorda sobre as cantorias à noite, mas nega sua inconveniência ao defender sua utilidade aos homens. Dessa forma, a ave dá novo sentido às cantorias, representado por *cantorias à noite DC benefício para os homens*. Esse novo bloco semântico é uma contra-argumentação do galo, pois há um enfrentamento de sentidos entre *cantorias que causam aborrecimento* e *cantorias que trazem benefício*.

O procedimento é semelhante na segunda acusação. O galo consente o acasalamento consanguíneo, mas nega ser uma ação ultrajante ao contra-argumentar por um novo bloco semântico, um novo sentido para acasalamento consanguíneo: *acasalamentos consanguíneos DC produtividade*.

Como podemos ver, tanto *cantorias à noite* quanto *acasalamentos consanguíneos* mudam de sentido nas argumentações do gato e do galo, passam de um sentido negativo para um positivo. Em termos da TBS, *cantorias à noite* e *acasalamentos consanguíneos* têm distintas AEs à direita (argumentações externas), permitidas pela orientação argumentativa das expressões, e resultantes das escolhas dos locutores, assim:

- *cantorias à noite DC aborrecimento dos homens;*
- *cantorias à noite DC benefício para os homens;*
- *acasalamentos consanguíneos DC ultraje à natureza;*
- *acasalamentos consanguíneos DC produtividade.*

Pela defesa se dar por um novo bloco semântico, identificamos uma contra-argumentação. Com isso podemos dizer que a refutação por meio de um aspecto converso a outro não configura uma contra-argumentação, mas a partir da negação é possível propor novo sentido, outro bloco semântico. Logo, a atitude do locutor ao enunciar um aspecto converso a outro é de negar a argumentação precedente, opondo-se a ela, como uma etapa para construir um contra-argumento. Na fábula a seguir, as argumentações estão em relação de reciprocidade.

4.2.2 O lobo e o cordeiro³ (ESOPO, 2004, p.116)

O lobo e o cordeiro

Um lobo vira um cordeiro bebendo na margem de um rio, e quis usar de um pretexto para devorá-lo. Para tanto, colocou-se a montante do lugar, e começou a acusá-lo de sujar a água, impedindo-o assim de beber. O cordeiro respondeu que só bebia com as pontas dos beiços e, estando a jusante, seria impossível sujar a água que vinha de cima. O lobo, ao perceber que aquele pretexto tinha falhado, disse então: “Mas, no ano passado, tu insultaste meu pai”. E o cordeiro replicou que na época nem sequer havia nascido. E o lobo lhe disse: “Talvez não te faltem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te”.

Moral: A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

Análise do discurso

Em *O lobo e o cordeiro*, as contestações são feitas por aspectos recíprocos às acusações. Vejamos:

Bloco semântico 1 *ser devorado por sujar a água do rio*:

- *sujar a água do rio DC ser devorado*, assumido pelo lobo;
- *neg-sujar a água do rio DC neg-ser devorado*, assumido pelo cordeiro e com o qual o lobo concorda.

³ Fábula também analisada em nossa dissertação de mestrado (DELANOY, 2008), com foco nas relações de reciprocidade entre aspectos argumentativos.

Bloco semântico 2 *ser devorado por insultar familiar do lobo*:

- *insultar familiar do lobo DC ser devorado*, assumido pelo lobo;
- *neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado*, assumido pelo cordeiro e com o qual o lobo concorda.

Como podemos perceber, o cordeiro argumenta com os mesmos segmentos suportes e aportes apresentados pelo lobo, mas os nega, e mantém o conector DC, configurando a relação de reciprocidade em cada bloco semântico. É interessante notar o modo pelo qual o cordeiro chega aos encadeamentos recíprocos e assim tenta se livrar argumentativamente do predador. No bloco 1, o sentido pode ser representado por *ser devorado por sujar a água do rio*. O cordeiro, então, apresenta as seguintes argumentações:

- *beber com as pontas dos beiços DC neg-sujar a água do rio*;
- *estar a jusante do lobo DC neg-sujar a água do rio*.

O cordeiro expõe dois blocos semânticos distintos que articulam o modo de beber a água do rio e sua posição em relação ao lobo com a impossibilidade de sujar a água, e assim chega ao aspecto *neg-sujar a água do rio DC neg-ser devorado*.

Da mesma forma, o cordeiro procede com a segunda acusação. Ele chega ao aspecto *neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado* por meio do aspecto *neg-ser nascido DC ser impossível ter proferido insultos*.

Defendendo-se por aspectos recíprocos às acusações, o cordeiro impediu o lobo de continuar a sua argumentação, pois ao assumir os aspectos *sujar a água do rio DC ser devorado* e *insultar familiar do lobo DC ser devorado*, o lobo também concordou, implicitamente, com os seus recíprocos *neg-sujar a água do rio DC neg-ser devorado* e *neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado*, já que todos representam aspectos normativos de seus respectivos blocos. O cordeiro simplesmente assumiu esse ponto de vista, e o lobo foi forçado a aceitá-lo.

O lobo representa bem o locutor que foi contestado, pois ao dizer “Talvez não te falem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te.”, assume que os argumentos de acusação foram vencidos pela defesa do cordeiro, sendo obrigado a

construir uma nova argumentação. Ao enunciar sua fala, o lobo relaciona dois aspectos, mas agora conversos:

- *aceitar bons argumentos de defesa DC neg-devorar*, rejeitado pelo lobo;
- *aceitar bons argumentos de defesa PT devorar*, assumido pelo lobo.

A partir da análise, vimos que os aspectos recíprocos normativos de um bloco semântico têm a particularidade de estarem simultaneamente tanto no discurso da acusação quanto no discurso da defesa. Na verdade, o discurso da defesa já está previsto no discurso da acusação (e vice-versa), mesmo implicitamente. A tarefa da defesa é enunciá-lo e assim impedir a acusação de prosseguir com o argumento.

4.2.3 Aprovar ou ensinar? (EDITORIAL Zero Hora, 2011, p.14)

O Ministério da Educação acaba de criar o Ciclo de Alfabetização e Letramento, que substitui o sistema de ensino seriado e acaba com a reprovação de alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. O objetivo da medida é bem-intencionado: evitar que o insucesso escolar nas séries iniciais continue causando evasão e repetência, com os consequentes prejuízos para a autoestima das crianças. De acordo com o governo, a pesquisa que embasa esta decisão mostra que o país teve, em 2009, um índice de aprovação de 94,9% no primeiro ano, o que significa a reprovação de cinco em cada grupo de cem alunos. O MEC acredita que a aprovação automática facilitará a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade.

Não é, ainda, uma obrigatoriedade. As secretarias de Educação e escolas que não quiserem adotar a recomendação poderão continuar com o sistema seriado, que prevê avaliação ao final de cada ano, com a correspondente promoção ou permanência. Está, portanto, oficializada uma grande dúvida no ensino brasileiro: o que é melhor para o aluno que está ingressando no mundo das letras, o avanço automático ou cobrança de rendimento?

Infelizmente, o governo não apresentou argumentos convincentes para a recomendação adotada. Embora seja lamentável a reprovação de 5% dos aproximadamente 10 milhões de alunos que frequentam o primeiro ano do Ensino Fundamental, o levantamento não aponta as causas do insucesso, que podem oscilar da ausência continuada em sala de aula à incompetência da escola para, efetivamente, ensinar. O que existe de concreto são experiências esparsas de promoção continuada, nem sempre animadoras. Na rede municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, a divisão dos nove anos do Ensino Fundamental em três ciclos revelou-se desastrosa. Levantamento feito em 2009 mostrou que 13 mil alunos de 4º e 5º anos precisavam ser realfabetizados e outros 17 mil do 6º ano se encontravam na condição de analfabetos funcionais.

Cabe reconhecer, porém, que existem experiências positivas de promoção automática no ensino brasileiro. E também não pode haver dúvida de que reprovar é

sempre pior do que aprovar sem o suficiente aprendizado para a promoção, pois esta segunda possibilidade pelo menos mantém a criança na escola por mais tempo. Mas reprovar ou fingir que a criança aprendeu não podem ser as únicas alternativas. O ideal é eliminar a reprovação ensinando efetivamente os alunos, por meio do comprometimento das autoridades e da escola com a educação e com a realidade das crianças, sem salas de aula superlotadas, com professores preparados, bem remunerados e, também eles, avaliados.

Simplemente eliminar a reprovação pode passar a ideia de que ninguém precisa se esforçar e que o aprendizado chega ao natural. Pode, também, estigmatizar a avaliação como um processo prejudicial e traumatizante, o que não é correto. O desempenho dos alunos, independentemente do sistema adotado, tem que ser avaliado constantemente, para que os professores e a escola saibam quem está ficando para trás e adotem medidas corretivas antes que o problema se torne irreversível.

Não há fórmula mágica em educação. A mágica é ensinar.

Análise do discurso

O Ministério da Educação acaba de criar o Ciclo de Alfabetização e Letramento, que substitui o sistema de ensino seriado e acaba com a reprovação de alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. O objetivo da medida é bem-intencionado: evitar que o insucesso escolar nas séries iniciais continue causando evasão e repetência, com os consequentes prejuízos para a autoestima das crianças. De acordo com o governo, a pesquisa que embasa esta decisão mostra que o país teve, em 2009, um índice de aprovação de 94,9% no primeiro ano, o que significa a reprovação de cinco em cada grupo de cem alunos. O MEC acredita que a aprovação automática facilitará a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade.

O parágrafo inicial apresenta o Ciclo de Alfabetização e Letramento, que extingue a reprovação das crianças ao longo dos três primeiros anos do ensino fundamental, em substituição ao sistema seriado de ensino. A seguir, o locutor, ao expor o objetivo da nova medida, já se posiciona ao dizer “*O objetivo da medida é bem-intencionado*”. Iniciamos, então, a análise desse editorial pela descrição semântica do objetivo do Ciclo.

A meta da proposta apresentada no discurso é clara: evitar que os alunos das séries iniciais desistam do estudo devido ao fracasso escolar nesse período. O locutor, ao expressar “*O objetivo da medida é bem-intencionado*”, concorda com o plano a esse respeito. Podemos ter esse sentido por meio da argumentação *adotar o Ciclo de Alfabetização e Letramento DC evitar a evasão escolar*. Como podemos notar, o foco

do Ciclo de Alfabetização e Letramento não está em minimizar o fracasso escolar das crianças, mas sim em evitar seus consequentes danos aos alunos.

Parece ser o verbo *continuar* em “*evitar que o insucesso escolar nas séries iniciais continue causando evasão e repetência*” que permite identificarmos um enunciador responsável pelo ponto de vista de que o insucesso escolar tem provocado situações de ordem negativa aos alunos (visto esse verbo trazer em sua significação o sentido de algo iniciado no passado e perpetuado até o momento da enunciação). Assim, traduzindo a perspectiva desse enunciador em termos de TBS, temos *ser malsucedido na escola DC experimentar malefícios*, justamente o que a aprovação automática quer corrigir.

De acordo com citação atribuída ao MEC, extinguir a reprovação nas séries iniciais facilitaria a alfabetização das crianças. Logo, a partir dessa declaração, podemos relacionar dois aspectos do bloco semântico *a aprovação automática facilita a alfabetização*:

- *aprovação automática DC melhora na alfabetização*, ponto de vista atribuído ao MEC;
- *neg-aprovação automática DC neg-melhora na alfabetização*, seu recíproco.

A não adoção do novo sistema corresponde à manutenção do ensino tradicional. Assumindo a argumentação *aprovação automática DC melhora na alfabetização*, o MEC também admite o correspondente recíproco *neg-aprovação automática DC neg-melhora na alfabetização*, pois é também representativo da norma, embora sob a perspectiva negativa.

Não é, ainda, uma obrigatoriedade. As secretarias de Educação e escolas que não quiserem adotar a recomendação poderão continuar com o sistema seriado, que prevê avaliação ao final de cada ano, com a correspondente promoção ou permanência. Está, portanto, oficializada uma grande dúvida no ensino brasileiro: o que é melhor para o aluno que está ingressando no mundo das letras, o avanço automático ou cobrança de rendimento?

Nesse trecho é apresentado o sistema seriado, até então o mais adotado pelas escolas. É possível construirmos um encadeamento representativo desse sistema, ou melhor, sua argumentação interna. O sistema seriado avalia os alunos anualmente e, de acordo com o resultado, aprova ou não os estudantes para o nível seguinte. Com isso, colocamos na argumentação interna de *sistema seriado* o aspecto *bom rendimento DC avanço*, mas também o seu correspondente recíproco, *neg-bom rendimento DC neg-avanço*. Aqui temos o caso de uma expressão poder ser descrita semanticamente por dois aspectos recíprocos, tal como Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005) identificou com as palavras *exame (bom DC aprovado e neg-bom DC neg-aprovado)* e *peneira (fino DC passa e neg-fino DC neg-passa)*, palavras com significação de separação:

Foi afirmado que não se pode encontrar na AI de uma entidade dois aspectos conversos. Agora, o que se pode encontrar na AI de uma entidade são dois aspectos recíprocos. Dito em outros termos, podemos encontrar na AI de *e* [entidade] dois aspectos U e V tais que os encadeamentos pertencentes a U são recíprocos daqueles que podemos encontrar em V. Esse fenômeno indica uma função de discriminação presente em toda uma classe de palavras. (CAREL; DUCROT, 2005, p.65).

Em relação ao discurso em análise, temos duas perspectivas a respeito do sentido de *sistema seriado*, que aprova ou reprovava as crianças de acordo com avaliação de seus rendimentos. Então, os aspectos recíprocos de *sistema seriado* não são excludentes entre si, pois ambos traduzem sua argumentação interna.

De modo semelhante à AI de *sistema seriado*, construímos a AI de *aprovação automática*. Com esse método de ensino, independentemente de o aluno mostrar bom ou mau rendimento, será conduzido ao nível seguinte. Dessa forma, colocamos a frequência em sala de aula como primeiro segmento da argumentação, pois parece-nos ser o único requisito para o avanço do aluno, resultando em *frequência DC avanço* e *neg-frequência DC neg-avanço*. São dois aspectos recíprocos que traduzem a AI de *aprovação automática*.

Tanto a AI de *sistema seriado* quanto a de *aprovação automática* seguem a verificação de Ducrot, com dois aspectos recíprocos vinculados simultaneamente a uma entidade. Nesse sentido, um discurso possível a respeito do sistema seriado seria *os alunos que tiveram bom rendimento serão aprovados e os que não tiveram bons rendimentos serão reprovados*; e, relativo à aprovação automática, seria *os alunos que frequentam as aulas avançarão de nível e os que não frequentam não avançarão*. De

acordo com o que vimos, o locutor que assumir um dos aspectos também admitirá o outro, obrigatoriamente, visto expressarem a mesma norma discursiva, mas sob pontos de vista opostos.

Infelizmente, o governo não apresentou argumentos convincentes para a recomendação adotada. Embora seja lamentável a reprovação de 5% dos aproximadamente 10 milhões de alunos que frequentam o primeiro ano do Ensino Fundamental, o levantamento não aponta as causas do insucesso, que podem oscilar da ausência continuada em sala de aula à incompetência da escola para, efetivamente, ensinar. O que existe de concreto são experiências esparsas de promoção continuada, nem sempre animadoras. Na rede municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, a divisão dos nove anos do Ensino Fundamental em três ciclos revelou-se desastrosa. Levantamento feito em 2009 mostrou que 13 mil alunos de 4º e 5º anos precisavam ser realfabetizados e outros 17 mil do 6º ano se encontravam na condição de analfabetos funcionais.

O locutor questiona a implementação da medida, mesmo mantendo sua concordância com a problemática da reprovação. Põe em evidência a falta de investigação a respeito das causas do fracasso escolar. Seu ponto de vista pode ser representado por *neg-investigação das causas de insucesso PT ações*, assumido pelo locutor. A transgressão revela uma crítica feita pelo locutor ao MEC: seriam necessárias investigações preliminares sobre o ensino e, a partir delas, ser idealizada a proposta de soluções. Essa é a norma defendida pelo locutor. Os referidos aspectos argumentativos estão em relação polifônica, visto a transgressão fazer referência à norma correspondente, assim:

- *neg-investigação das causas de insucesso PT ações*, que o locutor assume, mas o assimila ao MEC;
- *investigação das causas de insucesso DC ações*, com o que o locutor concorda; a seu ver, é o que deveria ter sido feito (transpostos).

Temos, aqui, uma relação de transposição entre aspectos argumentativos. Procedendo dessa maneira, o locutor denuncia a falta de importância dada pelo governo a pesquisas sobre as causas do fracasso escolar nas séries iniciais, tanto é que não foram feitas investigações e, mesmo assim, medidas foram adotadas. A denúncia fica evidente

pela relação polifônica entre os aspectos acima: a negação do segmento suporte e a manutenção do aporte constitui uma transgressão à norma que deveria ter sido adotada.

A seguir, o locutor exemplifica a adoção do sistema de aprovação continuada na rede municipal do Rio de Janeiro e posiciona-se negativamente. Esse sentido é traduzido pelo aspecto *aprovação automática PT neg-melhora na alfabetização*, aspecto que entra em relação de conversão com *aprovação automática DC melhora na alfabetização*, argumento dos defensores da proposta. Como a relação entre aspectos conversos envolve a negação (um aspecto nega o outro), podemos perceber que o locutor, ao assumir o aspecto converso ao atribuído ao Ciclo de Alfabetização, já apresenta sua posição contrária à nova medida. Resumimos assim:

- *aprovação automática DC melhora na alfabetização*, aspecto rejeitado pelo locutor e assimilado ao MEC;
- *aprovação automática PT neg-melhora na alfabetização*, assumido pelo locutor.

No entanto, não é suficiente contrariar a argumentação do governo negando a medida educativa. O locutor deve apresentar nova argumentação. Parece que argumentar pelos aspectos conversos não é satisfatório, é também necessário justificar a discordância. Na continuação do discurso, o locutor vai apresentar o seu posicionamento sobre a educação; em termos de TBS, vai argumentar sob um novo bloco semântico.

Cabe reconhecer, porém, que existem experiências positivas de promoção automática no ensino brasileiro. E também não pode haver dúvida de que reprovar é sempre pior do que aprovar sem o suficiente aprendizado para a promoção, pois esta segunda possibilidade pelo menos mantém a criança na escola por mais tempo. Mas reprovar ou fingir que a criança aprendeu não podem ser as únicas alternativas. O ideal é eliminar a reprovação ensinando efetivamente os alunos, por meio do comprometimento das autoridades e da escola com a educação e com a realidade das crianças, sem salas de aula superlotadas, com professores preparados, bem remunerados e, também eles, avaliados.

O locutor passa a defender o seu posicionamento quanto ao ensino. Conforme vimos desde o início do seu discurso, o locutor admite a importância da manutenção do aluno na escola, e que a proposta do Ciclo tem valor a esse respeito. Contudo, apresenta restrições expressas após o articulador *mas* em “*Mas reprovar ou fingir que a criança aprendeu não podem ser as únicas alternativas*”. No enunciado, *reprovar* está relacionado ao *sistema seriado*, que tem sua AI *bom rendimento DC avanço* e *neg-bom rendimento DC neg-avanço*; ao passo que *fingir que a criança aprendeu* faz menção à *aprovação automática*, já que tem sua AI *frequência DC avanço* e *neg-frequência DC neg-avanço*, ou seja, o rendimento do aluno não é considerado para o avanço escolar.

O locutor propõe outro modo de eliminar a reprovação: por meio do ensino eficaz e responsável envolvendo a escola e as autoridades, opondo-se então à proposta do Ciclo. Podemos demonstrar os posicionamentos do locutor construindo duas argumentações externas à esquerda do aporte *eliminação da reprovação*, visto que esse segmento será mantido em ambas as argumentações, isto é, vamos apresentar suportes distintos para cada aporte:

- *adoção do Ciclo DC eliminação da reprovação*, que representa o MEC, aspecto rejeitado pelo locutor;
- *ensino eficaz DC eliminação da reprovação*, que descreve a argumentação assumida pelo locutor.

Percebemos, acima, a refutação por meio da defesa de outro bloco semântico, caracterizado pela alteração do segmento suporte. Referentemente ao Ciclo, o que suporta a eliminação da reprovação é a escolha da nova medida governamental; por outro lado, na perspectiva do locutor, o suporte reside no ensino eficaz. Logo, a interdependência entre os segmentos cria blocos semânticos distintos: eliminação da reprovação pela aprovação automática e eliminação da reprovação pelo ensino eficaz. Temos aqui uma contra-argumentação, pois há enfrentamento de sentidos a respeito de um mesmo aporte, no caso, a eliminação da reprovação. No âmbito da TBS, temos duas AEs à esquerda do segundo segmento, o que significa termos dois suportes para o aporte, resultando em dois blocos semânticos, isto é, em concepções diferentes para o problema da reprovação.

No final do parágrafo encontramos a visão do locutor sobre a escola atual. É interessante notar que essa visão se dá implicitamente pelo trecho “*O ideal é eliminar a reprovação ensinando efetivamente os alunos, por meio do comprometimento das autoridades e da escola com a educação e com a realidade das crianças, sem salas de aula superlotadas, com professores preparados, bem remunerados e, também eles, avaliados*”. Ora, sabemos, pelo locutor, que o ensino não é eficaz, que não há comprometimento com o ensino, que as salas das escolas estão cheias, que os professores não estão bem preparados, são mal remunerados e não são submetidos a avaliação alguma. A polifonia presente no trecho pode ser explicitada pelo levantamento dos aspectos postos em cena pelo locutor. Assim:

- *neg-condições ideais de ensino DC neg-ensino eficaz*, assumido pelo locutor;
- *condições ideais de ensino DC ensino eficaz*, ao qual dá sua concordância.

Os aspectos acima são recíprocos e representativos da norma do bloco semântico. Novamente percebemos que não há contradição entre esses recíprocos. De fato, um faz alusão ao outro por veicularem a mesma norma discursiva.

Simplesmente eliminar a reprovação pode passar a ideia de que ninguém precisa se esforçar e que o aprendizado chega ao natural. Pode, também, estigmatizar a avaliação como um processo prejudicial e traumatizante, o que não é correto. O desempenho dos alunos, independentemente do sistema adotado, tem que ser avaliado constantemente, para que os professores e a escola saibam quem está ficando para trás e adotem medidas corretivas antes que o problema se torne irreversível.

O locutor defende a avaliação, seja no sistema seriado ou na promoção automática, como forma de identificar os alunos com dificuldades no aprendizado e saná-las. É outro sentido para avaliação, diferente daquele que a concebe como uma ferramenta para a (não) promoção do aluno a etapas posteriores. São dois blocos distintos para *avaliação*:

- *avaliação DC avanço ou permanência*, sentido mais geral, com atribuição de uma nota ou conceito ao aluno;
- *avaliação DC solução de dificuldades*, que é o sentido assumido pelo locutor.

Eliminar a reprovação, tal como visto pelo locutor, tem consequências negativas, expressas pelos aspectos:

- *eliminar a reprovação DC neg-esforçar-se para aprender*;
- *avaliar os alunos DC submetê-los a situação traumatizante*, ponto de vista rejeitado pelo locutor;
- *avaliar os alunos PT neg-submetê-los a situação traumatizante*, assumido pelo locutor.

Seguindo a regularidade que temos observado, quando o locutor argumenta por um converso transgressivo (aqui, *avaliar os alunos PT neg-submetê-los a situação traumatizante*), ele se obriga a defender um novo bloco semântico. Nesse caso, o locutor sustenta o valor positivo da avaliação, conforme vimos, explicitado por *avaliar os alunos DC sanar dificuldades*.

Não há fórmula mágica em educação. A mágica é ensinar.

Podemos pensar que *fórmula mágica* seja um método, uma receita capaz de solucionar rapidamente um problema. Aqui, está associada ao Ciclo de Alfabetização, na medida em que a não reprovação solucionaria os problemas do ensino fundamental (pois manteria os alunos na escola e facilitaria a alfabetização, o que, na perspectiva do locutor, não acontece de fato). Vimos que o locutor é contrário a essa simplificação, ao defender o ensino com qualidade e a avaliação constante dos alunos. É o que quer dizer com *A mágica é ensinar*. O locutor nos apresenta, então, o confronto de duas argumentações, expressas pelos aspectos abaixo:

- *adoção do Ciclo DC solução de problemas*, rejeitado pelo locutor;
- *ensino eficaz DC solução de problemas*, aspecto por ele assumido.

A mudança dos segmentos suportes faz com que os aportes *soluções de problemas* sejam distintos entre si, pois, por interdependência semântica, constroem blocos semânticos distintos: *solução de problemas devido à adoção do Ciclo* e *solução de problemas devido ao ensino eficaz*.

Como fechamento dessa análise, retomemos algumas argumentações e suas inter-relações no discurso: de reciprocidade, de conversão e de transposição. Com isso, pretendemos identificar regularidades quanto às relações entre as argumentações, bem como que sentido os pontos de vista do locutor constroem no discurso, e que atitudes o locutor assume frente a outros discursos. Iniciamos pelas relações de reciprocidade. Identificamos abaixo os seguintes aspectos argumentativos recíprocos:

Recíprocos 1

- aprovação automática DC melhora na alfabetização (ponto de vista atribuído pelo locutor ao MEC);
- neg-aprovação automática DC neg-melhora na alfabetização (implícito, por polifonia, com o qual MEC concorda).

Recíprocos 2

- bom rendimento DC avanço;
- neg-bom rendimento DC neg-avanço (ambos representam a AI de sistema seriado).

Recíprocos 3

- frequência DC avanço;
- neg-frequência DC neg-avanço (ambos representam a AI de aprovação automática).

Recíprocos 4

- neg-condições ideais de ensino DC neg-ensino eficaz (assumido pelo locutor);
- condições ideais de ensino DC ensino eficaz (implícito, ao qual o locutor dá sua concordância).

No discurso analisado, percebemos que as argumentações recíprocas evocam-se polifonicamente, quer dizer, ao produzir um encadeamento, o locutor implicitamente evoca o encadeamento recíproco correspondente. É o que acontece nos quatro casos agrupados acima. No conjunto Recíprocos 1, o locutor atribui ao MEC a perspectiva de que a aprovação continuada iria trazer benefícios à alfabetização das crianças. Ao afirmá-lo, portanto, recuperamos o sentido de que a não adoção da medida não resultará em benefício algum à educação, ponto de vista com o qual o locutor/MEC concorda. No conjunto 2, temos o caso da descrição de uma entidade linguística por dois aspectos recíprocos: *sistema seriado* é aquele no qual os alunos com bom rendimento são aprovados e aqueles com baixo rendimento são reprovados. No grupo 3, os aspectos levantados mostram o sentido de *aprovação automática*, tal como no conjunto anterior. Os aspectos evocam-se simultaneamente, e o locutor, ao assumir um aspecto, concorda com o outro. No quarto conjunto, o locutor assume a visão de que as condições precárias da realidade escolar estão encadeadas ao fracasso do ensino. Por sua vez, deixa implícita sua posição de que condições ideais de ensino vinculam-se ao sucesso na educação.

Passemos à conversão. São conversos os seguintes aspectos:

Conversos 1

- aprovação automática DC melhora na alfabetização (aspecto rejeitado pelo locutor e assimilado ao MEC);
- aprovação automática PT neg-melhora na alfabetização (assumido pelo locutor).

Conversos 2

- avaliar os alunos DC submetê-los a situação traumatizante (ponto de vista rejeitado pelo locutor, não é assimilado a alguém especificamente);
- avaliar os alunos PT neg-submetê-los a situação traumatizante (assumido pelo locutor).

Os aspectos conversos indicam o debate entre uma norma constituída no discurso e a transgressão dessa norma. São perspectivas opostas entre si. Ducrot

(CAREL; DUCROT, 2005) as descreve pela negação: uma argumentação nega a outra, ainda que ambas pertençam ao mesmo bloco semântico (significa manterem a mesma interdependência semântica entre os segmentos suporte e aporte). Na análise, destacamos dois momentos.

No primeiro (Conversos 1), há oposição entre o ponto de vista do MEC a respeito da melhora da alfabetização pela adoção do Ciclo e a perspectiva do locutor que é contra a nova medida. Ele nega o aspecto aporte da argumentação atribuída ao governo e expressa uma transgressão. O locutor posiciona-se contrariamente ao Ciclo por meio do aspecto *aprovação automática PT neg-melhora na alfabetização*, que é a negação de *aprovação automática DC melhora na alfabetização*. Contudo, logo em seguida apresenta uma nova argumentação, uma saída para resolver o fracasso escolar no nível fundamental (já que, a seu ver, o Ciclo não resolveria), representada pelo aspecto *ensino eficaz DC eliminação da reprovação*. O locutor propõe outro bloco semântico como uma justificativa para a discordância.

O segundo conjunto de conversos diz respeito aos diferentes sentidos atribuídos a *avaliação*. Segundo o locutor, haveria uma ideia de que processos avaliativos seriam prejudiciais aos alunos, visto serem traumatizantes. O locutor nega esse ponto de vista argumentando sob o aspecto transgressivo *avaliar os alunos PT neg-submetê-los a situação traumatizante*, o qual assume. Porém, negar uma argumentação sem prestar esclarecimentos é insuficiente no plano discursivo, pois, na língua em uso, espera-se um motivo para a rejeição de um ponto de vista. No caso em análise, o locutor justifica-se propondo outro bloco semântico para o sentido de *avaliação*: *avaliar os alunos DC sanar dificuldades*. A avaliação deixa de estar relacionada a aprovar/ reprovar, mas passa a ser um instrumento para identificar dificuldades na aprendizagem dos alunos.

Encontramos, até então, uma regularidade quanto à argumentação envolvendo aspectos conversos: o locutor justifica sua oposição argumentando com um novo bloco semântico. É uma oposição justificada. Estabelece-se, no discurso, um debate entre sentidos, ou, melhor dizendo, entre blocos semânticos diferentes, e não uma oposição entre pontos de vista a respeito do mesmo sentido.

Falta-nos a análise dos aspectos transpostos. São eles:

Transpostos 1

- neg-investigação das causas de insucesso PT ações (que o locutor assume, mas assimila ao MEC);
- investigação das causas de insucesso DC ações (com o que o locutor concorda; é o que deveria ter sido feito).

A argumentação por aspectos transpostos também configura a oposição entre uma norma e sua transgressão, mas, diferentemente da conversão, a negação recai sobre o suporte do aspecto. Mesmo tendo o suporte negado, o aporte se mantém. O conjunto Transpostos 1 refere-se ao ponto de vista do locutor sobre a necessidade de serem feitas pesquisas para identificação das causas reais de fracasso dos alunos, para, embasadas nas investigações, soluções serem propostas. O locutor parece denunciar o Ministério da Educação por ter desconsiderado esse passo. A crítica fica evidente na própria construção do aspecto argumentativo que representa o discurso: mesmo sem fazer investigações detalhadas sobre o ensino, o governo propõe soluções para o problema da aprendizagem, ou seja, na visão do locutor, os motivos reais do fracasso dos alunos não são importantes para o MEC. Assim, a nosso ver, a transposição parece ter um caráter questionador da relevância do suporte para o aporte do aspecto argumentativo. O locutor parece assim proceder ao argumentar por meio dessa relação.

Contudo, após percorrermos toda a análise, parece-nos que o sentido geral do discurso focaliza-se nos seguintes aspectos argumentativos:

- adoção do Ciclo DC solução de problemas (aspecto rejeitado pelo locutor e atribuído ao MEC);
- adoção do Ciclo PT neg-solução de problemas (assumido pelo locutor).

Os aspectos acima são conversos: o assumido pelo locutor constitui-se na negação ao assimilado ao governo. Após negar uma perspectiva, o locutor apresenta uma justificativa, e, nesse discurso, o locutor o faz pela defesa de novo bloco semântico, representado pelo aspecto *ensino eficaz DC solução de problemas*.

4.2.4 O líder natural (VERISSIMO, 2008, p.79)

Um avião cai nos Andes. Ou nos Alpes? Nos Andes, nos Andes. Enfim, um avião cai no topo nevado de uma montanha. Todos os seus ocupantes sobrevivem à queda, mas como o socorro custa a chegar, e abandonar o abrigo dos destroços do avião para enfrentar as nevascas e ir procurar ajuda significaria morte certa, os sete — são sete — vêm-se diante do seguinte problema: como permanecer vivos até serem resgatados.

Têm água da neve mas não têm comida, depois que acabar o amendoim. O que fazer?

Os dias passam, o socorro não vem, e cresce entre os sete a certeza de que serão obrigados a recorrer ao canibalismo. Um deles terá de morrer para que os outros se alimentem. Mas quem deve morrer? Qual o critério para escolher o sacrificado?

— Deve ser o mais velho entre nós — opina um jovem. — Um que já viveu bastante, e cujo sacrifício beneficiará os que ainda terão uma vida pela frente, se formos salvos.

— Não esqueçam — diz o mais velho entre eles — que a carne dos idosos é mais dura. E, também, que os mais velhos são mais filosóficos. Desconfio que, se o socorro não vier e nosso fim se revelar inevitável, precisaremos mais de filosofia do que de carne.

— Devemos matar e comer o mais fraco entre nós — diz um musculoso. — Não só será o que oferecerá menor resistência, como a sua carne será provavelmente mais tenra.

— Epa — diz o aparentemente mais fraco de todos. — Onde estamos? A lei do mais forte não pode imperar entre pessoas civilizadas. Proponho um sorteio. Quem perder será o sacrificado.

Nestas ocasiões, sempre aparece um líder natural, alguém com senso prático e superioridade intelectual, que se impõe aos demais. É o que acontece. O líder natural se manifesta:

— Devemos repudiar qualquer tipo de solução que agrida a moral, como a de sacrificar o mais velho só por ser o mais velho, ou a ética, como a dos fortes subjugar os fracos. Também devemos evitar qualquer tipo de imposição alheia a uma decisão humana, como a da pura sorte no caso de um sorteio. Somos seres racionais, capazes de decidir seu destino racionalmente, e democraticamente.

E propõe:

— Todos devemos nos sacrificar, de forma equânime. É a única solução ética, a única solução moral, a única digna de homens decentes. Em vez de um de nós morrer para alimentar os outros, todos devem dar uma parte do seu corpo para ser comida. E para que a igualdade seja completa, a parte sacrificada do corpo de cada um deve ser a mesma. O braço direito, que faz falta a todos na mesma proporção.

Apesar de alguns protestos, todos acabam aceitando a proposta racional.

Afinal, são homens decentes. E a argumentação do líder natural, de sacrifícios iguais para homens iguais, é irrespondível. Semanas depois, os destroços do avião são localizados e uma turma de resgate descobre seis homens vivos no seu interior. Cinco sem o braço direito, um — o mais musculoso — com os dois braços. E o esqueleto de um sétimo homem, o líder natural, sob cujas ordens cada um tinha cortado o braço direito do outro, até chegar a sua vez de cortar o braço direito do musculoso, quando se revelara que ele era o único canhoto do grupo, e todos tinham caído em cima dele. E cuja carne os mantivera vivos até chegar o socorro. Significando, acho eu, que o importante não é o discurso, é quem discursa.

Análise do discurso

Um avião cai nos Andes. Ou nos Alpes? Nos Andes, nos Andes. Enfim, um avião cai no topo nevado de uma montanha. Todos os seus ocupantes sobrevivem à queda, mas como o socorro custa a chegar, e abandonar o abrigo dos destroços do avião para enfrentar as nevascas e ir procurar ajuda significaria morte certa, os sete — são sete — vêm-se diante do seguinte problema: como permanecer vivos até serem resgatados.

Têm água da neve mas não têm comida, depois que acabar o amendoim. O que fazer?

Os dias passam, o socorro não vem, e cresce entre os sete a certeza de que serão obrigados a recorrer ao canibalismo. Um deles terá de morrer para que os outros se alimentem. Mas quem deve morrer? Qual o critério para escolher o sacrificado?

Nesse primeiro trecho, é apresentado o problema a ser enfrentado pelos sobreviventes da queda do avião: permanecerem vivos até a chegada do resgate. A falta de comida era o ponto principal.

O canibalismo surge como uma solução. Ganha uma precisão de seu sentido construído no discurso, pois não se trata de um conceito geral de canibalismo, mas de uma prática motivada pela necessidade de sobrevivência (teria outra acepção se fosse uma cerimônia ritualística, por exemplo). Aqui, *canibalismo* pode ser representado pelo aspecto *comer carne humana DC sobreviver*, representativo da argumentação interna da expressão. No desenrolar do discurso, aparecem sugestões para os passageiros escolherem quem deve morrer.

— Deve ser o mais velho entre nós — opina um jovem. — Um que já viveu bastante, e cujo sacrifício beneficiará os que ainda terão uma vida pela frente, se formos salvos.

O primeiro critério apresentado é o sacrifício do sobrevivente mais velho, proposto pelo jovem. Seu argumento pode ser traduzido pelo sentido atribuído a *velho*, que tem como argumentação interna *ter vivido bastante DC neg-ter previsão de muito tempo de vida*. Esse argumento entra em relação com seu aspecto recíproco, *neg-ter vivido bastante DC ter previsão de muito tempo de vida*, representativo da AI de *jovem*. O jovem admite os dois argumentos ao enunciar-se. Não são opostos entre si, mas

ambos aspectos são pertencentes ao mesmo bloco semântico: *o tempo leva a vida*. Como resultado, o argumento do jovem pode ser apresentado por *ser velho DC ser sacrificado*. Polifonicamente, o jovem também coloca o aspecto recíproco *neg-ser velho DC neg-ser sacrificado*, e assim defende-se de ser morto. Se alguém deve ser sacrificado por ser velho, quem não for velho não será sacrificado. É assim que o passageiro jovem manifesta-se e ao mesmo tempo se protege.

Vamos esquematizar as argumentações. O locutor jovem, ao defender o sacrifício do mais velho, coloca em relação os seguintes aspectos:

- *ter vivido bastante DC neg-ter previsão de muito tempo de vida*, o qual assume;
 - *neg-ter vivido bastante DC ter previsão de muito tempo de vida*, com o qual concorda; aspecto recíproco ao anterior;
- e
- *ser velho DC ser sacrificado*, assumido pelo locutor;
 - *neg-ser velho DC neg-ser sacrificado*, ao qual o locutor dá sua concordância; ambos aspectos recíprocos.

Agora passamos à refutação desses argumentos.

– Não esqueçam — diz o mais velho entre eles — que a carne dos idosos é mais dura. E, também, que os mais velhos são mais filosóficos. Desconfio que, se o socorro não vier e nosso fim se revelar inevitável, precisaremos mais de filosofia do que de carne.

É interessante notar que o velho não contraria o jovem quanto a ter menor perspectiva de vida, ou seja, ele aceita (por omissão, não explicitamente) a argumentação representada por *ter vivido bastante DC neg-ter previsão de muito tempo de vida* (AI de *velho*) e *neg-ter vivido bastante DC ter previsão de muito tempo de vida* (AI de *jovem*). Isso quer dizer que o mais velho não nega o primeiro segmento, o suporte da argumentação *ser velho DC ser sacrificado*. Sendo assim, resta a ele opor-se pelo aspecto converso, ou seja, *ser velho PT neg-ser sacrificado*. De fato, ele traz outros argumentos para defender-se, argumentos que vão levar a outra norma, contrária a *ser velho DC ser sacrificado*.

Primeiramente, diz que a carne dos idosos é mais dura. Apesar de não explicitar o que queria dizer com isso, seu sentido pode ser recuperado pelo encadeamento *ter carne dura DC neg-ser apropriado para alimentação*. Desse modo, ele faz objeção a *ser velho DC ser sacrificado* pelo seu aspecto converso *ser velho PT neg-ser sacrificado*, transgredindo a norma. O segundo argumento trata de os idosos serem mais filosóficos, traduzido por *ter mais experiência de vida DC ser mais dado a reflexões*. Por fim, defende a necessidade de apoiarem-se na filosofia no caso de não serem resgatados, sentido representado por *buscar apoio na filosofia DC ser confortado em momentos difíceis*.

Os dois últimos argumentos apresentados – *ter mais experiência de vida DC ser mais dado a reflexões* e *buscar apoio na filosofia DC ser confortado em momentos difíceis* – possibilitam uma nova norma, pois os idosos, na perspectiva apresentada, seriam indispensáveis no caso da morte iminente por darem-se a reflexões filosóficas, e assim encontrariam conforto no momento difícil. A norma seria representada por *ser velho DC neg-ser sacrificado*, aspecto pertencente ao bloco semântico contrário ao defendido pelo jovem (essa contrariedade entre os blocos semânticos é mais bem percebida ao compararem-se os aspectos contrários *ser velho DC ser sacrificado*, bloco assumido pelo jovem, e *ser velho DC neg-ser sacrificado*, o novo bloco apresentado pelo idoso). Na verdade, o idoso propõe outra AI para *velho*: *ter vivido bastante DC ter valor*. A refutação parece funcionar, pois o discurso segue com um novo critério para o sacrifício.

– *Devemos matar e comer o mais fraco entre nós — diz um musculoso. — Não só será o que oferecerá menor resistência, como a sua carne será provavelmente mais tenra.*

O segundo critério era de sacrificar o mais fraco dos sobreviventes. O argumento é expresso por *ser fraco DC ser sacrificado*. Para tanto, o locutor coloca dois argumentos sob a forma *não só...como...*, apresentando-os assim com a mesma força argumentativa. Podemos dizer que são duas argumentações internas de *fraco*: *ter pouca força muscular DC oferecer menor resistência* e *ter pouca força muscular DC ter carne macia*. Ambos encadeamentos asseguram a ideia de matar o mais fraco dentre eles. Curioso notar que o musculoso, ao defender esse ponto de vista, protege-se de ser o escolhido para o sacrifício. Se construirmos a argumentação interna de *musculoso*,

perceberemos que serão os aspectos recíprocos das argumentações internas de *fraco*.
Vejam os:

AI₁ (fraco): *ter pouca força muscular DC oferecer menor resistência;*

AI₁ (musculoso): *neg-ter pouca força muscular DC neg-oferecer menor resistência;*

AI₂ (fraco): *ter pouco tônus muscular DC ter carne macia;*

AI₂ (musculoso): *neg-ter pouco tônus muscular DC neg-ter carne macia;*

Assim, se os aspectos relativos ao fraco são acatados, os relativos ao musculoso também o serão, visto AI₁ (fraco) / AI₁ (musculoso) e AI₂ (fraco) / AI₂ (musculoso) pertencerem aos mesmos blocos semânticos (são aspectos recíprocos entre si), respectivamente. E dessa forma o musculoso livra-se de ser morto, ao admitir simultaneamente os encadeamentos *ser fraco DC ser sacrificado* e *neg-ser fraco DC neg-ser sacrificado*. Essa estratégia não é diferente daquela usada pelo jovem, conforme vimos acima, quando indicava o velho por não ter grandes expectativas de vida, ao passo que ele teria.

Veremos agora como o sobrevivente mais fraco se livra dos argumentos.

— Epa — diz o aparentemente mais fraco de todos. — Onde estamos? A lei do mais forte não pode imperar entre pessoas civilizadas. Proponho um sorteio. Quem perder será o sacrificado.

A lei do mais forte, mencionada pelo passageiro, tem como sua argumentação interna o encadeamento *ser fraco DC ser sacrificado* assim como seu aspecto recíproco *neg-ser fraco DC neg-ser sacrificado*. O fraco rejeita esse ponto de vista ao assumir o aspecto converso, *ser fraco PT neg-ser sacrificado*, pois ele nega a aplicação da lei (e como vimos, a negação envolve a relação entre conversos). Argumentando assim, o fraco assume sua condição, ou seja, ele concorda com as argumentações *ter pouca força muscular DC oferecer menor resistência* e *ter pouco tônus muscular DC ter carne macia*. A defesa apoia-se na incompatibilidade entre serem pessoas civilizadas e a recorrência à lei do mais forte, sentido traduzido por *ser um grupo civilizado DC neg-aplicar a lei do mais forte*. Ao seguir nessa direção, o fraco apresenta uma nova norma: *ser fraco DC neg-ser sacrificado*, quer dizer, se a lei do mais forte deve ser rejeitada numa sociedade civilizada, os fracos não devem ser subjugados.

A seguir, o passageiro visado propõe um novo critério, ou melhor, argumenta sob novo bloco semântico: o sorteio. O sentido dessa nova argumentação pode ser expresso pela AI *ser selecionado pelo acaso DC ser sacrificado*, assumido pelo locutor. Mais uma vez, a argumentação não é aceita, como veremos adiante.

Nestas ocasiões, sempre aparece um líder natural, alguém com senso prático e superioridade intelectual, que se impõe aos demais. É o que acontece. O líder natural se manifesta:

— Devemos repudiar qualquer tipo de solução que agrida a moral, como a de sacrificar o mais velho só por ser o mais velho, ou a ética, como a dos fortes subjuguem os fracos. Também devemos evitar qualquer tipo de imposição alheia a uma decisão humana, como a da pura sorte no caso de um sorteio. Somos seres racionais, capazes de decidir seu destino racionalmente, e democraticamente.

Logo no início desse trecho, encontramos o sentido de *líder natural*. Sua argumentação interna é representada por *ter senso prático e superioridade intelectual DC impor-se aos outros*. Constatamos então que não se trata de uma liderança provinda de diferenças de faixas etárias, posição social, poder político, etc., mas sim motivada pela intelectualidade superior. Na continuação do discurso, podemos perceber como o líder se apresenta como portador das características citadas por meio dos seus argumentos.

A primeira manifestação do líder tem por objetivo contestar as argumentações anteriores. Para tanto, ele assume os seguintes aspectos:

- *Sacrificar os mais velhos por serem mais velhos DC agredir a moral*
- *Sacrificar os mais fracos por serem fracos DC agredir a ética*
- *Recorrer a critério alheio à decisão humana DC neg-ser racional*

Esses argumentos sustentam o ponto de vista do líder para rejeitar os discursos precedentes. De fato, o líder contra-argumenta ao enunciar blocos semânticos distintos para afirmar sua perspectiva. Podemos considerar que o sentido defendido é *adotar critérios contrários à moral, à ética e à decisão humana DC adotar critérios não racionais*. Por sua vez, o líder recorre à natureza humana (de acordo com a sua

concepção) para apresentar o ponto de vista *ser racional DC decidir racionalmente*. Ao enunciar-se, o locutor líder expressa os seguintes aspectos:

- *ser racional DC decidir racionalmente*, o qual assume e representa seu posicionamento;
- *ser racional PT neg-decidir racionalmente*, rejeitado, assimilado à perspectiva dos sobreviventes que tinham se manifestado.

Na continuidade, a enunciação do líder vai ilustrar sua posição.

E propõe:

— Todos devemos nos sacrificar, de forma equânime. É a única solução ética, a única solução moral, a única digna de homens decentes. Em vez de um de nós morrer para alimentar os outros, todos devem dar uma parte do seu corpo para ser comida. E para que a igualdade seja completa, a parte sacrificada do corpo de cada um deve ser a mesma. O braço direito, que faz falta a todos na mesma proporção.

Apesar de alguns protestos, todos acabam aceitando a proposta racional.

Afinal, são homens decentes. E a argumentação do líder natural, de sacrifícios iguais para homens iguais, é irresponsável.

O líder propõe sacrifício coletivo em vez de individual, pois a equanimidade garantiria uma solução condizente com a racionalidade humana. Se todos fossem privados de uma mesma parte importante de seu corpo, todos contribuiriam democraticamente para a sobrevivência do grupo. Esse sentido pode ser realizado por *sacrificar a mesma parte importante do corpo de cada um DC garantir a sobrevivência de forma equânime*. Inclusive, esse encadeamento representa a argumentação interna de *proposta racional*, construída no discurso, pois descreve o sentido assumido pela expressão no momento de sua enunciação.

Segundo o locutor narrador, a argumentação do líder impedia a contestação, pois estava apoiada na racionalidade e na decência humanas, podendo ser descrita pelo encadeamento *ser homens iguais DC sacrificar-se igualmente*. Porém, será justamente esse argumento que levará o líder ao fracasso.

Semanas depois, os destroços do avião são localizados e uma turma de resgate descobre seis homens vivos no seu interior. Cinco sem o braço direito, um – o mais musculoso – com os dois

braços. E o esqueleto de um sétimo homem, o líder natural, sob cujas ordens cada um tinha cortado o braço direito do outro, até chegar a sua vez de cortar o braço direito do musculoso, quando se revelara que ele era o único canhoto do grupo, e todos tinham caído em cima dele. E cuja carne os mantivera vivos até chegar o socorro. Significando, acho eu, que o importante não é o discurso, é quem discursa.

Tudo parecia ir em conformidade com a *proposta racional*, até o momento de o braço do musculoso ser cortado, quando, prestes a fazê-lo, o líder revela-se canhoto. Nesse momento, a argumentação *ser homens iguais DC sacrificar-se igualmente*, até então acatada, perde a adesão dos sobreviventes. A atitude enganosa do líder os fez perceber que, apesar de serem homens iguais, o sacrifício do braço direito de cada um não teria o mesmo peso para todos. Podemos explicitar esse sentido por meio do aspecto converso ao defendido pelo líder, resultando em *ser homens iguais PT neg-sacrificar-se igualmente*. Ora, a transgressão da norma *ser homens iguais DC sacrificar-se igualmente* levou o líder à morte.

A última linha do discurso traz uma reflexão do locutor narrador a respeito do acontecido. Ao enunciar que a pessoa é mais importante que o seu discurso, na verdade ele mostra que a argumentação discursiva acaba perdendo valor persuasivo se a pessoa não for coerente com o que disse. É como se o líder mostrasse duas faces, ambas construídas a partir do discurso. Por um lado, o líder apresentou-se positivamente ao demonstrar superioridade intelectual e assim conquistou a adesão dos passageiros. Inclusive, ele somente foi reconhecido *líder* por argumentar de maneira séria, racional, justa, na visão do grupo. Esse sentido pode ser recuperado pelo encadeamento *fazer discurso racional e justo DC ser uma pessoa respeitável*. Entretanto, ao mostrar-se diferente dos demais (era o único canhoto), sua imagem muda. O sentido construído decorre da relação entre os seguintes aspectos conversos:

- *fazer discurso racional e justo DC ser uma pessoa respeitável*, a primeira imagem que o líder faz de si;
- *fazer discurso racional e justo PT neg-ser uma pessoa respeitável*, imagem construída do líder após revelar-se canhoto.

Foi essa contradição que levou os sobreviventes a decidirem, sem perder tempo, quem deveria morrer. Vamos agora agrupar as argumentações, adotando o mesmo método aplicado na análise anterior.

Aspectos recíprocos foram identificados nos discursos do jovem e do passageiro mais forte. São eles:

Recíprocos 1

- ser velho DC ser sacrificado (assumido pelo locutor jovem);
- neg-ser velho DC neg-ser sacrificado (com o qual o locutor jovem concorda).

Recíprocos 2

- ter pouca força muscular DC oferecer menor resistência (é uma AI de *fraco*, aspecto assumido pelo locutor forte);
- neg-ter pouca força muscular DC neg-oferecer menor resistência (AI de *musculoso*, à qual o locutor forte dá sua concordância).

Recíprocos 3

- ter pouco tônus muscular DC ter carne macia (outra AI de *fraco*, assumida pelo locutor forte);
- neg-ter pouco tônus muscular DC neg-ter carne macia (nova AI de *musculoso*, com a qual o locutor forte concorda).

Esses três momentos em que os locutores argumentaram sob aspectos recíprocos normativos revelam uma forma de excluir-se de um grupo. Tanto o passageiro jovem quanto o mais forte assumiram encadeamentos que indicavam à morte pessoas com características opostas às suas, respectivamente, o mais idoso e o mais fraco. Porém, de forma simultânea às indicações para o sacrifício, eles próprios resguardaram-se de serem escolhidos, e isso se deu devido à polifonia dos enunciados: ao assumirem o aspecto que argumentava em favor do sacrifício do outro, admitiam o aspecto recíproco, implícito, mas recuperável no discurso, e então argumentavam em favor de si mesmos. A razão é porque ambos traduzem a norma discursiva, portanto, o locutor, ao assumir uma perspectiva, concorda com a sua recíproca.

Passamos aos conversos:

Conversos 1

- ser velho DC ser sacrificado (assumido pelo jovem);
- ser velho PT neg-ser sacrificado (assumido pelo velho).

Conversos 2

- ser fraco DC ser sacrificado (assumido pelo forte);
- ser fraco PT neg-ser sacrificado (assumido pelo fraco).

Conversos 3

- ser racional DC decidir racionalmente (assumido pelo líder);
- ser racional PT neg-decidir racionalmente (rejeitado pelo líder, assimilado aos sobreviventes).

Conversos 4

- serem homens iguais DC sacrificarem-se igualmente (assumido pelo líder);
- serem homens iguais PT neg-sacrificarem-se igualmente (assumido pelos passageiros).

e

- fazer discurso racional e justo DC ser uma pessoa respeitável (imagem que o líder faz de si);
- fazer discurso racional e justo PT neg-ser uma pessoa respeitável (imagem construída do líder após a revelação).

O primeiro conjunto de conversos refere-se ao discurso do jovem, ao indicar o mais velho para o sacrifício (*ser velho DC ser sacrificado*), e ao discurso deste último ao defender-se (*ser velho PT neg-ser sacrificado*). De fato, o velho não nega explicitamente a argumentação do jovem, mas também não refuta *ser velho*. No entanto, apresenta argumentos que irão dar um novo significado a *velho*, que são: *ter carne dura DC neg-ser apropriado para alimentação* e *ter mais experiência de vida DC ser mais*

dado a reflexões. Essas argumentações suportam um novo sentido para *velho, ser velho DC neg-ser sacrificado*, contrário ao sentido defendido pelo jovem. Logo, o velho opõe-se à argumentação por meio de seu aspecto converso e em seguida passa a defender um novo bloco semântico para escapar da indicação.

O conjunto Conversos 2 diz respeito à defesa do fraco (*ser fraco PT neg-ser sacrificado*) contra a indicação feita pelo passageiro mais forte (*ser fraco DC ser sacrificado*). Como o personagem velho, também não nega ser fraco, por isso identificamos a conversão entre os aspectos. Semelhantemente à defesa do velho, o jovem expressa uma justificativa para poder defender o ponto de vista contrário ao do musculoso. Alega que “A lei do mais forte não pode imperar entre pessoas civilizadas” (*ser um grupo civilizado DC neg-aplicar a lei do mais forte*) e então deixa implícita sua defesa *ser fraco DC neg-ser sacrificado*.

O terceiro conjunto de conversos relaciona-se ao discurso do líder. Ao declarar-se contra as argumentações dos outros passageiros (*tomar critérios contrários à moral, à ética e à decisão humana DC tomar critérios não racionais*), ele relaciona os aspectos conversos *ser racional PT neg-decidir racionalmente*, rejeitado, assimilado à perspectiva dos sobreviventes, e *ser racional DC decidir racionalmente*, assumido pelo líder. A seguir, defende uma proposta racional, como justificativa de sua oposição, que tem seu sentido representado por *serem homens iguais DC sacrificarem-se igualmente*.

Por fim, o conjunto Conversos 4 esclarece o desfecho da história. Os passageiros aceitaram a argumentação do líder (*serem homens iguais DC sacrificarem-se igualmente*) e procederam com os cortes dos braços direitos, até perceberem que o líder era canhoto. Ante a descoberta, colocamos *serem homens iguais PT neg-sacrificarem-se igualmente*, aspecto converso ao do líder, como o sentido causador da revolta dos passageiros. Além disso, colocamos também os conversos *fazer discurso racional e justo DC ser uma pessoa respeitável e fazer discurso racional e justo PT neg-ser uma pessoa respeitável* como representativos da imagem do líder construída por ele mesmo, o aspecto normativo, e a imagem dele construída pelos passageiros após a revelação de ser canhoto, o transgressivo. O líder é morto por ter transgredido a norma por ele mesmo proposta. Interessante observar que, distintamente dos outros casos envolvendo a conversão, nesse, especificamente, não houve a defesa de novo bloco como justificativa da transgressão. Aqui, o rompimento da norma não foi perdoado.

Basicamente encontramos no discurso analisado formas de excluir-se de um grupo, no caso, dos indicados ao sacrifício. O jovem e o musculoso, por exemplo, adotaram argumentações recíprocas, pois, ao mesmo tempo em que indicavam quem deveria morrer, eliminavam-se de serem escolhidos. Isso foi possível pela proposição de uma norma, que, dependendo de como era vista, podia justificar o sacrifício de um e simultaneamente salvar o outro (de acordo com o musculoso, se o mais fraco deveria morrer porque apresentaria menor resistência, ele, sendo o mais forte, não seria a escolha indicada). Já as defesas do velho e do fraco tomaram outro caminho. Eles opuseram-se às acusações (por meio de aspectos conversos a elas) e buscaram justificativas para as transgressões argumentando sob novos blocos semânticos. Assim escaparam de serem sacrificados. O caso do líder foi inusitado. Ele opôs-se aos outros (também por um aspecto converso), propôs novo bloco semântico (a *proposta racional*), mas sua atitude foi entendida como transgredindo a norma por ele mesmo levantada, e por tal atitude foi condenado.

4.2.5 O Otimista (VERISSIMO, 2008, p.29)

O Pessimista não conseguia fazer o Otimista se desesperar. Uma vez tinham tido uma conversa seríssima sobre a condição humana, com o Pessimista tentando convencer o Otimista de que a existência era uma coisa absurda.

— Nós não somos nada. Somos seres insignificantes, num planeta sem importância, num Universo sem sentido!

— Certo — concordara o Otimista. — Mas fora isso...

Outra vez o Pessimista declarara que nada valia a pena porque em alguns bilhões de anos o Sol se expandiria e todo o sistema solar, inclusive a Terra, seria pulverizado. Ao que o Otimista retrucara:

— Você, então, não recomenda investir em imóveis?

Nem a situação do Brasil preocupava muito o Otimista.

— Sabe como é que nós vamos acabar? — disse, uma vez, o Pessimista. — Comendo rato. Caçando rato pra botar na mesa.

— Como? — perguntou o Otimista, interessado.

— Assado!

O Otimista ponderou esta informação. Depois quis saber:

— Com quê?

Não é que fosse um simples. É que sempre via o outro lado da questão. Gostava de dizer coisas como "tudo se arranjará" e "quando é noite aqui, é porque é dia em outro lugar". Era a sua maneira de ser prático e manter a boa disposição. Usava muito frases que começavam com "Por outro lado...".

— Nós não vamos desta para melhor — lamentava-se o Pessimista. — Não existe outra vida depois desta. É terrível.

— Por outro lado... — observava o Otimista — nós não precisamos nos preocupar com a transferência do domicílio eleitoral...

Certa vez, no bar onde se encontravam para o chope diário, o Pessimista começou a falar na possibilidade de uma guerra nuclear.

— Você aí, com essa cara alegre, e nós podemos muito bem estar a poucos minutos de uma guerra atômica.

— Será?

— Sabe quanto tempo levaria para o mundo inteiro ser destruído numa guerra nuclear? Meia hora.

O Otimista chamou o garçom e pediu:

— Outro chope.

— Meia hora, nada. Quinze minutos! — corrigiu-se o Pessimista.

O Otimista chamou o garçom de volta.

— Traz logo dois. E bota na conta.

Um dia o Pessimista entrou no bar agitadíssimo, entre apavorado e eufórico. Suas piores previsões tinham se confirmado.

— É ele!

— O quê?

— O Apocalipse!

— Você está brincando.

— Venham ver. A terra está se abrindo em fendas. Chove enxofre. É o fim dos tempos!

— Por outro lado... — começou o Otimista.

— Desta vez não tem outro lado! — berrou o Pessimista. — É o fim mesmo.

Saíram à rua e, de fato, era o fim. Tudo ruía. Labaredas subiam de rachaduras no chão. As pessoas corriam sem rumo, em pânico, ou então se ajoelhavam e pediam clemência a Deus. E no céu, por entre nuvens grossas e negras, surgiram os quatro cavaleiros do Apocalipse montando seus terríveis animais.

— Está vendo? — gritou o Pessimista para o Otimista, triunfante. — São os quatro cavaleiros do Apocalipse. O que é que você me diz agora?

O Otimista estava estudando atentamente os quatro cavalos que galopavam nas nuvens em direção à Terra conflagrada. Finalmente, tomou a decisão:

— Aposto na Peste e dou a tropa!

Análise do discurso

O Pessimista não conseguia fazer o Otimista se desesperar.

A presença da negação no enunciado indica polifonia. Ao declarar que o Pessimista “*não conseguia fazer o Otimista se desesperar*”, o locutor narrador evoca um enunciador responsável por *o Pessimista conseguia* (ou *deveria conseguir*) *fazer o Otimista se desesperar*, ao qual se opõe. O locutor narrador coloca em relação os seguintes enunciadores:

- E1: *tentar DC conquistar objetivo* (AI de *conseguir*);

- E2: *tentar PT neg-conquistar objetivo* (AI de *não conseguir*).

Os aspectos argumentativos dos enunciadores levantados estão em relação de conversão, ambos construtores do bloco semântico *a conquista do objetivo decorre de tentativas*. O locutor narrador assume *tentar PT neg-conquistar objetivo* e opõe-se a *tentar DC conquistar objetivo*. Essa declaração inicial será ilustrada na continuação do discurso, com a narração das investidas do Pessimista para causar desespero no Otimista.

Uma vez tinham tido uma conversa seríssima sobre a condição humana, com o Pessimista tentando convencer o Otimista de que a existência era uma coisa absurda.

— *Nós não somos nada. Somos seres insignificantes, num planeta sem importância, num Universo sem sentido!*

— *Certo — concordara o Otimista. — Mas fora isso...*

Nesse trecho temos três locutores: o narrador, o Pessimista e o Otimista. As reticências no último enunciado apontam para uma continuação da fala do Otimista, a qual, mesmo não sendo expressa, pode ser recuperada quanto à sua orientação. É a presença do *mas* que indica o confronto entre duas argumentações opostas, colocadas a partir do enunciado, e o pronome *isso* retoma a argumentação do Pessimista.

Podemos perceber que o Otimista concorda com o Pessimista quanto à insignificância da vida humana, porém tenta tirar dali uma conclusão positiva. É o que quer dizer com “*Mas fora isso...*”. Inclusive, o que podemos recuperar da resposta do Otimista é somente essa orientação positiva, nada mais (não há palavras expressas). E, de fato, basta, pois o que o locutor narrador quer mostrar é a discordância entre os dois personagens.

Em termos de aspectos argumentativos, temos *ser insignificante DC ter uma vida absurda*, assumido pelo Pessimista (e é a que *isso* se refere, na fala do Otimista), e com o qual o Otimista concorda ao enunciar *Certo*. Entretanto, após o *mas* esperamos uma argumentação contrária. O Otimista usa a estratégia da concessão, que parte da argumentação oposta àquela que ele quer defender, dando sua concordância a ela, para após apresentar o seu ponto de vista, encadeando os enunciados com *mas*. Dessa

maneira, o locutor impede que aquela argumentação contrária seja usada contra ele, já que a assumiu no seu discurso, com a diferença de não levá-la adiante.

Outra vez o Pessimista declarara que nada valia a pena porque em alguns bilhões de anos o Sol se expandiria e todo o sistema solar, inclusive a Terra, seria pulverizado. Ao que o Otimista retrucara:

— *Você, então, não recomenda investir em imóveis?*

O Pessimista expressa o aspecto *ter a vida ameaçada DC neg-ter esperança*. É sua nova investida para provocar desespero. Por sua vez, o Otimista produz humor com o sentido de *alguns bilhões de anos*. Segundo o enunciado do Pessimista, *alguns bilhões de anos* representa um prazo curto para a destruição da Terra, a ponto de desestimular qualquer esperança de uma vida agradável. O Otimista percebe o absurdo da afirmação e tira proveito disso ao fazer uma pergunta também absurda, como se aceitasse a argumentação do Pessimista, seguindo sua orientação argumentativa. Em termos de TBS, podemos descrever esses sentidos com argumentações externas de *destruição do planeta em alguns bilhões de anos*:

- *destruição do planeta em alguns bilhões de anos DC neg-esperança*, assumido pelo Pessimista;
- *destruição do planeta em alguns bilhões de anos DC neg-investimentos*, assumido pelo Otimista, mas o assimila ao Pessimista, já que este último crê na aniquilação do planeta “a curto prazo”.

De fato, ao explorar o absurdo da declaração do Pessimista por meio do humor, o Otimista opõe-se implicitamente ao amigo quanto a sentir a vida ameaçada. Expressamos a divergência de perspectivas por aspectos recíprocos, assim:

- *ter a vida ameaçada DC neg-ter esperança*, aspecto assumido pelo Pessimista;
- *neg-ter a vida ameaçada DC ter esperança*, assumido pelo Otimista.

Ambos argumentam sob o mesmo bloco semântico que articula *ter a vida ameaçada* e *ter esperança na vida*, mas adotam perspectivas distintas. O Pessimista sente-se ameaçado, portanto não tem esperança no futuro, ao passo que o Otimista não se sente ameaçado, logo tem esperanças.

Nem a situação do Brasil preocupava muito o Otimista.

— *Sabe como é que nós vamos acabar?* — disse, uma vez, o Pessimista. — *Comendo rato. Caçando rato pra botar na mesa.*

— *Como?* — perguntou o Otimista, interessado.

— *Assado!*

O Otimista ponderou esta informação. Depois quis saber:

— *Com quê?*

Pela relação entre as palavras de “*Nem a situação do Brasil preocupava muito o Otimista*” podemos entender que a condição do país não era favorável, já que *situação do Brasil* está encadeado com *preocupava*. O momento é ilustrado pela previsão de que terão de comer ratos para sobreviver. O sentido dessa argumentação pode ser descrito por *viver uma situação grave DC adotar medida extrema*, que é o ponto de vista do Pessimista.

Chamamos a atenção para a pergunta *Como?* feita pelo Otimista, relacionada ao modo de preparar os ratos, provavelmente em uma tentativa de explorar o absurdo daquela previsão. Contudo, parece ser a intenção do Pessimista provocar desespero no amigo ao responder *assado*. O sentido, então, é traduzido pelo aspecto *comer rato assado DC experienciar situação desesperadora*.

O Otimista dá continuidade ao diálogo a partir da resposta do Pessimista, demonstrando ser aceitável comer ratos assados, o que fica sugerido quando pergunta “*Com quê?*” e representado por *comer rato assado DC neg-experienciar situação desesperadora*. Há confrontação de argumentações, porque o Otimista apresenta outro bloco semântico, contrário ao assumido pelo Pessimista, propondo-se a aceitar comer ratos:

- *comer rato assado DC experienciar situação desesperadora*, assumido pelo Pessimista;

- *comer rato assado DC neg-experienciar situação desesperadora, assumido pelo Otimista.*

O Otimista parece lançar mão, novamente, do discurso absurdo do Pessimista e contrapõe-se a isso propondo também uma argumentação absurda pelo bloco semântico contrário.

Não é que fosse um simples. É que sempre via o outro lado da questão. Gostava de dizer coisas como "tudo se arranjará" e "quando é noite aqui, é porque é dia em outro lugar". Era a sua maneira de ser prático e manter a boa disposição. Usava muito frases que começavam com "Por outro lado..."

- Nós não vamos desta para melhor — lamentava-se o Pessimista. — Não existe outra vida depois desta. É terrível.

— Por outro lado... — observava o Otimista — nós não precisamos nos preocupar com a transferência do domicílio eleitoral...

Nesse trecho temos uma explicação para o comportamento do Otimista. Quando o locutor da crônica diz “*É que sempre via o outro lado da questão*”, expressa que o Otimista assume outro aspecto, outro ponto de vista frente a situações preocupantes. Por exemplo, o Pessimista afirma *neg-existência após a morte DC razão para se desesperar*. A declaração “*Por outro lado...*” pode ser descrita pelo aspecto converso ao anterior, resultando em *neg-existência após a morte PT neg-razão para se desesperar*. A partir da refutação, o Otimista contra-argumenta ao levantar outro bloco semântico: *neg-existência após a morte DC neg-preocupações futuras*. O Otimista segue uma orientação positiva do suporte (na medida em que não ter preocupações futuras é positivo), ao passo que o Pessimista segue negativamente. A argumentação pelo aspecto converso a outro, seguida da proposição de novo bloco semântico, parece ser uma constante nas análises até aqui realizadas.

Certa vez, no bar onde se encontravam para o chope diário, o Pessimista começou a falar na possibilidade de uma guerra nuclear.

— Você aí, com essa cara alegre, e nós podemos muito bem estar a poucos minutos de uma guerra atômica.

— Será?

— *Sabe quanto tempo levaria para o mundo inteiro ser destruído numa guerra nuclear? Meia hora.*

O Otimista chamou o garçom e pediu:

— *Outro chope.*

— *Meia hora, nada. Quinze minutos!* — *corrigiu-se o Pessimista.*

O Otimista chamou o garçom de volta.

— *Traz logo dois. E bota na conta.*

Ao questionar a argumentação do Pessimista, o Otimista coloca em oposição dois aspectos:

- *guerra nuclear iminente DC neg-razão para estar alegre*, assumido pelo Pessimista;
- *neg-guerra nuclear iminente DC razão para estar alegre*, assumido pelo Otimista, recíproco ao do Pessimista.

A interrogação recai sobre o suporte *guerra nuclear iminente*, e não sobre *estar alegre*. Assim, ficam expressos os sentidos *a guerra nuclear é iminente, portanto não há razão para estar alegre* e *a guerra nuclear não é iminente, logo há razão para estar alegre*.

Em princípio, não se pode afirmar que haja uma relação autorizada pelo discurso entre o pouco tempo de destruição do mundo pela guerra nuclear e o fato de o Otimista ter pedido uma bebida. No entanto, essa relação fica explícita quando o Pessimista reduz para quinze minutos o tempo de destruição do planeta e o seu companheiro altera o pedido para dois chopes, em vez de um só. Expressando o sentido em termos de argumentação, colocamos como suporte o pouco tempo de vida na Terra e como aporte aproveitar os últimos instantes, resultando no aspecto *ter pouco tempo de vida DC aproveitar*. Essa argumentação é uma resposta bem-humorada ao Pessimista. O Otimista argumenta a partir da visão do amigo sobre o mundo, uma concepção negativa, e revela o seu sentido absurdo ao vincular o tempo de vida restante na Terra ao número de chopes que deseja beber, ou seja, quanto menos tempo de vida disponível, mais chopes iria beber.

Outro momento humorístico é o enunciado do Otimista “*E bota na conta*”. Com a possibilidade da deflagração da guerra nuclear em tão pouco tempo (15 minutos, de

acordo com o Pessimista), nada mais apropriado do que postergar o pagamento da conta. Com o fim do mundo causado pelo ataque nuclear, não haveria preocupações com o pagamento das bebidas, sentido representado por *contrair dívida PT neg-pagar*.

Um dia o Pessimista entrou no bar agitadíssimo, entre apavorado e eufórico. Suas piores previsões tinham se confirmado.

– *É ele!*

– *O quê?*

– *O Apocalipse!*

– *Você está brincando.*

– *Venham ver. A terra está se abrindo em fendas. Chove enxofre. É o fim dos tempos!*

– *Por outro lado... — começou o Otimista.*

– *Desta vez não tem outro lado! — berrou o Pessimista. — É o fim mesmo.*

Saíram à rua e, de fato, era o fim. Tudo ruía. Labaredas subiam de rachaduras no chão. As pessoas corriam sem rumo, em pânico, ou então se ajoelhavam e pediam clemência a Deus. E no céu, por entre nuvens grossas e negras, surgiram os quatro cavaleiros do Apocalipse montando seus terríveis animais.

– *Está vendo? — gritou o Pessimista para o Otimista, triunfante. — São os quatro cavaleiros do Apocalipse. O que é que você me diz agora?*

O Otimista estava estudando atentamente os quatro cavalos que galopavam nas nuvens em direção à Terra conflagrada. Finalmente, tomou a decisão:

– *Aposto na Peste e dou a tropa!*

A argumentação do Pessimista parecia ser incontestável, representada por *presença inegável dos cavaleiros do Apocalipse DC destruição do mundo*. A impossibilidade de negarem a chegada dos cavaleiros fez com que o Pessimista se sentisse *triunfante*, a que podemos atribuir a *AI neg-ser contestado DC vangloriar-se*.

O Otimista, contudo, numa última tentativa de salvar seu espírito positivo, produz novamente humor. A seu modo de ver, transforma a situação desesperadora em uma competição – uma corrida de cavalos, tanto é que diz “*Aposto na Peste e dou a tropa*”, quer dizer, apostava sem sombra de dúvidas na vitória do cavaleiro Peste (somente para constar, os outros cavaleiros são Guerra, Fome e Morte). Seria uma tentativa de ver a chegada dos cavaleiros como algo não negativo. Sintetizamos essas perspectivas assim:

- *cavaleiros do Apocalipse correndo em direção à Terra DC fim do mundo*, assumido pelo Pessimista;
- *cavaleiros do Apocalipse correndo em direção à Terra DC competição de cavalos*, assumido pelo Otimista.

Os encadeamentos acima representam blocos semânticos distintos, *o fim do mundo devido à chegada dos cavaleiros do Apocalipse e uma competição de cavalos devido à chegada dos cavaleiros do Apocalipse*. Como representam visões diferentes a respeito da chegada dos cavaleiros, podemos dizer que o Otimista contra-argumentou. Ele deu novo sentido ao fato, procedimento semelhante em todas as situações anteriores, colocando como aporte de sua argumentação uma corrida de cavalos, e assim argumenta contra o Pessimista.

Passamos aos grupos de argumentações, iniciando com a concessão.

Concessão

- *ser insignificante DC ter uma vida absurda* (assumido pelo Pessimista);
- “*Certo — concordara o Otimista. — Mas fora isso...*” (fala do Otimista).

Conforme explicamos anteriormente, o locutor que usa a concessão como estratégia argumentativa no seu discurso alcança dois efeitos: o primeiro é o de enfraquecer a argumentação oposta à sua; o segundo é o de construir, pelo discurso, uma imagem positiva de si. O enfraquecimento da argumentação oposta se dá devido ao locutor admiti-la no seu próprio discurso, mas faz com que seja desconsiderada em função de outra, a do locutor, apresentada como mais relevante. Na análise, o Otimista não nega que seres insignificantes têm vidas absurdas, opinião do Pessimista, mas atenua esse ponto de vista ao fazê-lo menos importante com sua fala “*Mas fora isso...*”. Quando o locutor utiliza-se da concessão, impede o seu interlocutor de retomar sua primeira argumentação. Ao proferir “*Certo, mas fora isso...*” não há como o Pessimista retornar a *ser insignificante DC ter uma vida absurda*, argumento já aceito pelo Otimista, e avaliado como menos importante, visto não impedir a continuação com *mas*. Por meio desse recurso, o locutor também melhora a sua imagem pelo seu discurso. Ao

trazer a argumentação oposta à sua, o locutor demonstrou considerar outros pontos de vista antes de defender o seu.

Argumentação por blocos semânticos distintos

Em dois momentos no discurso os locutores argumentam sob blocos semânticos distintos.

Argumentação por blocos semânticos distintos 1

- destruição do planeta em alguns bilhões de anos DC neg-esperança (assumido pelo Pessimista);
- destruição do planeta em alguns bilhões de anos DC neg-investimentos (assumido pelo Otimista, mas assimilado ao Pessimista).

Argumentação por blocos semânticos distintos 2

- cavaleiros do Apocalipse correndo em direção à Terra DC fim do mundo (assumido pelo Pessimista);
- cavaleiros do Apocalipse correndo em direção à Terra DC competição de cavalos (assumido pelo Otimista).

No primeiro grupo, o Pessimista defende que não há motivo para ter esperanças, já que o planeta está condenado à destruição “em alguns bilhões de anos”. O Otimista, por sua vez, não o contraria explicitamente, mas segue a orientação argumentativa do amigo, explorando o absurdo daquela perspectiva – já que a destruição da Terra dali a bilhões de anos era tão relevante para o pessimista, então não valia a pena investir em imóveis. Assim, a contra-argumentação se deu de modo a evidenciar o absurdo da proposição do Pessimista, nesse caso, também provocando humor.

Já no segundo momento em que encontramos argumentações por blocos distintos há de fato confronto de sentidos. No final da crônica, os personagens têm concepções diferentes a respeito da chegada dos cavaleiros: para o Pessimista, representa o fim do mundo; para o Otimista, uma corrida de cavalos. São dois modos de dar sentido àquela realidade, interpretada conforme a subjetividade de cada personagem. Esse modo de conceber a realidade, como resultado de uma expressão subjetiva, vem ao encontro das teorias da linguagem que não consideram a língua como um espelho do

mundo concreto. A língua representa o mundo, mas a partir da subjetividade de quem o vê.

A partir dos resultados acima, observamos o procedimento recorrente utilizado pelo Otimista. Ele minimiza a gravidade das situações construindo AEs à direita, trazendo outro aporte para o mesmo suporte, e assim constrói novos sentidos.

Passamos às relações de reciprocidade. Temos dois grupos:

Recíprocos 1

- ter a vida ameaçada DC neg-ter esperança (aspecto assumido pelo Pessimista);
- neg-ter a vida ameaçada DC ter esperança (assumido pelo Otimista).

Recíprocos 2

- guerra nuclear iminente DC neg-razão para estar alegre (assumido pelo Pessimista);
- neg-guerra nuclear iminente DC razão para estar alegre (assumido pelo Otimista).

Os grupos dos aspectos recíprocos representam a oposição de perspectivas a respeito de um sentido – o do bloco semântico. Em ambos vemos a manutenção da norma (aspectos em DC), mas com a diferença de os segmentos suportes serem negados, e então, conseqüentemente (devido a norma ser mantida), também os aportes. É o caso, por exemplo, de perder a esperança na vida por ela estar ameaçada, ou, reciprocamente, de não perder a esperança porque a vida não está ameaçada. Não identificamos aqui contra-argumentação porque não há enfrentamento de sentidos, mas de perspectivas diferentes a respeito do sentido do bloco semântico.

Por fim, os conversos.

Conversos

- neg-existência após a morte DC razão para se desesperar (assumido pelo Pessimista);

- neg-existência após a morte PT neg-razão para se desesperar (assumido pelo Otimista).

A relação entre aspectos conversos também se dá entre perspectivas a respeito de um sentido, mas pela oposição norma – transgressão. Nessa análise, o Otimista transgredir a norma ditada pelo amigo para poder expressar outro sentido, outro bloco semântico. O Otimista opõe-se ao Pessimista, pela conversão, e em seguida argumenta dando um novo sentido à não existência após a morte: passa de razão para desesperar-se, tal como vista pelo Pessimista, para despreocupação com o futuro (*neg-existência após a morte DC neg-preocupações futuras*). De fato, o Otimista segue outra orientação argumentativa do suporte.

Ao final dessa análise, podemos dizer que a crônica *O Otimista* realiza um debate entre formas de ver a realidade. O Pessimista dá uma orientação negativa ao que percebe no mundo, chegando a sentir-se triunfante ao final, quando parece ser impossível ser contestado pela chegada dos cavaleiros do Apocalipse. O Otimista se opõe às investidas e, por sua vez, argumenta positivamente. Além disso, os pontos de vista do Pessimista beiram ao absurdo, tanto que o Otimista produz humor sobre as argumentações do amigo. Essa distinção entre as argumentações caracteriza a oposição Pessimista/ Otimista.

4.2.6 Rabanada (VERISSIMO, 2012, p.4)

Rabanada

Sobrou uma rabanada. Huguinho viu que tinha sobrado uma rabanada e começou sua progressão em direção à mesa. Lentamente, a princípio, para não atrair atenções. Depois acelerando um pouco até ter a rabanada ao alcance da sua mão.

Estendeu a mão e...

- Huguinho!
- Quié, mãe?
- Não toque nessa rabanada.
- Mas, mãe.
- Ofereça para a dona Anita.
- A dona Anita já se encheu de rabanadas.
- E você, quantas comeu?

Huguinho tinha comido 10, mas não era hora de dar munição ao inimigo.

- Duas.
- Não minta. Vá oferecer pra dona Anita.

- Por quê?
- Porque ela é visita. Porque não fica bem alguém de casa comer o último pedaço, seja do que for. Porque a boa educação manda que a pessoa mais velha seja sempre melhor tratada.
- Quantos anos tem a dona Anita?
- Não interessa. Acho que uns 68.
- A dona Anita está comendo rabanadas há 68 anos. Eu, só há 12.
- Pois então? Ela está mais perto da morte. Tem menos tempo do que você para comer rabanadas.
- Mas já comeu muitas mais do que eu.
- Huguinho, pare de embromar e ofereça esta rabanada à dona Anita.
- Não, é sério. E se eu morrer nos próximos dois minutos?
- Só se for de comer tanta rabanada.
- Eu posso muito bem cair morto neste instante. Ou daqui a 20 anos. De qualquer jeito, não terei a oportunidade de me igualar à dona Anita na quantidade de rabanadas consumidas em toda a sua vida.
- Huguinho...
- Eu só quero deixar claro que a proximidade da morte não pode ser critério. Teoricamente, todos aqui podem estar perto da morte. Mas há uma só rabanada.
- Ai, meu Deus. Por que nós fomos botar você numa escola experimental? Qual deve ser o critério, então?
- Quem chegar à rabanada primeiro. E eu estava chegando.
- Ah é, Huguinho? A lei do mais forte, do mais rápido, do mais oportunista? Onde é que ficam a consideração pelos outros, as boas maneiras, a moral e a ética? Enfim, a civilização?
- Acho que nenhuma forma de civilização resiste a uma última rabanada.
- Você não aprendeu isto nesta casa, Huguinho, e espero que não tenha aprendido na escola. Agora chega de conversa e leve esta... Rabanada! Onde está a rabanada? O prato está vazio. Enquanto mãe e filho discutiam, alguém pegou a última rabanada sem ser visto. Fim de conversa.

Análise do discurso

Sobrou uma rabanada. Huguinho viu que tinha sobrado uma rabanada e começou sua progressão em direção à mesa. Lentamente, a princípio, para não atrair atenções. Depois acelerando um pouco até ter a rabanada ao alcance da sua mão.

Estendeu a mão e...

- *Huguinho!*
- *Quié, mãe?*
- *Não toque nessa rabanada.*
- *Mas, mãe.*
- *Ofereça para a dona Anita.*
- *A dona Anita já se encheu de rabanadas.*
- *E você, quantas comeu?*

Huguinho tinha comido 10, mas não era hora de dar munição ao inimigo.

- *Duas.*

O primeiro argumento usado pelo menino diz que a dona Anita já tinha comido muitos doces e então não precisaria mais comê-los, representado por *ter comido bastante DC neg-comer mais*, aspecto do bloco semântico *não comer mais por ter comido bastante*. Ao ser inquirido pela mãe sobre a quantidade de rabanadas que ele tinha comido, e foram muitas, o garoto percebeu que seu argumento poderia ser usado contra ele mesmo, ou seja, não teria direito de comer mais doces porque já tinha comido dez deles. Isso é visto no discurso pelo trecho “*Huguinho tinha comido 10, mas não era hora de dar munição ao inimigo.*” Ao mentir, dizendo que tinha comido somente duas rabanadas, Huguinho, na verdade, argumenta a partir do aspecto recíproco ao citado anteriormente, isto é, *neg-ter comido bastante DC comer mais*, pertencente ao mesmo bloco semântico *não comer mais por ter comido bastante*, mas visto sob outro ângulo, outro aspecto. Chamamos atenção que essa argumentação não está explícita no discurso, mas é recuperável a partir da resposta do menino: “*Duas*”. Inclusive podemos dizer que, nessa ocorrência, a expressão *duas* tem como AI o aspecto *neg-ter comido bastante DC comer mais*. A função de *duas*, aqui, não é informar a quantidade de doces comidos, mas argumentar no sentido de não ter comido muitas rabanadas, portanto poderia comer a última.

A tentativa de defesa do locutor Huguinho é de inverter a orientação argumentativa do segmento suporte *ter comido bastante*, que orienta para a não necessidade de comer mais. Parecia ser o argumento adequado para não dar o doce para dona Anita. Porém, quando o menino viu-se na mesma situação da senhora, precisou defender-se, e então usou o artifício de mentir sobre a quantidade dos doces comidos. Ao dizer “*duas*”, ele de fato nega o segmento suporte, para inverter, assim, a orientação argumentativa para *comer mais*. Em síntese, temos uma discussão envolvendo dois aspectos recíprocos normativos do bloco semântico *não comer mais por ter comido bastante*:

- *ter comido bastante DC neg-comer mais;*
- *neg-ter comido bastante DC comer mais.*

Como os aspectos são recíprocos, a admissão de um evoca a admissão do outro necessariamente, visto ambos serem normativos, quer dizer, ambos afirmam a mesma norma discursiva, somente vista por ângulos opostos. Argumentando dessa maneira, o locutor tem a possibilidade de vencer a argumentação que lhe foi apresentada, como se “desarmasse” o discurso do outro. Como veremos adiante na história, a maneira de prosseguir com o debate é impedir o uso do argumento de defesa, aqui declarando-o falso.

- *Não minta. Vá oferecer pra dona Anita.*

- *Por quê?*

- *Porque ela é visita. Porque não fica bem alguém de casa comer o último pedaço, seja do que for. Porque a boa educação manda que a pessoa mais velha seja sempre melhor tratada.*

Ao ordenar “*Não minta*”, a mãe afirma a falsidade do discurso do filho: *dizer que comeu pouco DC mentir*.

A mãe de Huguinho apresenta duas respostas ao “*Por quê?*” do menino. A primeira pode ser descrita por *ser visita DC ser bem tratada*, e a segunda *ter mais idade DC ser bem tratada*. Atribuímos o mesmo segmento aporte às duas argumentações intencionalmente, pois assim podemos ver que, mesmo sendo a “mesma” expressão, ela acaba assumindo sentidos distintos em uma e em outra. Dessa maneira, temos dois blocos semânticos: *receber bom tratamento por ser visita* e *receber bom tratamento por ser mais velha*, vindo a confirmar o valor da interdependência semântica para a construção do sentido. Não é o caso de *ser bem tratada* ter sentido único, mas sim de receber bom tratamento por ser visita ou por ter mais idade. É assim que Ducrot e Carel defendem a inexistência de argumento e conclusão em enunciados do tipo *A portanto B*, como se um levasse ao outro, o que implicaria em A e B terem sentidos completos em si mesmos, independentes um do outro. Ao contrário, Ducrot e Carel afirmam haver interdependência semântica entre os segmentos A e B, em que o sentido é construído por ambos, e não mais isoladamente. No discurso em análise, ao ocupar a posição de aporte, o segmento *ser bem tratada* construirá sentidos distintos ao ligar-se aos suportes *ser visita* e *ter mais idade*.

Curiosamente, Huguinho não considerou a primeira resposta de sua mãe, a de que dona Anita era uma visita. Talvez não houvesse como rebatê-la, e o garoto

precisaria render-se, ou talvez porque o segundo argumento usado pela mãe fosse mais produtivo na continuidade do esforço para ganhar a rabanada. Vejamos.

- *Quantos anos tem a dona Anita?*

- *Não interessa. Acho que uns 68.*

- *A dona Anita está comendo rabanadas há 68 anos. Eu, só há 12.*

A idade exata de dona Anita não era de fato relevante para a argumentação de Huguinho, já que, sendo mais velha que o menino, ela obviamente teve mais tempo para comer doces. O sentido da argumentação vem do confronto entre os aspectos *ter mais idade DC ter tido mais tempo para comer* e *neg-ter mais idade DC neg-ter tido mais tempo para comer*, o primeiro atribuído a dona Anita e o segundo a Huguinho, aspectos recíprocos do bloco *ter tido mais tempo para comer porque tem mais idade*.

Novamente a tentativa foi de inverter a orientação argumentativa de *ter mais idade* por meio da negação do segmento suporte e pela manutenção do aspecto normativo. Esse modo de rebater um argumento parece ser decisivo, pois ambos não se excluem entre si, quer dizer, se um aspecto é aceito, o outro também deve ser, já que a norma foi mantida. A mudança se deve unicamente ao acréscimo das negações aos segmentos. Huguinho usou seu argumento com propriedade, visto que sua mãe não deu prosseguimento discursivo nessa direção, mas serviu-se unicamente do segmento suporte *ter mais idade* para impor seu ponto de vista com a formação de novo bloco semântico, o que veremos a seguir.

- *Pois então? Ela está mais perto da morte. Tem menos tempo do que você para comer rabanadas.*

- *Mas já comeu muitas mais do que eu.*

Aqui temos duas visões distintas a respeito do tempo. Na primeira, quanto mais tempo de vida, mais oportunidades houve para comer doces. É uma perspectiva do tempo que passou e que chega até o momento presente. Para esse modo de ver, o suporte *ter mais idade* orienta para *ter tido mais tempo para comer*, defendido por Huguinho. Por outro lado, na concepção da mãe do garoto, o tempo é visto como

partindo do momento presente e seguindo em direção ao futuro. A argumentação traduz essa ideia por meio de *ter mais idade DC ter menos tempo para comer*.

A expressão “*Pois então?*” dita pela mãe mostra a concordância com o primeiro segmento da argumentação usada pelo menino, ou seja, com o suporte *ter mais idade*, e não com a argumentação *ter mais idade DC ter tido mais tempo para comer*. A diferença residirá nos segmentos aportes. Distintamente de encadeá-lo com *ter tido mais tempo para comer*, tal como fez Huguinho, a mãe encadeia com *ter menos tempo para comer*, e assim defender a rabanada para a dona Anita.

Ao serem colocados lado a lado os aspectos *ter mais idade DC ter tido mais tempo para comer* (que aponta para o passado) e *ter mais idade DC ter menos tempo para comer* (que aponta para o futuro), observamos serem pertencentes a blocos semânticos distintos. Até então, tínhamos debates entre aspectos de um mesmo bloco semântico – entre aspectos conversos ou entre recíprocos – mas aqui temos um enfrentamento entre blocos diferentes. Confrontar um discurso por meio de um bloco semântico contrário/ distinto constitui a verdadeira contra-argumentação, visto afrontar o outro discurso com uma argumentação nova, e não com perspectiva diversa do mesmo bloco. Na verdade, um novo sentido é produzido no discurso, e é nesse confronto entre sentidos que se constrói a contra-argumentação. Retornando à análise, há dois discursos em enfrentamento: *ter tido mais tempo para comer por ter mais idade* e *ter menos tempo para comer por ter mais idade*, ou, em outros termos, é um confronto entre o passado e o futuro.

Na continuação, Huguinho utiliza a estratégia da concessão ao enunciar “*Mas já comeu muitas mais do que eu*”. Esse *mas* relaciona duas argumentações. O procedimento visa a concordar em parte com a argumentação do outro, mas de forma a diminuir sua força ao escolher outra orientação, que é dada como mais relevante. Podemos esquematizar a relação entre as argumentações assim:

- *Ter mais idade DC ter menos tempo para comer MAS ter mais idade PT ter tido mais tempo para comer.*

Na verdade, Huguinho volta à primeira argumentação *ter comido bastante DC neg-comer mais*, atribuída por ele à dona Anita, e *neg-ter comido bastante DC comer*

mais, atribuída ao menino por ele mesmo. Como já vimos, são aspectos recíprocos entre si e um faz alusão ao outro.

- *Huguinho, pare de embromar e ofereça esta rabanada à dona Anita.*

- *Não, é sério. E se eu morrer nos próximos dois minutos?*

- *Só se for de comer tanta rabanada.*

- *Eu posso muito bem cair morto neste instante. Ou daqui a 20 anos. De qualquer jeito, não terei a oportunidade de me igualar à dona Anita na quantidade de rabanadas consumidas em toda a sua vida.*

- *Huguinho...*

- *Eu só quero deixar claro que a proximidade da morte não pode ser critério. Teoricamente, todos aqui podem estar perto da morte. Mas há uma só rabanada.*

Aqui o tema centraliza-se na proximidade da morte como suporte para a argumentação de quem deve ganhar a rabanada. A mãe do garoto defende o aspecto *ter idade avançada DC estar perto da morte*, que será contestado por Huguinho. O sentido da contestação pode ser expresso por *neg-ter idade avançada PT estar perto da morte*, aspecto transposto ao afirmado pela mãe. Segundo o menino, qualquer um poderia morrer a qualquer instante, ou seja, *estar vivo DC ser suscetível de morrer*.

Ao dizer que aquele não poderia ser um critério para definir o merecedor do doce, Huguinho contraria a própria interdependência semântica do encadeamento *ter idade avançada DC estar perto da morte*, quer dizer, rejeita o bloco semântico *estar perto da morte por ter idade avançada*. Segundo ele, o suporte *ter idade avançada* não é relevante para orientar para a proximidade da morte, e o faz transgredindo a norma pelo aspecto transposto a ela.

- *Ai, meu Deus. Por que nós fomos botar você numa escola experimental? Qual deve ser o critério, então?*

- *Quem chegar à rabanada primeiro. E eu estava chegando.*

- *Ah é, Huguinho? A lei do mais forte, do mais rápido, do mais oportunista? Onde é que ficam a consideração pelos outros, as boas maneiras, a moral e a ética? Enfim, a civilização?*

- *Acho que nenhuma forma de civilização resiste a uma última rabanada.*

- *Você não aprendeu isto nesta casa, Huguinho, e espero que não tenha aprendido na escola. Agora chega de conversa e leve esta... Rabanada! Onde está a rabanada?*

O prato está vazio. Enquanto mãe e filho discutiam, alguém pegou a última rabanada sem ser visto. Fim de conversa.

Já que o critério para ganhar o doce não podia ter relação com a proximidade da morte, o locutor Huguinho estabelece outro, que tem seu sentido descrito por *chegar primeiro DC merecer o prêmio*, o qual é criticado pela mãe do garoto. A crítica vem do sentido atribuído a *chegar primeiro*, dado pela sua AE: *chegar primeiro DC ser oportunista*. A orientação argumentativa dada a *chegar primeiro* é negativa, na visão da mãe (“*A lei do mais forte, do mais rápido, do mais oportunista? Onde é que ficam a consideração pelos outros, as boas maneiras, a moral e a ética? Enfim, a civilização?*”), tanto é que ela concluiu não ser civilizado quem agisse daquela maneira, isto é, *ser oportunista DC neg-ser civilizado*.

Porém, Huguinho a contesta com outra argumentação por meio do aspecto *ser civilizado PT neg-resistir à rabanada*. Ao argumentar assim, o locutor Huguinho põe em cena dois enunciadores em relação polifônica de conversão, devido o garoto assumir um aspecto transgressivo. São eles:

- E1: *ser civilizado PT neg-resistir à rabanada*, assumido pelo locutor Huguinho;
- E2: *ser civilizado DC resistir à rabanada*, por ele rejeitado.

O ponto de vista de E2, normativo, está implícito no discurso: quem fosse civilizado resistiria ou deveria resistir à tentação de comer o doce. Contudo, quando assume a transgressão, o locutor orienta negativamente o suporte *ser civilizado*, quer dizer, o locutor opõe-se à orientação argumentativa dada pela norma. No final, parece que Huguinho tinha razão.

Vejamos as relações entre os aspectos argumentativos, iniciando pelos recíprocos, a primeira argumentação.

Recíprocos 1

- ter comido bastante DC neg-comer mais;
- neg-ter comido bastante DC comer mais (ambos assumidos pelo locutor Huguinho).

Recíprocos 2

- ter mais idade DC ter tido mais tempo para comer;
- neg-ter mais idade DC neg-ter tido mais tempo para comer (ambos assumidos pelo locutor Huguinho).

Confirmando os resultados das análises precedentes, quando o locutor assume um aspecto em DC, admitirá também o seu recíproco. Nessa análise, Huguinho argumenta por recíprocos para, simultaneamente, negar o doce à senhora e para garantir a rabanada para si: se ela não deveria comer mais por ter comido bastante, ele, que não tinha comido o bastante, deveria comer o doce; da mesma forma, se a senhora teve mais tempo para comer rabanadas porque tinha mais idade, deveria deixar o doce para ele porque tinha menos idade. Confirmamos, mais uma vez, que a aceitação de um aspecto em DC envolve a aceitação do seu recíproco.

Vejamos agora a concessão.

Concessão

“Mas já comeu muitas mais do que eu”.

O locutor Huguinho recorre à concessão para diminuir a força da argumentação de sua mãe, representada por *ter mais idade DC ter menos tempo para comer*. Com essa estratégia, ele aceita o ponto de vista da mãe, mas segue outra direção ao dizer *“Mas já comeu muitas mais do que eu”*, construindo o sentido *ter mais idade PT ter tido mais tempo para comer*. Mostra, desse modo, concordância com a argumentação oposta à sua, e assim impede-a de ser usada contra ele.

Transpostos

- ter idade avançada DC estar perto da morte (assumido pela mãe);
- neg-ter idade avançada PT estar perto da morte (assumido por Huguinho).

Por meio da transposição, Huguinho transgride a norma ditada pela mãe. O sentido da transgressão se dá em negar o segmento suporte da argumentação da mãe, *ter*

idade avançada, e em manter o segmento *estar perto da morte*. Assim, ele rejeita a relevância do suporte para dado aporte, para em seguida afirmar seu posicionamento em contra-argumentação ao discurso da mãe, pondo o sentido de *estar vivo DC ser suscetível de morrer*. Parece que a transposição, assim como a conversão, são modos de questionar o sentido de um bloco semântico, já que, normalmente, após o locutor argumentar por meio dessas relações, ele sustenta novo bloco. Em outras palavras: o locutor, para evidenciar sua discordância quanto a uma argumentação em DC, assume a transgressão em PT com a negação do suporte, no caso de transposição, ou com a negação do aporte, no caso da conversão. Em relação a transpostos, o locutor expressa a transgressão mostrando que o suporte, mesmo negado, orienta para o mesmo aporte da argumentação normativa, e com isso revela que aquele suporte é irrelevante para determinado aporte, já que sua afirmação ou sua negação não interferem no segundo segmento. Com os conversos, o locutor expressa a transgressão negando o aporte. O locutor discorda da orientação normativa do primeiro segmento dando-lhe orientação oposta.

Relações entre blocos distintos

Segundo o que defendemos, a contra-argumentação acontece quando há um confronto de sentidos distintos no discurso, ou seja, quando envolve blocos semânticos diferentes. Nessa análise, encontramos os seguintes aspectos que traduzem nossa ideia de contra-argumentação:

- *ter mais idade DC ter tido mais tempo para comer*, na visão do menino, para impedir a senhora de ganhar o doce e garanti-lo para si;
- *ter mais idade DC ter menos tempo para comer*, ponto de vista da mãe, para defender a rabanada para a senhora.
- *chegar primeiro DC merecer o prêmio*, critério ditado por Huguinho para conseguir a rabanada;
- *chegar primeiro DC ser oportunista*, pela visão da mãe, era o sentido daquele critério.

São blocos distintos em enfrentamento, dois sentidos construídos no discurso, e não perspectivas diferentes em torno do mesmo bloco.

Por fim, destacamos os conversos.

Conversos

- *ser civilizado PT neg-resistir à rabanada*, assumido pelo locutor.
- *ser civilizado DC resistir à rabanada*, rejeitado pelo locutor.

Ao ser acusado pela mãe de estar desrespeitando princípios da civilização, Huguinho afirma “*Acho que nenhuma forma de civilização resiste a uma última rabanada*”. Ele não nega ser civilizado, mas que pode deixar de sê-lo quando a questão envolve rabanadas, que dizer, admite uma transgressão. Ressaltamos, nesse momento, a polifonia a partir do enunciado do locutor. Ele assume o aspecto em PT e rejeita o aspecto em DC, que, de fato, é assimilado à mãe do garoto e representa seu posicionamento.

A análise revelou diversidade quanto aos modos de relações entre argumentações. Encontramos a reciprocidade, a transposição e a conversão. Além disso, encontramos também a concessão e a contra-argumentação por blocos semânticos distintos. No entanto, parece ser a relação entre os conversos, no final da crônica, que resume o sentido do discurso, pois alguém aproveita-se da desatenção do garoto e de sua mãe, enquanto discutiam, para levar o doce, ou seja, representa o sentido de *ser civilizado PT neg-resistir à rabanada*.

4.2.7 Hagar (BROWNE, 2008, p.120)



Nessa tira, Honi, filha de Hagar e Helga, pergunta para a mãe se Hagar era bem visto pelos pais dela quando namoraram. Pela resposta, notamos que eles tinham opiniões contrárias a respeito de Hagar, pois o pai o adorava e a mãe não o suportava. O mais interessante, e o que motivou nossa análise, são as razões apresentadas para as avaliações distintas: são as mesmas, porém com sentidos contrários. O sogro gostava de

Hagar porque o viking era “*grande, durão, contador de piadas, boêmio...*”, ao passo que a sogra o reprovava pelos mesmos motivos. Representando esses sentidos em termos de aspectos argumentativos, teremos:

- *ser um viking grande, durão, contador de piadas, boêmio DC ter qualidades positivas* (assimilado ao sogro de Hagar);
- *ser um viking grande, durão, contador de piadas, boêmio DC neg-ter qualidades positivas* (assimilado à sogra de Hagar).

O primeiro aspecto argumentativo é o ponto de vista do sogro a respeito de Hagar, e o segundo apresenta o ponto de vista da sogra, ambos normativos (o conector é DC). Além disso, têm os mesmos segmentos suportes e aportes, com a diferença de que no aporte do segundo há uma negação. O que temos aqui, portanto, é a relação entre sentidos de dois blocos semânticos contrários. O aspecto *ser um viking grande, durão, contador de piadas, boêmio DC ter qualidades positivas* pertence ao bloco que articula *ter qualidades positivas* àquela avaliação de Hagar, enquanto *ser um viking grande, durão, contador de piadas, boêmio DC neg-ter qualidades positivas* expressa o oposto: o discurso é tido como negativo.

Poderíamos pensar em construir o sentido do discurso da sogra com um PT, como *ser um viking grande, durão, contador de piadas, boêmio PT neg-ter qualidades positivas*, já que lidamos com uma discordância, e então pareceria apropriado relacionar dois aspectos conversos. Não o fizemos porque o discurso da sogra não constitui uma transgressão à norma, aquela estabelecida em DC, mas é sim outra norma. Nossa decisão decorre de Helga ter dito “... *minha mãe não suportava-o pelas mesmas razões.*”, ou seja, ela constrói o sentido pondo um DC entre os atributos de Hagar e sua desaprovação. A sogra não gostava do genro justamente porque o viking tinha aquelas características, quer dizer, a desaprovação dela não era o resultado de uma transgressão. O discurso em PT representaria um questionamento da norma ao expressar uma exceção, o que não é o caso aqui em análise.

O humor da tira reside justamente nessa contrariedade: razões idênticas podem levar a uma avaliação positiva ou negativa. A rigor, não poderíamos considerá-las, de fato, “idênticas”, já que, ao constituírem o suporte da argumentação, têm seus sentidos também construídos pelos seus respectivos segmentos aportes, por interdependência

semântica. Quer dizer que temos dois sentidos para as palavras direcionadas a Hagar, duas argumentações, ou dois pontos de vista. É uma questão também de subjetividade na linguagem, pois o locutor não usa as palavras para descrever uma realidade inquestionável, mas sim como ele percebe a sua realidade. Daí podermos afirmar que, no uso da língua, as mesmas palavras, no sentido de entidade do sistema, podem assumir sentidos distintos, e até contrários, como nesse caso, dependendo da subjetividade do locutor e da relação com outras expressões e/ou discursos.

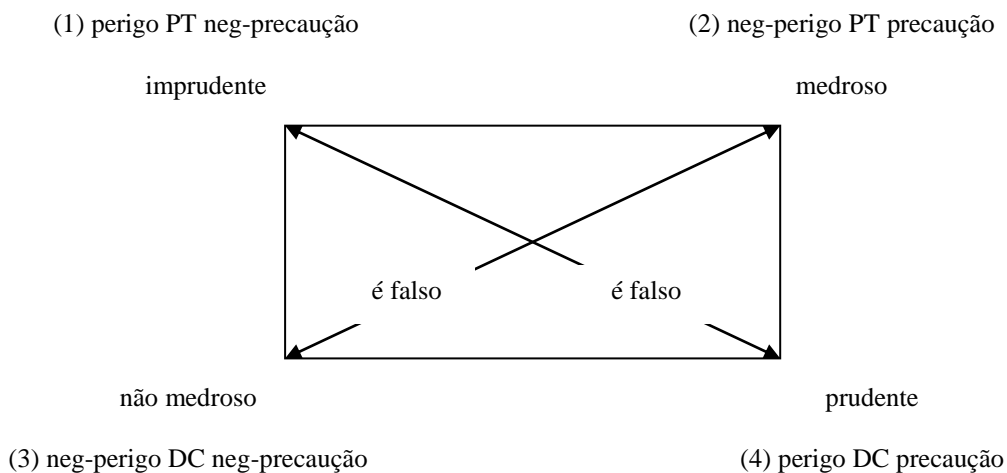
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ATITUDES DO LOCUTOR NO DISCURSO

A nossa proposta é que o locutor assume uma posição em relação ao discurso do outro quando argumenta sob determinado aspecto argumentativo. Não podemos confundir essa tomada de posição frente ao outro discurso com as atitudes do locutor frente aos enunciadores (polifonia). A relação polifônica se dá entre um enunciado expresso e outros implícitos, quer dizer, não manifestados, embora presentes, plenamente recuperáveis a partir do enunciado. O que estamos propondo é uma atitude do locutor quando ele se posiciona em relação a outro discurso, seja produzido por outro locutor, no caso de um diálogo, seja por ele mesmo, ao apresentar pontos de vista distintos do seu, num texto escrito, por exemplo, dentre outras possibilidades.

Segundo a TBS, há oito maneiras de o locutor argumentar, coincidentes com os oito aspectos argumentativos distribuídos em dois blocos semânticos, representados formalmente por quadrados argumentativos. Esses aspectos relacionam-se entre si dentro de cada bloco por meio da *conversão*, da *reciprocidade* e da *transposição*, ou seja, relações possíveis entre dois aspectos argumentativos pertencentes a um bloco semântico. Passamos, a seguir, a detalhes de cada uma das relações e às reflexões levantadas a partir da análise argumentativa dos discursos neste trabalho.

4.3.1 A Conversão

Para fins de clareza na nossa exposição, repetimos aqui o quadrado argumentativo que identifica os aspectos conversos:

Figura 16: Bloco semântico *Precaução diante do perigo (conversos)*

Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.57)

Suponhamos, agora, um diálogo entre dois locutores, em que suas argumentações estabelecessem entre si uma relação de conversão (representada pelos aspectos *A DC B* e *A PT neg-B*, por exemplo). Ao analisarmos os aspectos envolvidos, notaremos que o locutor de um concorda com o locutor do outro quanto ao segmento suporte, já que é mantido. Entretanto, o aporte não é o mesmo, e então há possibilidade de discussão devido à oposição de pontos de vista. Se um locutor disser *Maria é prudente (perigo DC precaução)* e o outro rebater com *Não é verdade, Maria é imprudente (perigo PT neg-precaução)* abre-se a possibilidade do debate, já que são duas opiniões opostas.

Porém, em termos de discurso, de língua em uso, não basta a oposição de opiniões. Ao locutor que se opõe a outro será pedido que argumente por sua vez, e esclareça seu posicionamento, ou o diálogo será rompido. Pelo exemplo acima, o locutor responsável por *Maria é imprudente* deverá explicar o motivo de seu ponto de vista a respeito de Maria, ou terá seu discurso desacreditado. Em outras palavras, o locutor deverá apresentar outra argumentação (um novo bloco semântico) que sustente, ou explique, a imprudência de Maria.

É importante ressaltar que, segundo Ducrot (2009), não há justificativas ou conclusões na natureza dos encadeamentos em *portanto*. Porém, os encadeamentos normativos (aqueles em DC) favorecem a imagem do locutor, e nisso contribuem para a persuasão. Caso um locutor simplesmente negue uma opinião, e nisso consiste a

argumentação por aspectos conversos, há o início de um embate. Perguntamo-nos se esse embate, se a resposta por meio do aspecto converso a outro, configura uma contra-argumentação.

Se retomarmos o conceito de *argumentação* pela ANL, veremos que se trata de um posicionamento de um locutor a respeito de um tema e que o sentido desse posicionamento é descrito por um encadeamento argumentativo, o qual é constituído por dois segmentos e um conector. Ambos os segmentos, suporte e aporte, constroem um aspecto, que é um dos quatro possíveis de um bloco semântico, sentido resultante da interdependência entre os segmentos suporte e aporte, conforme já explicado. Ora, se os quatro aspectos são perspectivas diferentes em torno de um mesmo sentido (sentido resultante da interdependência entre os segmentos, que são os mesmos nos quatro aspectos), quando um locutor refuta a opinião de outro com um aspecto pertencente ao mesmo bloco semântico, não há propriamente contra-argumentação, pois ambos estão argumentando sob o mesmo sentido, somente sob perspectivas distintas. Com isso podemos dizer que a oposição com aspectos conversos não constitui uma contra-argumentação, pois de fato não há uma nova argumentação, mas um outro olhar sob o mesmo bloco semântico.

Retomemos o exemplo dos adjetivos *prudente* e *imprudente*. Ambos pertencem ao mesmo bloco semântico, o que articula *perigo* a *precaução*. *Prudente* é aquele que toma cuidados ao enfrentar um perigo, e *imprudente* é aquele que *não* toma cuidados ao deparar-se com uma situação perigosa, mas em ambos está o sentido de um perigo que requer a tomada de precauções. Portanto, ao argumentar com *Maria é imprudente* (parafraseado por *perigo PT neg-precaução*), o locutor não apresenta uma contra-argumentação a *Maria é prudente* (*perigo DC precaução*), mas uma oposição. Por isso, a contra-argumentação, a nosso ver, se dá a partir da proposição de outro bloco semântico, seja o bloco contrário ao proposto ou distinto dele, em que haja um enfrentamento de sentidos, mas não de perspectivas sobre o mesmo sentido.

Entre argumentos conversos há confronto entre uma norma e a transgressão dessa norma, diferentemente do que acontece entre recíprocos, em que a norma é mantida. Por exemplo, sejam os locutores L1 e L2 e seus enunciados:

- L1 – Maria é inteligente, por isso passou no concurso.
- L2 – Joana é inteligente também, no entanto não passou.

Essas duas argumentações podem ser representadas, respectivamente, pelos aspectos:

- L1: *ser inteligente DC ser aprovado*;
- L2: *ser inteligente PT neg-ser aprovado*, conversos entre si.

Podemos notar que a contestação produzida por L2 se dá no sentido de negar a argumentação de L1, ou seja, L2 discorda de que a inteligência seja suficiente para a aprovação em um concurso, tanto é que Joana é inteligente e, mesmo assim, não foi aprovada. Esse sentido fica expresso pelo aspecto transgressivo. A insuficiência do suporte para o aporte diz respeito ao locutor L2 considerar que aquele suporte não é único para o aporte, ou, ao menos, não é apropriado, a seu modo de ver. Em termos da TBS, o locutor L2 discorda da escolha feita por L1 para a AE à esquerda de *ser aprovado*. O locutor L2, ao expressar a insuficiência de ser inteligente para alguém ser aprovado, evidencia que outros suportes deveriam ser levados em questão, isto é, outras AEs à esquerda do aporte (provavelmente, dedicar-se integralmente aos estudos, como uma tentativa de abranger os suportes para a aprovação).

A contestação que L2 faz da escolha de L1 para a continuação do suporte pode levar à refutação do bloco semântico pela construção de uma nova norma (de fato, um novo bloco). Salientamos que ambos os aspectos (em DC e em PT) pertencem ao mesmo bloco, mas a rejeição da norma, em uma situação discursiva, quer dizer, no uso da língua, pode levar ao questionamento do bloco como um todo e à proposição de novo sentido.

A modo de exemplificação, relembramos a fábula analisada anteriormente, a do gato e do galo. O gato, a fim de devorar o galo, acusa-o de incomodar as pessoas com seus cantos de madrugada: *cantorias à noite DC aborrecimento dos homens*. O galo, por sua vez, concorda que canta de manhã bem cedo, mas para acordar os trabalhadores para mais um dia, ou seja, seu canto não é inoportuno: *cantorias à noite PT neg-aborrecimento dos homens*. O discurso do galo põe em questão o suporte *cantorias à noite* como suficiente para o aporte *aborrecimento dos homens*, discordando, então, do gato. Porém, opor-se a um discurso, não basta para a continuidade do debate. Negar simplesmente uma afirmação não é, a nosso ver, uma

contra-argumentação. Faz-se necessário revelar o motivo da discordância através de outra argumentação. Retornando ao nosso exemplo, o galo afirma a utilidade de cantar cedo, pois acorda as pessoas para mais um dia de trabalho. Esse argumento é traduzido por *cantorias à noite DC benefício para os homens*, quer dizer, o locutor não só se defende ao negar a acusação que lhe é feita como também apresenta uma razão da discordância, e a razão é outro bloco semântico, um novo sentido para *cantorias à noite*, agora encadeado com *benefício para os homens*, o que confere ao suporte uma orientação argumentativa positiva.

Pensamos, então, haver nesse trecho da fábula uma real contra-argumentação, pois há um enfrentamento entre duas argumentações (*cantorias à noite DC aborrecimento dos homens* e *cantorias à noite DC benefício para os homens*), e não entre pontos de vista de uma mesma argumentação. Expressando-nos em termos de TBS, há contra-argumentação quando os discursos opõem-se por meio de blocos semânticos distintos, sejam contrários ou não. Por outro lado, se o debate se der em termos de aspectos de um mesmo bloco semântico, a discussão se dá entre perspectivas distintas sobre um mesmo sentido, o do bloco.

Citamos, a título de ilustração, algumas outras ocorrências de conversão nas análises realizadas, com resultados semelhantes no que diz respeito à atitude do locutor no discurso. Por exemplo, no discurso *Aprovar ou ensinar?* O locutor rejeita o aspecto *aprovação automática DC melhora na alfabetização* ao opor-se pelo seu converso *aprovação automática PT neg-melhora na alfabetização*, o qual assume. Em seguida, o locutor expõe o motivo da discordância, que é outro modo de conceber uma saída para o índice de reprovação nas séries iniciais, que seria *ensino eficaz DC eliminação da reprovação* (contradizendo a argumentação do governo representada por *adoção do Ciclo DC eliminação da reprovação*, quer dizer, se o foco é atacar a reprovação, que seja por meio de ensino eficaz, e não pela promoção continuada dos alunos).

Em *O líder natural*, o passageiro mais jovem indica o passageiro mais velho para ser sacrificado argumentando com o sentido de *ser velho DC ser sacrificado*. Por sua vez, o velho defende-se com o sentido de *ser velho PT neg-ser sacrificado*, porque os velhos têm carne dura, não apropriada para alimentação. Ainda, ao dizer que os velhos são mais filosóficos, e por isso têm valor, argumenta com outro sentido para velho e assim defende o aspecto contrário ao da acusação, ou seja, *ser velho DC neg-ser sacrificado*.

Já em *O Otimista*, o Pessimista tenta convencer o amigo de que a não existência após a morte era razão de desespero, isto é, *neg-existência após a morte DC razão para se desesperar*. O Otimista ao dizer “*Por outro lado...*” argumenta com o sentido de *neg-existência após a morte PT neg-razão para se desesperar* e propõe um novo sentido, um novo bloco semântico, representado pelo aspecto *neg-existência após a morte DC neg-preocupações futuras*.

Esses não foram os únicos casos que encontramos a respeito da conversão seguida de proposição de outro bloco semântico, apenas pensamos não ser necessário listá-los todos aqui, uma vez que estão identificados ao longo das análises. Pensamos, assim, ter encontrado uma regularidade na relação entre aspectos conversos.

Como foi visto, a argumentação pelos conversos abre possibilidade para o debate, para a exposição de pontos de vista diferentes e/ou opostos. O locutor, ao contrapor um argumento A DC B com o seu converso A PT neg-B, questiona o segmento suporte como sendo suficiente para o aporte, ou melhor, põe em dúvida a escolha da continuação de A feita pelo locutor. Nesse caso, o locutor expressa uma oposição à norma por meio da conversão, e com isso podemos dizer que, assim procedendo, questiona a interdependência semântica de A DC B no discurso proposto, isto é, interroga o bloco semântico. Tanto nos parece assim que os locutores, nas análises aqui realizadas, logo após expressarem sua oposição a outro discurso pela conversão, constroem novos blocos semânticos para contra-argumentar.

De modo análogo, um locutor L1, ao ser contrariado por L2, espera uma resposta do seu opositor. Parece ser obrigatório a L2 colocar uma afirmação substituindo a negação. Sem isso, L2 não responde devidamente a L1. O segundo locutor, ao assumir o aspecto converso ao de L1, diria apenas “não” a L1, mas após assumir a perspectiva oposta, é esperado que apresente um novo sentido.

Com isso, dizemos que a refutação de uma norma pelo seu converso explicita unicamente a oposição, ou seja, evidencia outro ponto de vista a respeito do mesmo bloco semântico. Porém, o locutor, ao proceder dessa maneira, deve apresentar o sentido da sua discordância, e isso se dá pela argumentação com um novo bloco semântico.

4.3.2 A Reciprocidade

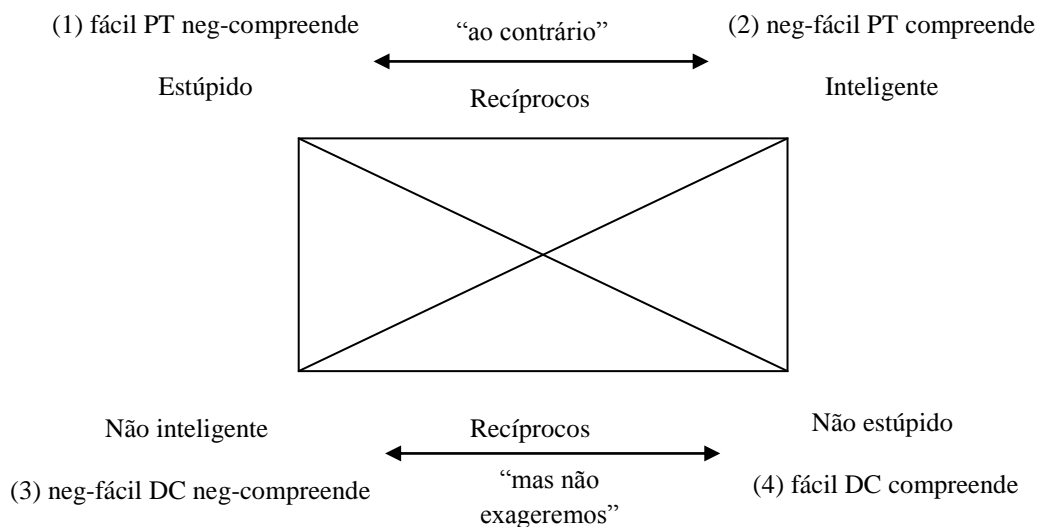
Os recíprocos não se comportam da mesma forma que os conversos. Nesses últimos, a relação de oposição se verifica entre os dois pares de conversos envolvidos (ambos os pares *A DC B/ A PT neg-B* e *neg-A DC neg-B/ neg-A PT B* expressam relação de oposição). Já entre recíprocos há diferenças, visto a relação entre os recíprocos normativos ser distinta daquela entre os transgressivos.

Iniciaremos com os recíprocos normativos. Diferentemente dos conversos (em que a negação de um aspecto incita o debate entre ideias opostas, pois uma nega a outra), quando um locutor rebate *A DC B* com *neg-A DC neg-B*, não há possibilidade para discussão de sentidos, pois ambos aspectos defendem a mesma norma. Não há oposição de sentidos. São dois modos possíveis de afirmação da norma de uma argumentação.

A explicação é que, quando um dos dois encadeamentos é enunciado, o outro também estará presente, implicitamente. Quer dizer que um aspecto não exclui o outro, que assumir um deles é também levar em consideração o outro. Por exemplo, se um locutor disser *o bar está cheio, então vou entrar*, ficará implícito o outro discurso, que corresponde a seu recíproco, *o bar não está cheio, então não vou entrar*, e vice-versa. O locutor de *o bar está cheio, então vou entrar* assume o aspecto *bar cheio DC bar convidativo* e concorda com *neg-bar cheio DC neg-bar convidativo*. Assim, em termos linguísticos, se àquele locutor fosse dito *este bar não está cheio*, seria esperado que ele não entrasse no estabelecimento (ressaltamos, em termos *linguísticos*, porque ele poderia entrar mesmo assim, mas então estaria transgredindo a norma por ele criada). Ambos traduzem a mesma norma linguística, a do bloco semântico *bares cheios são convidativos*. Então, o locutor que assume um dos aspectos normativos necessariamente admitirá o seu correspondente recíproco.

Falta-nos ainda analisar os recíprocos transgressivos, *A PT neg-B* e *neg-A PT B*, que parecem não repetir a relação entre os normativos. A característica que os distingue do seu par é que um aspecto é o contrário do outro. Eles não se evocam simultaneamente, tal como os normativos. Vejamos o exemplo dos adjetivos *estúpido*, *inteligente*, *não inteligente* e *não estúpido*, com suas respectivas argumentações internas, organizados no quadrado argumentativo abaixo:

Figura 17: Bloco Semântico A *compreensão de algo porque é fácil (recíprocos)*



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.48)

Já abordamos a presença simultânea de um dos aspectos do par (3-4) quando o outro aspecto é enunciado: se alguém disser que compreende algo porque é fácil, está implícito que não compreenderá o que for difícil. Porém, ao assumir um dos aspectos do par (1-2), necessariamente irá rejeitar o outro, pois são contrários. Pelo exemplo acima, um locutor pode considerar alguém *estúpido* ou *inteligente*, mas não ao mesmo tempo. Observamos que um locutor pode enunciar *ele não é inteligente, mas não exageremos, não é estúpido*, mas é impossível dizer *ele é estúpido, mas não exageremos, é inteligente*. Queremos evidenciar, então, que entre os pares dos recíprocos transgressivos, somente um aspecto será assumido pelo locutor, ao passo que, entre os recíprocos normativos, ambos os aspectos são admitidos pelo locutor no discurso. Salientamos que não houve ocorrências da relação entre aspectos recíprocos transgressivos no *corpus* analisado, portanto, não podemos, no momento, discuti-la com mais propriedade. Esse caso fica em aberto para pesquisas futuras.

Pelas nossas análises, em um debate entre argumentações representadas por encadeamentos recíprocos normativos, os locutores estão de acordo em relação ao bloco semântico resultante da interdependência entre os segmentos suporte e aporte. Isso quer dizer que a norma não está sendo discutida, mas sim pontos de vista em relação àquela norma. Consequentemente, se um locutor assumir um aspecto *neg-A DC neg-B* em

função do seu recíproco *A DC B*, proposto por outro locutor, o debate termina, pois a norma foi mantida, embora apresentada sob outra perspectiva.

Para exemplificarmos, trazemos novamente as falas do lobo e do cordeiro na fábula que analisamos. O lobo acusou o cordeiro de ter sujado a água do rio, impedindo-o de bebê-la, e então iria devorá-lo. Representamos a argumentação pelo aspecto *sujar a água do rio DC ser devorado*. O cordeiro, em sua defesa, disse que não poderia ter sujado a água porque bebia somente com as pontas dos beiços e porque estava numa posição abaixo da do lobo, sentidos traduzidos por *beber com as pontas dos beiços DC neg-sujar a água do rio e estar a jusante do lobo DC neg-sujar a água do rio*. Essas duas argumentações são importantes porque elas negam o suporte *sujar a água do rio*, usado pelo lobo. A defesa do cordeiro pode ser representada, então, por *neg-sujar a água do rio DC neg-ser devorado*. O cordeiro argumenta nos mesmos moldes do lobo, quer dizer, ele parte da argumentação do lobo e a usa contra o predador, mantendo a norma do bloco semântico, mas negando os segmentos suporte e aporte. O cordeiro adere à proposta do lobo, de que se tivesse, de fato, sujado a água, mereceria ser morto. Como a norma não foi contestada, o lobo não teve como rebater a defesa do cordeiro. São dois pontos de vista a respeito do mesmo bloco semântico *ser devorado por ter sujado a água do rio*: se o cordeiro sujasse a água, seria devorado, mas se não sujasse, não o seria.

A impossibilidade de o lobo continuar a acusação nesse sentido fica bem clara na continuidade da fábula, com o lobo procedendo com outro ataque, com outra argumentação: a de que seu pai teria sido ofendido pelo cordeiro no ano anterior. A defesa segue nos moldes da precedente, com o cordeiro dizendo que não era nascido na época referida, e assim nega o suporte da argumentação do lobo (que é *insultar familiar do lobo*). Portanto, não haveria possibilidade de o cordeiro ter sido o ofensor. Essas argumentações podem ser representadas pelos aspectos *insultar familiar do lobo DC ser devorado* e *neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado*, recíprocos. A partir da concordância com o bloco semântico, mas defendendo outro ponto de vista, o cordeiro pretende livrar-se de ser morto.

Vamos relembrar, a seguir, outras ocorrências de recíprocos nas análises que efetuamos. Em *O líder natural*, tanto o jovem quanto o passageiro mais forte buscaram excluir-se dos indicados ao sacrifício argumentando contra o velho e o mais fraco do grupo, respectivamente. Suas argumentações apontavam as possíveis vítimas ao mesmo

tempo em que se protegiam, por meio da defesa de aspectos normativos que evocavam seus recíprocos correspondentes, assim:

- *ser velho DC ser sacrificado*, argumentação do jovem contra o velho;
- *neg-ser velho DC neg-ser sacrificado*, defesa do jovem, recíproco ao anterior;
- *ter pouca força muscular DC oferecer menor resistência*, argumentação do musculoso contra o fraco;
- *neg-ter pouca força muscular DC neg-oferecer menor resistência*, defesa do musculoso.

Aspectos recíprocos foram identificados constituindo a argumentação interna de *sistema seriado* no discurso *Aprovar ou ensinar?*, descrita por *bom rendimento DC avanço* e por *neg-bom rendimento DC neg-avanço*. Ambos os aspectos constroem o sentido de que, por essa modalidade de ensino, o bom rendimento faz os alunos avançarem, ao passo que o rendimento baixo mantém os alunos no mesmo nível. Na argumentação interna de *aprovação automática* também há reciprocidade entre os aspectos *frequência DC avanço* e *neg-frequência DC neg-avanço*.

Em *Rabanada*, o locutor Huguinho lança mão dos recíprocos para impedir que o doce fosse levado para a dona Anita, ao mesmo tempo em que o defendia para si. Sua argumentação articulava a não necessidade de comer mais por já ter comido antes, e, reciprocamente, a possibilidade de comer mais por não ter comido bastante, assim:

- *ter comido bastante DC neg-comer mais*, que ele associou à dona Anita;
- *neg-ter comido bastante DC comer mais*, que Huguinho associou a si mesmo.

Notamos que os aspectos recíprocos normativos apresentam-se ao mesmo tempo no discurso: quando um dos aspectos é afirmado, o outro é evocado, necessariamente. Há certa semelhança entre eles, visto ambos expressarem a norma do bloco, mas representam pontos de vista distintos a respeito da norma.

Portanto, ao assumir um aspecto normativo recíproco a outro, o locutor pode encerrar o debate, pois, ao negar o suporte e manter o conector DC, o aporte também é

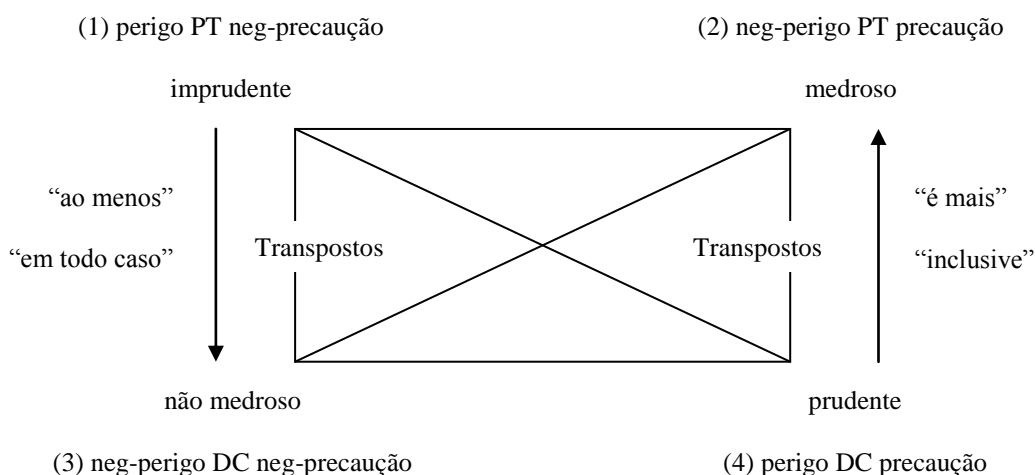
negado. Não há discordância quanto ao sentido do bloco semântico, há duas perspectivas do mesmo bloco. Para continuar a discussão, o primeiro locutor será forçado a apresentar outra argumentação, distinta da anterior.

Além disso, quando o locutor argumenta em termos de aspecto normativo recíproco a outro aspecto, há necessidade de ele apresentar pelo menos um novo bloco semântico para sustentar a diferença entre os pontos de vista, ou seja, para poder alterar o segmento suporte e, conseqüentemente, o aporte (tal como o cordeiro procedeu ao declarar a impossibilidade de ter sujado a água do rio e de ter ofendido o lobo no ano anterior). Sem essa argumentação, digamos, intermediária entre $A \text{ DC } B$ e $\text{neg-}A \text{ DC } \text{neg-}B$, a divergência entre os modos de perceber a norma não terá sustentação.

4.3.3 A Transposição

Já sabemos que a transposição se dá entre um aspecto normativo (em DC) e um transgressivo (em PT), tal como a conversão. Identificamos aspectos transpostos na relação $A \text{ DC } B$ e $\text{neg-}A \text{ PT } B$, bem como entre $\text{neg-}A \text{ DC } \text{neg-}B$ e $A \text{ PT } \text{neg-}B$, conforme o esquema abaixo:

Figura 18: Bloco semântico *Precaução diante do perigo* (transpostos)



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005, p.57)

Quando tratamos dos conversos, vimos que a transgressão se expressava pela manutenção do segmento suporte e pela negação do aporte do aspecto normativo.

Agora, nos transpostos, a transgressão se faz por meio da negação do suporte, sem alteração no aporte. O locutor, a nosso ver, ao transgredir uma norma negando o suporte da argumentação, põe em dúvida (ou até mesmo nega) a relevância daquele suporte na construção da argumentação. Para explicarmos nossa proposta, e antes de discutirmos os casos dos transpostos identificados nas análises, retomamos um exemplo apresentado por Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p.56). Seja o discurso: *José é prudente, inclusive diria mais, é medroso*. As argumentações podem ser assim representadas:

- *perigo DC precaução* (AI de *prudente*);
- *neg-perigo PT precaução* (AI de *medroso*);

Os aspectos acima são transpostos, visto diferenciarem-se pela negação no primeiro segmento e pela troca do conector. Discutimos, então, o que significa transgredir a norma *perigo DC precaução* pelo aspecto *neg-perigo PT precaução*. Ora, o locutor, ao produzir esse discurso, assume que José toma cuidados mesmo diante de uma situação não perigosa. Em outras palavras, a existência de perigo ou a sua ausência não alteram as precauções de José. Então, o sentido de *neg-perigo PT precaução* em transposição a *perigo DC precaução* parece mostrar a irrelevância do suporte *perigo* para o aporte *precaução*. Os cuidados tomados por José independem de ele se encontrar em uma situação perigosa. Se ele toma precaução, não é devido a perigo. É a interdependência entre os segmentos *perigo* e *precaução* que está sendo discutida pelo locutor.

Essa nossa concepção da atitude do locutor – que se utiliza da transposição para negar o uso de um determinado suporte para um aporte – aplica-se igualmente no seguinte discurso: *Mário é imprudente. Ou, ao menos, não é medroso*. Representamos as argumentações assim:

- *perigo PT neg-precaução* (AI de *imprudente*);
- *neg-perigo DC neg-precaução* (AI de *não medroso*).

A diferença entre esse par de aspectos e o par anterior é que, no primeiro, a argumentação se dá no sentido “ascendente”, de DC a PT, marcada pela relação com as expressões *é mais, inclusive*, ao passo que, no segundo par, a argumentação se dá no

sentido “descendente”, de PT a DC, marcada com *ao menos, em todo caso* (as denominações *ascendente* e *descendente* estão em CAREL; DUCROT, 2005, p.56). Como analisamos anteriormente, a atitude do locutor é mostrar que, havendo perigo ou não, Mário não toma cuidados, quer dizer, parece revelar que *perigo não é* o suporte apropriado para não tomar precaução.

Vejam, agora, as ocorrências de argumentações com aspectos transpostos encontradas nos discursos analisados. Encontramos o primeiro caso no discurso *Aprovar ou ensinar?*, referente à crítica que o locutor faz ao governo quanto à criação do Ciclo de Alfabetização. No entendimento do locutor, o MEC não investigou as reais causas do insucesso escolar naquele estágio do ensino fundamental, e mesmo assim tomou atitudes em relação ao problema. A seu ver, essa pesquisa seria fundamental. Representamos essas argumentações assim:

- *neg-investigação das causas de insucesso PT ações*, atribuído pelo locutor ao MEC;
- *investigação das causas de insucesso DC ações*, é a opinião do locutor sobre como deveria ser a tomada de resoluções.

A atitude do locutor parece evidenciar o descaso do governo quanto a tomar resoluções sem embasamentos, sem pesquisas prévias. Sob o ponto de vista do locutor, a investigação das causas dos problemas no ensino fundamental, pelo governo, não é importante para adotar uma solução satisfatória.

Identificamos outra ocorrência de transpostos no discurso *Rabanada*, no trecho em que Huguinho esclarece para a mãe a não pertinência do critério “proximidade da morte” para a decisão de quem devia comer a última rabanada. Descrevemos as argumentações da seguinte maneira:

- *ter idade avançada DC estar perto da morte*, assumido pela mãe;
- *neg-ter idade avançada PT estar perto da morte*, assumido por Huguinho.

A mãe defendia a rabanada para a dona Anita, uma senhora, e o menino queria o doce para si. Quando a mãe argumentou que a senhora merecia o doce porque estava

mais perto da morte, Huguinho opôs-se pela transposição, quer dizer, transgrediu a norma assumida pela mãe negando o segmento suporte e mantendo o aporte. Em seguida, apresentou um novo bloco semântico, em defesa própria: qualquer um estava sujeito a morrer, a qualquer instante, representado por *estar vivo DC ser suscetível de morrer*. Então, por meio dessa argumentação, o garoto nega que *estar perto da morte* tenha como suporte *ter idade avançada*. Parece que a transposição, assim como a conversão, são modos de questionar o sentido de um bloco semântico em um determinado discurso, já que, normalmente, após o locutor argumentar por meio dessas relações, ele sustenta novo bloco.

4.3.4 Quadro das atitudes do locutor no discurso

A partir da discussão dos resultados, temos condições de resumir as atitudes discursivas do locutor frente a outros discursos. Optamos por um quadro-resumo, dividido em três colunas. Na primeira, colocamos as relações possíveis entre os aspectos argumentativos no âmbito da TBS: a conversão, a reciprocidade e a transposição, e mais a relação entre aspectos pertencentes a blocos distintos ou contrários. Abaixo do nome de cada relação, apresentamos um par de aspectos como exemplo. Na segunda coluna, resumimos as atitudes do locutor ao posicionar-se argumentativamente a outro discurso. Por fim, na terceira coluna, listamos os sentidos que as relações entre aspectos assumem no discurso e que influenciam até mesmo o prosseguimento desse.

Quadro 1: Atitudes do locutor no discurso

	Atitude do locutor frente a outro discurso	Sentido da relação entre os aspectos em um discurso
Conversos A DC B A PT neg-B	O locutor, ao argumentar com um aspecto converso a outro: - opõe-se ao outro discurso pela transgressão; - questiona (ou nega) a escolha da continuação do suporte, pela transgressão e pela negação do aporte;	- há oposição de pontos de vista no mesmo bloco semântico; - a argumentação entre conversos pode levar à discussão entre sentidos do discurso pela posterior proposição de um novo bloco semântico; - a refutação de uma argumentação pelo seu converso não é suficiente na

<p>Conversos (continuação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - revela a insuficiência do suporte para aquele aporte (pois a norma é transgredida); - utiliza-se da conversão para, em seguida, propor um novo bloco semântico, uma nova argumentação. 	<p>interação discursiva entre locutores; geralmente há a proposição de um novo bloco semântico para o sustento da oposição;</p> <ul style="list-style-type: none"> - caso não haja a proposição de um novo bloco, o diálogo pode ser rompido.
<p>Recíprocos (normativos) A DC B neg-A DC neg-B</p>	<p>O locutor, ao argumentar com um aspecto recíproco a outro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mantém a norma argumentativa do discurso precedente; - apresenta outro ponto de vista a respeito da norma do bloco; - nega o primeiro segmento e assim inverte a orientação argumentativa do suporte; - admite, necessariamente, o aspecto recíproco àquele assumido no discurso; -pode encerrar o debate entre aquelas argumentações, desde que apresente outra que sustente a negação do segmento suporte. 	<ul style="list-style-type: none"> - não há oposição de sentidos, mas perspectivas distintas a respeito do mesmo sentido, o do bloco; - a norma do discurso não é contestada; - quando um aspecto em DC é assumido no discurso, o outro estará implícito; -o debate pode ser encerrado quando houver outra argumentação que permita negar o suporte, o que levará à proposição do aspecto recíproco.
<p>Transpostos A DC B Neg-A PT B</p>	<p>O locutor, ao argumentar com um aspecto transposto a outro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - opõe-se ao outro discurso pela transgressão; - nega a relevância do suporte para o aporte, pela transgressão e pela negação do primeiro segmento, já que a afirmação ou a negação do suporte articula-se com o mesmo aporte; - pode utilizar-se da transposição para, em seguida, propor um novo bloco semântico, uma nova argumentação. 	<ul style="list-style-type: none"> - há oposição de pontos de vista no mesmo bloco semântico; - a argumentação entre transpostos pode levar à discussão entre sentidos do discurso pela posterior proposição de um novo bloco semântico;

<p>Blocos distintos/contrários</p> <p>A DC B</p> <p>A DC neg-B</p>	<p>O locutor, ao argumentar com um aspecto pertencente a outro bloco semântico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apresenta uma contra-argumentação. - propõe novo bloco semântico. 	<p>- há debate entre sentidos distintos.</p>
---	--	--

Fonte: quadro-resumo elaborado pelo autor (2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com esta tese, descrever e explicar as atitudes de um locutor ao posicionar-se frente a outro discurso, bem como investigar os sentidos construídos pelas relações estabelecidas entre esses discursos, sob o viés da Teoria da Argumentação na Língua, na sua fase da Teoria dos Blocos Semânticos.

Como dissemos na introdução, o tema para esta tese nasceu em decorrência de nossa dissertação de mestrado intitulada *Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos* (DELANOY, 2008). Naquele momento, era de nosso interesse investigar o papel do linguístico na formação do sentido, sob a perspectiva da TBS. Contudo, ao aplicarmos a Teoria dos Blocos Semânticos na análise de fábulas, especificamente em *O lobo e o cordeiro* e *O gato e o galo*, chamou-nos atenção a diferença entre a argumentação construída por meio de aspectos recíprocos e a argumentação por meio de aspectos conversos. Naquele momento, percebíamos a distinção entre esses modos de argumentar, mas não tínhamos uma explicação apropriada para os casos (inclusive, não fazia parte dos nossos objetivos). Com o presente trabalho, pensamos ter chegado a algumas respostas.

A segunda motivação residiu na necessidade de estudarmos o sentido do discurso construído pelo próprio discurso, isto é, o sentido construído pela língua em uso. Nesse âmbito, elegemos a Teoria da Argumentação na Língua e a Teoria dos Blocos Semânticos justamente por investigarem o sentido a partir da relação entre as entidades da língua, em conformidade com os princípios saussurianos da autonomia linguística. Assim, buscamos uma perspectiva distinta daquelas que concebem o sentido como resultado de elementos extralinguísticos atuando sobre a linguagem. Para nós, o sentido é construído pela língua em uma situação enunciativa, quer dizer, quando um locutor produz um discurso para um alocutário, em um dado tempo e espaço.

A seguir, como este trabalho tinha como tema a argumentação em discursos, fomos investigar em outras teorias argumentativas como era concebida a construção do sentido, e assim poderíamos nos posicionar frente a elas. Escolhemos, então, aquelas que tiveram proeminência nos estudos da argumentação. Iniciamos pela retórica grega, dos pré-aristotélicos a Aristóteles, passando pelos sofistas. Demos destaque às contribuições de Aristóteles ao campo da argumentação, principalmente por ter

fundamentado as bases da lógica clássica, tal como a concebemos até hoje. Após, seguimos com Plantin (2008), que considerou o estudo da argumentação praticamente sem mudanças desde Aristóteles até o fim século XIX, quando Frege tratou a lógica como um ramo da matemática. Após, destacamos Toulmin (2006) com sua preocupação em garantir a validade de um argumento e apresentamos seu modelo de argumentação. Na sequência, citamos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) por terem renovado a retórica aristotélica ao trazê-la para o campo do Direito, da História e da Filosofia, afastando-a do rigor silogístico.

Ao final desse percurso, chegamos à conclusão de que, apesar das inquestionáveis conquistas dos referidos pensadores no campo da argumentação, a linguagem não foi considerada como objeto de estudo. Sua função era servir de instrumento, de meio pelo qual a argumentação pudesse ser produzida com a finalidade de garantir a adesão de um auditório. Por esse motivo, filiamos-nos a Ducrot e Carel por conceberem a argumentação como sendo da natureza da língua, e o sentido do discurso como sendo argumentativo.

Retomando nossos passos na elaboração desta tese, dividimos a fundamentação teórica do trabalho em três partes. Na primeira, intitulada *O que é argumentação*, desenvolvemos o percurso histórico que mencionamos acima e chegamos à concepção de Ducrot a respeito da argumentação linguística. Na segunda, respondemos ao porquê de a argumentação estar na língua, e na terceira abordamos as bases da TBS, apresentando o quadrado argumentativo, de grande valor para a nossa pesquisa, por explicitar as relações entre os aspectos argumentativos de um bloco semântico. A seguir, apresentamos a metodologia empregada no trabalho e passamos à análise do *corpus*.

Trabalhamos com sete discursos, incluindo duas fábulas examinadas na nossa dissertação de mestrado. Descrevemos as argumentações construídas pelos locutores e como essas interagem com outros discursos ali presentes. Buscamos também regularidades entre essas argumentações, e assim chegamos a um quadro-resumo. Nele, apresentamos as atitudes do locutor frente a outros discursos, de acordo com as relações de conversão, de reciprocidade e de transposição, bem como entre blocos semânticos distintos. Também identificamos os sentidos que as relações entre aspectos podem assumir no discurso. De um modo amplo, retomemos nossos resultados.

A argumentação por aspectos conversos mostra a oposição a outro discurso pela transgressão à norma e pela negação do segundo segmento, o aporte. Pela conversão, o locutor nega a norma. Contudo, a refutação pelo aspecto converso a outro não se faz suficiente na língua em uso, pois é como se simplesmente disséssemos “não” em resposta a uma afirmação. As análises confirmaram que, na interação entre locutores, após a contestação por um converso, geralmente há a proposição de um novo bloco semântico que apoia a objeção de um ponto de vista. Caso não haja a apresentação desse novo bloco, o diálogo pode ser rompido.

Entre aspectos recíprocos normativos, não há oposição de sentidos. Há debate entre perspectivas a respeito da norma discursiva, que não é contestada. A diferença é caracterizada pela negação do suporte da argumentação e, com a conservação da norma, pela necessária negação do aporte. Chamou-nos atenção que o locutor admite, necessariamente, o aspecto recíproco àquele assumido no discurso. Em outros termos, ao argumentar A DC B, o locutor concorda com o implícito neg-A DC neg-B, e vice-versa. Outro ponto importante é a necessidade de haver ao menos uma nova argumentação para sustentar a defesa do aspecto recíproco em resposta a outro aspecto.

O locutor, ao argumentar com um aspecto transposto a outro, também opõe-se pela transgressão, mas nega o segmento suporte. As análises mostraram-nos que o locutor, dessa forma, nega a relevância do suporte para o aporte, já que a afirmação ou a negação do primeiro segmento articula-se com o mesmo aporte. Geralmente, após a argumentação por transpostos, também há a proposição de um novo bloco semântico que sustenta a refutação.

Quando há argumentação com um aspecto pertencente a outro bloco semântico, há um confronto entre sentidos. Propusemos que, nesse caso, o locutor contra-argumenta, justamente por haver esse debate. Não é o caso de o locutor argumentar ao assumir um dos aspectos do mesmo bloco, já que o sentido, o do bloco, não será alterado, resultando, então, em perspectivas diferentes a respeito de um sentido. A nosso ver, a contra-argumentação se dá pela contestação por meio de um novo bloco semântico.

Apesar de termos chegado a essas respostas, sabemos que este trabalho apenas inicia uma linha de investigação: a relação entre discursos pela ANL/ TBS. Não temos pretensão alguma de impor conclusões definitivas, pois sabemos da importância de pesquisas futuras para a confirmação ou refutação dos resultados. Nosso trabalho

também encontrou limitações. Citamos a ausência, por exemplo, da relação entre aspectos recíprocos transgressivos nos discursos analisados. Fica em aberto para posteriores investigações. Por outro lado, cremos ter ousado, ao caminhar em terreno ainda pouco explorado pela ANL/ TBS, que é a sua aplicação em discursos, posto que Ducrot e Carel focalizam, predominantemente, enunciados de discursos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p.47.
- ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. 2. ed. Tradução Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2010.
- _____. *Retórica*. Tradução Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- BROWNE, D. *O melhor de Hagar, o Horrível*. v.5. Porto Alegre: L&PM, 2008, p.120.
- BUCKINGHAM, Will. et al. *O Livro da Filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- _____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*. Porto alegre, v.43, n.1, mar. 2008.
- DELANOY, Cláudio Primo. *Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos*. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Polifonía Y Argumentación. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- _____. Os internalizadores. In: *A teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.37, n.º 3, p. 7-26, setembro, 2002.
- _____. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, jan./mar. 2009.
- EDITORIAL. Aprovar ou ensinar? *Zero hora*, Porto Alegre, p.14, 20 fev. 2011.
- ESOPO. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

HÖFFE, Otfried. *Aristóteles*. Tradução Roberto H. Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. São Paulo: Parábola, 2008.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto e Crátilo*. Vol.IX. Tradução Carlos Alberto Nunes. Universidade Federal do Pará, 1973.

ROHDEN, Luiz. *O poder da linguagem. A Arte Retórica de Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2000. BALLY, Charles, SECHEHAYE, Albert (orgs).

_____. *Escritos de Linguística Geral*. Tradução Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

TOULMIN, Stephen Edelston. *Os usos do argumento*. 2. ed. Tradução Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Donna ZH*, 8 jan. 2012, p.4.

_____. *Mais Comédias para Ler na Escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VOGT, Carlos. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989, p.103-128.

ANEXO: CURRÍCULO

Cláudio Primo Delanoy

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1994), graduação em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (2004) e mestrado em Lingüística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é doutorando da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, semântica argumentativa, teoria da argumentação na língua, enunciação e argumentação.

Dados pessoais

Nome Cláudio Primo Delanoy

Nascimento 12/04/1971 - Pelotas/RS - Brasil

Formação acadêmica/titulação

2009 Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
Título: A Delimitação de fronteiras entre enunciados do discurso
pela Teoria da Argumentação na Língua
Orientador: Leci Borges Barbisan
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
e Tecnológico

2006 - 2008 Mestrado em Lingüística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS,
Porto Alegre, Brasil
Título: Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos
Semânticos, Ano de obtenção: 2008
Orientador: Leci Borges Barbisan
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
e Tecnológico

2000 - 2004 Graduação em Letras.
Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, Brasil

1989 - 1994 Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, Brasil

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

**Vínculo
institucional**

2009 - Atual Vínculo: bolsista CNPq , Enquadramento funcional: doutorando , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

Atividades

03/2009 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Reitoria, Faculdade de Letras-Doutorado em Linguística

Linhas de pesquisa:

Grupo de Estudos sobre a Argumentação no Discurso

2. Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER

Vínculo institucional

2011 - 2011 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 8, Regime: Parcial

2009 - 2009 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 4, Regime: Parcial

3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Vínculo institucional

2008 - 2009 Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor substituto , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

**08/2008 -
07/2009** Graduação, Letras

Disciplinas ministradas:

Conceitos Básicos de Linguística , Estudos Lingüísticos I , Lingüística e Comunicação

4. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Vínculo institucional

2004 - 2006 Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor substituto , Carga

horária: 40, Regime: Integral

2002 - 2002 Vínculo: ministrante de curso , Enquadramento funcional: ministrante ,
Carga horária: 4, Regime: Parcial

Atividades

09/2004 - Graduação, Letras
02/2006

Disciplinas ministradas:

*Orientação de alunos em estágio de conclusão , Língua Portuguesa VII:
Estilística , Língua Portuguesa: Fonologia , Lingüística Aplicada ao
Português II , Lingüística Geral , Língua Portuguesa: Morfologia , Língua
Portuguesa: Sintaxe I*

06/2003 - Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras
08/2003

Especificação:

Pensando o vestibular: Novas abordagens de textos literários

10/2002 - Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras
03/2003

Especificação:

Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 3

07/2002 - Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras
12/2002

Especificação:

Ministrante de curso de Português Instrumental e Redação Oficial

06/2002 - Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras
09/2002

Especificação:

Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 3

01/2002 - Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras
04/2002

Especificação:

Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 2

5. Colégio São José - SJ

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária:
20, Regime: Parcial

Atividades

04/2004 - Ensino médio
03/2005

*Especificação:
Literatura Brasileira , Língua Portuguesa , Redação*

Linhas de pesquisa

1. Grupo de Estudos sobre a Argumentação no Discurso

Objetivos: Estudar formas de construção do sentido no discurso.

Revisor de periódico**1. Cadernos de Pesquisas em Linguística (PUCRS)**

2010 - 2010 Regime: Parcial

Produção**Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos**

1. DELANOY, C. P.
As marcas do locutor e o sentido do discurso. Cadernos FAPA. , v.1, p.1 - , 2008.
2. DELANOY, C. P.
O papel do leitor na Teoria da Argumentação na Língua. Letras de Hoje. , v.43, p.27 - 32, 2008.
3. DELANOY, C. P.
A fábula e seus constituintes: uma análise argumentativa. Desenredo (PPGL/UPF). , v.3, p.182 - 192, 2007.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. DELANOY, C. P.
O leitor e a construção do sentido pela Teoria da Argumentação na Língua In: IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS, 2009, Porto Alegre.
Anais da IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. DELANOY, C. P.
A inexistência de sentido literal das palavras pela visão da Teoria da Argumentação na Língua In: V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da

PUCRS, 2010, Porto Alegre.

Anais da V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Apresentação de trabalho e palestra

1. DELANOY, C. P.
A inexistência de sentido literal das palavras pela visão da Teoria da Argumentação na Língua, 2010. (Outra, Apresentação de Trabalho)
2. DELANOY, C. P.
O leitor e a construção do sentido pela Teoria da Argumentação na Língua, 2009. (Outra, Apresentação de Trabalho)
3. DELANOY, C. P.
Teorias do Discurso, 2009. (Outra, Apresentação de Trabalho)
4. DELANOY, C. P.
A narrativa e a moral na fábula: um fenômeno de ilustração, 2007. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
5. DELANOY, C. P.
As marcas do locutor e o sentido do discurso, 2007. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
6. DELANOY, C. P., RÖRIG, C.
Abordagens da adjetivação no livro didático, 2006. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Orientação de outra natureza

1. Jocélia Batista da Rosa. **Estágio de Conclusão de curso**. 2005. Orientação de outra natureza (Letras) - Universidade Federal de Pelotas
2. Aline Montiel. **Estágio de conclusão de curso**. 2005. Orientação de outra natureza (Letras) - Universidade Federal de Pelotas

Eventos

Participação em eventos

1. **Enunciación como conversión de la lengua en discurso**, 2012. (Encontro)
.
2. **I Encontro Internacional de Sintaxe e Semântica & suas Interfaces**, 2011. (Encontro)
.
3. **O que é: enunciação, texto e discurso PUCRS**, 2011. (Encontro)
.
4. **I Seminário Internacional de Aquisição da Linguagem/ PPGL/PUCRS.**, 2011. (Seminário)
.

5. **Alteridade, individualidade, identidade: a alternativa bakhtiniana**, 2011. (Encontro)
.
6. **A metafísica da alteridade: de Parmênides a Platão, a busca do outro**, 2011. (Encontro)
.
7. **Minicurso Neurobiology and Bilingualism**, 2011. (Outra)
.
8. **Seminário de Semântica profa. Ana Ibaños**, 2011. (Seminário)
.
9. **Colóquio de Linguística e Literatura PPGL PUCRS**, 2011. (Outra)
.
10. **Saussure fundamenta Ducrot: o princípio da relação**, 2011. (Encontro)
.
11. **Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso (SITED)**, 2010. (Seminário)
.
12. **Ciclo de Palestras: o diálogo de Bakhtin com a linguística**, 2010. (Encontro)
.
13. **Curso Pré-Congresso Fundamentos da Análise de Discurso**, 2010. (Outra)
.
14. **Aula Inaugural da Faculdade de Letras PUCRS**, 2010. (Outra)
.
15. **Ciclo de Palestras: o discurso do outro**, 2010. (Encontro)
.
16. **Ciclo de Palestras: os aspectos da enunciação em E. Benveniste**, 2010. (Encontro)
.
17. Apresentação Oral no(a) **II Colóquio de Linguística e Literatura**, 2009. (Outra)
Estudos do Discurso.
18. Apresentação Oral no(a) **Palestra sobre Teorias do Discurso**, 2009. (Outra)
Teorias do Discurso.
19. **Teoria da Argumentação na Língua, por María Marta García Negroni, Universidade de Buenos Aires**, 2009. (Seminário)
.
20. **Seminário Livre: Lógica para Linguistas**, 2009. (Seminário)
.
21. Apresentação Oral no(a) **VI Seminário linguagem, discurso e ensino**, 2007. (Seminário)
A narrativa e a moral na fábula: um fenômeno de ilustração.
22. Apresentação Oral no(a) **I Seminário integrado nacional das linguagens**, 2007. (Seminário)
As marcas do locutor e o sentido do discurso.

23. **A imagem da língua portuguesa no discurso literário - PPGL- PUCRS**, 2007. (Outra)
.
24. **Enunciação, estrutura e história**, 2007. (Seminário)
.
25. **Aula inaugural FALE/ PUCRS: Perguntas sobre a memória**, 2007. (Outra)
.
26. **Jornada de qualificação de segunda área - PPGL- PUCRS**, 2007. (Outra)
.
27. Apresentação Oral no(a) **VII CELSUL**, 2006. (Encontro)
Abordagens da adjetivação no livro didático.
28. **O ensino do português: a volta ao básico**, 2006. (Outra)
.
29. **Português Histórico-PPGL-PUCRS**, 2006. (Encontro)
.
30. **Curso de Introdução ao Programa Minimalista-PPGL-PUCRS**, 2006. (Encontro)
.
31. **20 anos do Curso de Letras/UFPel**, 2005. (Oficina)
.
32. **2.ª Jornada Cultural de Pelotas**, 2004. (Encontro)
.
33. **II Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras-FILE II**, 2002. (Congresso)
.
34. **Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras-FILE**, 2000. (Congresso)
.
35. **Colóquio 2000 Palavras: o Futuro das Letras**, 2000. (Outra)
.

Organização de evento

1. DELANOY, C. P.
Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso (SITED), 2010. (Congresso, Organização de evento)